

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	<b>Parte II da Constituição</b> <b>– Segundo relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão</b>

---

**I. INTRODUÇÃO**

1. Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, o segundo relatório do Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.
2. Na sequência do primeiro relatório do Grupo de Peritos, de 13 de Março de 2003, o Praesidium decidiu confiar-lhe um mandato complementar (CONV 682/03), solicitando-lhe que integrasse algumas das suas sugestões.
3. Nesse mandato, afirmava-se que o seguimento a dar às sugestões a que se referem os pontos 29, "Denominação dos actos legislativos", e os pontos 30, 31 e 32, "Diferenciação entre os actos legislativos e não legislativos do Conselho", do referido relatório seria eventualmente objecto de um novo mandato complementar, depois de o Praesidium ter analisado as questões neles abordadas. Este segundo mandato complementar foi conferido ao Grupo de Peritos em 29 de Abril.
4. Algumas das alterações da Parte III da Constituição incluídas no presente relatório ultrapassam o quadro puramente técnico: resultam de propostas apresentadas à Convenção pelo Praesidium, nomeadamente em matéria de processos de tomada de decisão (ver ponto II adiante), propostas essas que traduzem os pontos de vista da maioria dos membros do Praesidium.

5. As bases jurídicas que são objecto de projectos de artigos elaborados pelo Praesidium ou de debates específicos em curso na Convenção e nos Círculos de Discussão não são abrangidas pelo mandato complementar do Grupo de Peritos. Trata-se das disposições sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, sobre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância, das disposições gerais e finais e das disposições relativas à acção externa, às finanças, às Instituições, à pertença à União, à vida democrática e à União Económica e Monetária.

## II. PROCESSOS DE DECISÃO

São as seguintes as propostas do Praesidium à Convenção já contempladas nos textos pelo Grupo de Peritos:

1. A consagração, no projecto de n.º 3 do artigo 17.º (CONV 691/03), do princípio segundo o qual "salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho delibera por maioria qualificada". A introdução desta regra implica que se suprima nas bases jurídicas a referência à maioria qualificada e que se mencione, em contrapartida, a maioria simples, sempre que esta for aplicável.
2. A consagração, no projecto de n.º 2 do artigo 18.º do princípio segundo o qual "salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão". A introdução desta regra tem consequências importantes sobre o modo de enunciar os diferentes elementos do processo nas bases jurídicas. O relatório do Grupo de Peritos explicita essas consequências e faz algumas sugestões que poderiam permitir precisar melhor a extensão da regra geral.
3. A diferenciação entre actos legislativos (projecto de artigo 25.º<sup>1</sup>) e não legislativos directamente adoptados com base na Constituição (projecto de artigo 26.º<sup>1</sup>) e, dentro da categoria dos actos legislativos, entre os que, de futuro, devem estar sujeitos ao processo legislativo ordinário (co-decisão) e os que serão adoptados pelo Parlamento ou pelo Conselho,

---

<sup>1</sup> CONV 571/03

com a participação do outro ramo da autoridade legislativa, por força de um processo legislativo especial. A partir desta dupla diferenciação, o Grupo de Peritos pôde indicar qual o tipo ou tipos de actos que podem ser adoptados ao abrigo das diferentes bases jurídicas – lei, lei-quadro, regulamento ou decisão – e simplificar os elementos que descrevem os processos de decisão.

No âmbito desta diferenciação, o Praesidium seleccionou, por um lado, as bases jurídicas para as quais propõe à Convenção o alargamento do processo legislativo ordinário e, por outro, aquelas para as quais sugere que se continue a aplicar um processo legislativo especial.

a) Em primeiro lugar, o Praesidium propõe que se alargue o processo legislativo ordinário (co-decisão) às bases jurídicas directamente visadas pelas conclusões do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação:

- Mercado interno (medidas em matéria de segurança social para os trabalhadores migrantes comunitários). Artigo 42.º. (*Actualmente o Conselho delibera por unanimidade*) <sup>2</sup>.
- Coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros em matéria de acesso às actividades não assalariadas e ao exercício das mesmas. Coordenação dos princípios legislativos existentes do regime das profissões, no que respeita à formação e condições de acesso de pessoas singulares. Artigo 47.º. (*Actualmente o Conselho delibera por unanimidade*).
- Cultura. Artigo 151.º (excepto as recomendações). (*Actualmente o Conselho delibera por unanimidade*).
- Fundos Estruturais e Fundo de Coesão (a partir de 2007). Artigo 161.º. (*Actualmente: maioria qualificada em 2007 e parecer favorável*).

b) O Praesidium propõe que se alargue também o processo legislativo ordinário às seguintes bases jurídicas:

i) ***Processo actual: Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento***

- Legislação em matéria de Política Agrícola Comum (só os aspectos legislativos). N.º 2 do artigo 37.º.
- Liberalização dos serviços. N.º 1 do artigo 52.º.

---

<sup>2</sup> O Praesidium propõe a mudança de processo no sentido da passagem da unanimidade para a maioria qualificada, por estar persuadido de que este artigo não implica medidas de harmonização entre as legislações dos Estados-Membros.

- Disposições relativas aos princípios do regime de transportes cuja aplicação seja susceptível de afectar o nível de vida e o emprego. N.º 2 do artigo 71.º.
- Política social. Alíneas d), f) e g) do n.º 1 e segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 137.º. *(Segundo o Tratado em vigor, os aspectos aqui referidos poderão ser sujeitos ao processo de co-decisão na sequência de uma decisão do Conselho, por unanimidade).*
- Modalidades de controlo das competências de execução. Artigo 202.º (Projecto de artigo 28.º)
- Adopção da regulamentação financeira (a partir de 2007). N.º 1 do artigo 279.º.
- Estabelecimento do Estatuto dos Funcionários da Comunidade Europeia e do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades. Artigo 283.º.

**ii) *Processo actual: Maioria qualificada no Conselho***

- Exclusão, num dado Estado-Membro, de certas actividades do âmbito de aplicação das disposições relativas ao direito de estabelecimento. Segundo parágrafo do artigo 45.º.
- Alargamento do benefício das disposições relativas às prestações de serviços a nacionais de países terceiros estabelecidos na Comunidade. Segundo parágrafo do artigo 49.º.
- Adopção de outras medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes. Primeira parte do segundo parágrafo do artigo 57.º.
- Adopção de directivas destinadas a suprimir as distorções no interior do mercado comum. Segundo parágrafo do artigo 96.º.

**iii) *Processo actual: Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento***

- Alteração de determinados artigos do Protocolo relativo aos Estatutos do BEI. Artigo 266.º.

- c) O Praesidium identificou, por outro lado, os actos legislativos a ser adoptados pelo Parlamento Europeu ou pelo Conselho, com a participação do outro ramo da autoridade legislativa, de acordo com um processo legislativo especial:

**i) *Actos adoptados pelo Parlamento Europeu***

- Estatuto do Provedor de Justiça. N.º 4 do artigo 195.º. *(Processo actual: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão).*

- Estatuto dos membros do Parlamento. N.º 5 do artigo 190.º (*Processo actual: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão*).
- Formas de exercício do direito de inquérito. Artigo 193.º (*Processo actual: Comum acordo entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão. O Praesidium propõe: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão* <sup>3</sup>).

## ii) Actos que requerem ratificação nacional

- Alargamento dos direitos associados à cidadania. Artigo 22.º. (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento. O Praesidium propõe que se substitua o parecer simples do Parlamento por um parecer favorável*).
- Processo eleitoral uniforme. N.º 4 do artigo 190.º (*Processo actual: unanimidade no Conselho, sob proposta e após parecer favorável do PE*).

## iii) Actos com repercussões constitucionais nos Estados-Membros

- Medidas para combater a discriminação. N.º 1 do artigo 13.º <sup>4</sup>. (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento*).
- Cidadania: direito de eleger e de ser eleito. Artigo 19.º <sup>4</sup>. (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento*).

## iv) Actos de particular sensibilidade política. <sup>5</sup> Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento

- Adopção de medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que constituam um retrocesso no processo de liberalização previsto pela legislação comunitária. Final do n.º 2 do artigo 57.º <sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Este processo poderá implicar a aprovação da Comissão, a fim de melhor preservar o actual equilíbrio interinstitucional.

<sup>4</sup> Embora não requeiram ratificação nacional, estas duas bases jurídicas têm consequências directas sobre as disposições de natureza constitucional dos Estados-Membros.

<sup>5</sup> Ao abordar a generalização do processo legislativo, o Grupo de Trabalho sobre a Simplificação (Grupo IX) assinalou que continuariam a subsistir excepções a esta regra nos domínios em que a natureza muito específica da União requer processos de tomada de decisão autónomos (exigência de ratificação) ou em domínios de "grande sensibilidade política" para os Estados-Membros.

<sup>6</sup> Estas três disposições constituem excepções às respectivas regras gerais que prevêm o processo legislativo: a parte final do n.º 2 do artigo 57.º constitui excepção em relação à regra geral prevista na primeira parte do n.º 2 do mesmo artigo; o artigo 94.º constitui uma excepção ao artigo 95.º, se o Praesidium aceitar a proposta do Grupo de Peritos; o n.º 2 do artigo 175.º constitui excepção ao n.º 1 do mesmo artigo.

*(O processo actual não prevê qualquer parecer do Parlamento).*

- Harmonização das legislações. Artigo 94.º <sup>6</sup>.
- Política social: segurança social e protecção social dos trabalhadores. Alínea c) do n.º 1 e segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 137.º.
- Disposições de carácter fiscal, medidas relativas ao ordenamento do território e à afectação dos solos, medidas que afectem o aprovisionamento e a biodiversificação energéticos. N.º 2 do artigo 175.º <sup>6</sup>.

### **III. ADAPTAÇÕES TÉCNICAS**

O Grupo de Peritos procedeu às seguintes adaptações técnicas:

- Fusão de disposições (fusão dos dois números do artigo 19.º do TCE e fusão dos dois parágrafos do n.º 2 do artigo 80.º do TCE) (alíneas a) e e) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03);
- Inserção do capítulo sobre a associação dos países e territórios ultramarinos – como novo Capítulo A-A – na estrutura do Volume I, ou seja, entre o Capítulo A relativo às Políticas e Acções Externas e o Capítulo B sobre a Acção Externa (alínea d) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03);
- Adaptação da terminologia relativa ao Parlamento Europeu (substituição da expressão "parecer favorável" por "aprovação"; supressão do adjectivo "absoluta" para exprimir a maioria simples do Parlamento, ou seja, a maioria dos votos expressos (subalíneas ii) e iv) da alínea c) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03);
- Substituição das abreviaturas BCE e SEBC pelas respectivas denominações oficiais (alínea b) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03);
- Substituição da expressão "valores comuns", que consta do artigo 16.º do TCE, pela fórmula indicada no mandato (alínea g) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03).

#### IV. SUGESTÕES

O Grupo apresentou também sugestões sobre os seguintes pontos:

- a) Aditamento da menção "Pescas" à denominação do Capítulo "Agricultura". A fim de dar seguimento à decisão do Praesidium (ponto 3 do Anexo B do mandato – CONV 682/03) para que se tivesse em conta a referência às Pescas na denominação do Capítulo "Agricultura", o Grupo de Peritos sugere que se insira um novo artigo 31.º-A, com a seguinte redacção:

"A União definirá e executará uma política comum da agricultura e pescas. Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação directamente relacionados com esses produtos. As referências à política agrícola comum ou à agricultura e a utilização do termo "agrícola" entendem-se como abrangendo também as pescas."

O Grupo sugere que se altere também ligeiramente o n.º 1 do artigo 32.º, que passaria a ter a seguinte redacção: "O mercado interno abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas".

- b) Supressão do instrumento "convenção". O Praesidium decidiu dar seguimento às conclusões do Grupo de Trabalho IX no sentido de se suprimirem as convenções (alínea f) do ponto 3 do Anexo A do mandato – CONV 682/03). O Grupo propõe sugestões de redacção para os artigos 20.º, 186.º e 293.º do TCE, incluindo o tipo de acto jurídico e o processo de adopção a prever.

#### V. APRESENTAÇÃO

Tal como o de 13 de Março de 2003, o presente relatório está dividido em dois volumes. O Volume I contém em primeiro lugar algumas sugestões e observações do Grupo de Peritos que serão úteis para a continuação dos trabalhos, bem como as disposições pertinentes dos Tratados UE e CE, ordenadas de acordo com a estrutura da Parte II da Constituição (CONV 369/02). O Volume II contém, a título ilustrativo, as alterações introduzidas nas actuais disposições dos Tratados CE e UE, antes da respectiva reestruturação.

# **RELATÓRIO**

**de 7 de Maio de 2003**

**apresentado ao Praesidium da Convenção Europeia  
pelo Grupo de Peritos designados pelos Serviços Jurídicos  
do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão**

**(na sequência dos mandatos complementares de 2 e de 29 Abril de 2003)**



## CONSIDERAÇÕES GERAIS E SUGESTÕES

### A. Introdução

1. O Praesidium da Convenção Europeia decidiu conferir dois mandatos complementares ao Grupo de Peritos designado pelos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (CONV 682/03) e mandato complementar de 29 Abril de 2003).

Esses mandatos, reproduzidos em anexo, surgem na sequência da análise, realizada pelo Praesidium, do relatório do Grupo de Peritos dos Serviços Jurídicos de 13 de Março de 2003 (CONV 618/03).<sup>1</sup>

2. Através do presente relatório, o Grupo de Peritos dá seguimento a todos os pontos constantes desses mandatos complementares. Tal como o relatório de 13 de Março de 2003, este relatório divide-se em dois volumes:

- um Volume I, que, além das presentes considerações gerais, reproduz as disposições pertinentes do Tratado da União Europeia (TUE) e do Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE), ordenadas "*com base na estrutura da Parte II da futura Constituição, tal como retomada no documento CONV 369/02*", de 28 de Outubro de 2002;
- um Volume II, que reproduz as disposições pertinentes do TUE e do TCE segundo a estrutura e a numeração actual dos Tratados em vigor.

Em conformidade com o ponto 6 do mandato de 29 de Abril de 2003, estes volumes não reproduzem as disposições relativas ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, à acção externa, à pertença à União, à vida democrática da União, às finanças da União, às Instituições (incluindo o Tribunal de Justiça), bem como as disposições finais, que serão redigidas pelo Praesidium e pela Convenção.<sup>2</sup>

3. As convenções terminológicas e tipográficas enunciadas no Anexo I do Volume I do relatório de 13 de Março de 2003 continuam a ser aplicáveis: nomeadamente, os aditamentos são assinalados a negro, e os termos suprimidos riscados.

Os artigos reproduzidos em itálico são os que deverão ser objecto de uma posterior alteração de conteúdo por parte da Convenção e que não são aqui tratados.

As novas notas de rodapé encontram-se sublinhadas.

---

<sup>1</sup> A adenda de 18 de Março de 2003 sobre a política económica e monetária (618/03 ADD 1) ainda não foi analisada pelo Praesidium e, ao que parece, será objecto de um mandato separado.

<sup>2</sup> Por conseguinte, as 23 bases jurídicas do capítulo institucional ou das disposições finais mencionadas nas listas anexas ao mandato complementar de 29 de Abril de 2003 não foram adaptadas. Trata-se dos seguintes artigos: n.º 4 do art. 190.º, n.º 5 do art. 190.º, art. 191.º, art. 193.º, n.º 4 do art. 195.º, artigos 202.º, 209.º, 210.º, segundo parágrafo do art. 215.º, n.º 3 do art. 247.º, n.º 8 do art. 247.º, quarto parágrafo do art. 258.º, n.º 2 do art. 255.º, art. 259.º, terceiro parágrafo do art. 263.º, art. 266.º, n.º 1 do art. 279.º, n.º 4 do art. 280.º, art. 283.º, n.º 1 do art. 285.º, n.º 2 do artigo 286.º, art. 290.º e n.º 2 do art. 296.º.

**B. Processos de decisão (maioria qualificada no Conselho e actos adoptados sob proposta da Comissão) e diferenciação das bases jurídicas entre actos legislativos e actos não legislativos**

4. A parte mais substancial do trabalho do Grupo de Peritos prendeu-se com a aplicação das decisões do Praesidium que instauram a regra geral da votação por maioria qualificada no Conselho e a da adopção dos actos sob proposta da Comissão, bem como com a aplicação das decisões relativas à diferenciação das bases jurídicas entre actos legislativos e não legislativos.

***Votação no Conselho***

5. A introdução de uma disposição segundo a qual doravante a regra normal de votação no Conselho é a maioria qualificada (projecto de n.º 3 do artigo 17.º, CONV 691/03) e já não a maioria simples, implica a supressão, nas bases jurídicas, das referências à maioria qualificada e a indicação expressa dos casos em que se aplica a maioria simples.

Isso implica também que se introduza na Constituição uma definição do que se entende por "maioria simples" no Conselho, que poderá ser formulada da seguinte maneira:

***"Para as deliberações que exijam maioria simples, o Conselho delibera por maioria dos membros que o compõem".***

Além disso, o Grupo registou que, na fase actual dos trabalhos, a maioria qualificada específica prevista no n.º 2, segundo parágrafo, segundo travessão, do artigo 205.º do TCE (62 votos e 10 Estados-Membros), quando o Conselho não delibera sob proposta da Comissão, terá sido suprimida, não sendo, portanto, necessário indicar expressamente nas bases jurídicas os casos de aplicação desta maioria específica.<sup>3</sup>

***Actos adoptados sob proposta da Comissão***

6. A introdução de uma disposição que generaliza o direito de iniciativa da Comissão expressa do seguinte modo: "*Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão*" (projecto de n.º 2 do artigo 18.º, CONV 691/03) implica a supressão, nas bases jurídicas, da fórmula "*sob proposta da Comissão*" e a inserção, nos casos em que o acto da União é adoptado isoladamente por uma Instituição ou órgão, de uma fórmula que especifique que essa Instituição ou órgão pode actuar por sua própria iniciativa, sem ser necessária uma proposta prévia da Comissão.

<sup>3</sup> Isto diz respeito, por exemplo, ao n.º 4 do artigo 128.º do TCE. Além disso, esta maioria específica está actualmente prevista no n.º 2, primeiro e terceiro parágrafos, do artigo 99.º, no n.º 4, primeiro parágrafo, do artigo 99.º, no n.º 6 do artigo 104.º, no n.º 6, alínea b), do artigo 107.º, no n.º 2 do artigo 119.º, no n.º 3, segundo parágrafo, do artigo 119.º, no n.º 3 do artigo 120.º, no n.º 2, primeiro parágrafo, do artigo 207.º, no artigo 210.º, no segundo parágrafo do artigo 215.º, no sexto parágrafo do artigo 223.º, no quinto parágrafo do artigo 224.º, no quinto parágrafo do artigo 225.º-A, no n.º 3, primeiro parágrafo, do artigo 247.º, no n.º 8 do artigo 247.º, no n.º 4, quinto parágrafo, do artigo 248.º, no quarto parágrafo do artigo 258.º, no n.º 1 do artigo 259.º, no quarto parágrafo do artigo 263.º e no n.º 1 do artigo 276.º do TCE. Essa maioria também está prevista nos domínios da PESC (n.º 2, terceiro parágrafo, do artigo 23.º do TUE) e da JAI (n.º 3 do artigo 34.º do TUE). Estas disposições não são tratadas no presente relatório (cf. ponto 6 do mandato complementar de 29 de Abril de 2003).

Todavia, o mandato complementar de 29 de Abril de 2003 exige que se mantenha a fórmula "sob proposta da Comissão" nas bases jurídicas que prevêm a adopção de actos não legislativos. O Grupo considera que esta instrução é susceptível de gerar certas dificuldades de interpretação quanto ao alcance da regra geral da adopção dos actos sob proposta da Comissão prevista no projecto de n.º 2 do artigo 18.º.

7. A redacção do projecto de n.º 2 do artigo 18.º proposta pelo Praesidium é muito vasta, na medida em que visa todos "os actos da União" sem qualquer especificação quanto aos autores desses actos ou aos tipos de actos. Essa redacção coloca problemas de aplicação e de segurança jurídica.

A fim de evitar esses problemas e evitar que sejam abrangidos casos que ultrapassem o objectivo que se pretende alcançar, seria necessário redigir esta regra geral de maneira mais precisa.

Assim sendo, sugere-se que a aplicação da regra geral se limite apenas aos actos legislativos do Parlamento Europeu e/ou do Conselho e aos actos não legislativos do Conselho, evitando assim que sejam abrangidos os actos adoptados por outras Instituições ou órgãos (Tribunal de Justiça, Banco Central Europeu, Tribunal de Contas, Banco Europeu de Investimento, Comité Económico e Social, Comité das Regiões, Provedor de Justiça Europeu, agências, etc.).

Sugere-se também que se indiquem expressamente os tipos de actos aos quais essa regra se aplica (leis, leis-quadro, regulamentos, decisões e recomendações, excluindo-se medidas de organização e funcionamento interno, decisões processuais, etc.). No que respeita às medidas internas e processuais, sugere-se que seja previsto um artigo específico.

8. As disposições sugeridas poderiam ter a seguinte redacção:

"Todas as leis ou leis-quadro europeias, bem como os regulamentos europeus, as decisões europeias ou as recomendações do Conselho são adoptados sob proposta da Comissão, salvo disposição em contrário prevista na Constituição."

"Cada Instituição adopta, por iniciativa própria, as medidas de organização e de funcionamento interno que lhe digam respeito, bem como as decisões processuais."

***Por conseguinte, todos os casos em que as bases jurídicas prevejam que os actos em questão são adoptados por iniciativa, sob recomendação ou a pedido de um Estado-Membro, de uma Instituição ou de um órgão constituem casos de "disposição em contrário prevista na Constituição", ou seja, o acto em questão não deve ser adoptado sob proposta da Comissão.***

***O mesmo acontece nos casos em que as bases jurídicas prevêm que seja pedido a uma Instituição que dê a sua aprovação a um projecto de acto. Esse pedido constitui um caso de "disposição em contrário prevista na Constituição", na medida em que a aprovação não deve ser dada sob proposta da Comissão.***

***Finalmente, graças ao seu carácter mais preciso, a disposição acima sugerida daria à regra geral da adopção dos actos sob proposta da Comissão um alcance mais completo, permitindo suprimir a fórmula "sob proposta da Comissão" nas bases jurídicas que prevêm a adopção de actos não legislativos, o que poria termo às dificuldades de interpretação expostas no ponto 6.***

9. Quanto à redacção da fórmula-tipo a inserir nas bases jurídicas para indicar que a

Instituição pode actuar isoladamente, o Grupo sugere que se recorra à fórmula "por sua própria iniciativa".

Todavia, nos (poucos) casos em que a Instituição é obrigada a actuar, os Peritos do Serviço Jurídico do Conselho consideram que se deveria optar pela fórmula "*sem proposta da Comissão*" a fim de evitar a interpretação segundo a qual a Instituição pode optar, por sua livre iniciativa, por actuar ou não actuar. Trata-se, em particular (sob reserva de análise das disposições dos capítulos não tratados no presente relatório), dos casos em que está previsto que uma Instituição nomeie uma personalidade para exercer um cargo da União (Provedor de Justiça Europeu e Alto Representante para a PESC), ou ainda do caso da aprovação do regime de associação dos países e territórios ultramarinos (artigo 187.º do TCE).<sup>4</sup>

### ***Diferenciação das bases jurídicas entre actos legislativos e actos não legislativos***

10. A redacção da maioria das bases jurídicas foi alterada na sequência, por um lado, da instauração da regra geral da votação por maioria qualificada no Conselho e da adopção dos actos sob proposta da Comissão e, por outro lado, da diferenciação das bases jurídicas, efectuada pelo Praesidium, entre as que prevêm a adopção de actos legislativos (em co-decisão ou não) e as que prevêm a adopção de actos não legislativos.
11. Por conseguinte, o Grupo adaptou a redacção das diferentes bases jurídicas segundo as indicações dadas no ponto 14 do mandato de 29 de Abril, que solicita ao Grupo que "*para as bases jurídicas que prevejam actos legislativos, proceda à supressão de qualquer elemento de carácter processual, limitando-se à referência à lei e à lei-quadro*" e que "*mantenha, para todas as bases jurídicas que não prevejam actos legislativos, a menção "sob proposta da Comissão"*"<sup>5</sup>. Além disso, o Grupo indicou, para cada base jurídica, quais os tipos de actos que podem ser adoptados.
12. O Grupo acordou em sugerir as seguintes fórmulas-tipo, a inserir, consoante os casos, nas diferentes bases jurídicas:
- para os casos de co-decisão, a fórmula: "***A lei ou a lei-quadro europeia [estabelece as medidas.../regula.../facilita..., etc.]***";
  - para os casos em que o Parlamento Europeu ou o Conselho adoptam isoladamente leis ou leis-quadro, a fórmula: "***Uma lei ou uma lei-quadro europeia [do Parlamento Europeu / do Conselho] determina.../regula..., etc.***";
  - para os casos de actos não legislativos do Conselho, a fórmula clássica inalterada: "***O Conselho, sob proposta da Comissão***<sup>5</sup>, ***adota [os regulamentos europeus ou as decisões europeias que definem .../que instituem.../que fixam...]***".

<sup>4</sup> Graças às fórmulas acima sugeridas, a insegurança jurídica é reduzida mas, segundo os Peritos do Serviço Jurídico do Conselho, não há garantias de que tenha desaparecido totalmente.

<sup>5</sup> Ver comentários *supra* sobre esta instrução nos últimos parágrafos dos pontos 6 e 8.

13. Por vezes, certos elementos processuais devem subsistir, tais como as referências às consultas obrigatórias a outras Instituições ou órgãos.
14. Em certos casos, apesar de a base jurídica deixar aparentemente em aberto a escolha do tipo de acto, o Grupo sugere um único tipo de acto, tendo em conta o contexto específico da base jurídica em questão que, na realidade, só permite a adopção de um único tipo de acto. É esse o caso dos artigos 72.º, do segundo parágrafo do artigo 161.º e do n.º 1 do artigo 166.º do TCE.
15. Em virtude desta diferenciação e da identificação, em cada base jurídica, dos tipos de actos a adoptar, limitou-se a utilização da palavra "medidas", que normalmente designa nos Tratados os casos de livre escolha do tipo de acto, aos casos em que há referências gerais aos actos ou disposições adoptados num certo domínio (por exemplo, o n.º 1 do artigo 14.º ou o n.º 3 do artigo 18.º do TCE).
16. Em alguns casos, o Grupo sugere que se adapte uma base jurídica, ainda que esta não figure numa das listas anexas ao mandato de 29 de Abril (ver artigo 59.º e n.º 2 do artigo 175.º do TCE).
17. Por fim, o n.º 2, terceiro parágrafo, do artigo 37.º do TCE, que prevê a base jurídica em matéria de agricultura, não foi adaptado pelo facto de, segundo o mandato de 29 de Abril, o Praesidium ainda ter de proceder à diferenciação entre o que é do foro legislativo e o que é do foro não legislativo.
18. Para além disso, o Grupo regista que os artigos 93.º do TCE (base jurídica em matéria de fiscalidade indirecta) e 187.º do TCE (a base jurídica em matéria de associação dos países e territórios ultramarinos) não constavam das listas de diferenciação anexas ao mandato de 29 de Abril de 2003.

### ***Impacto das novas disposições de aplicação geral no direito derivado***

19. O Grupo de Peritos chama a atenção do Praesidium e da Convenção para a necessidade de dar solução, na Constituição, a duas questões relacionadas com o impacto da regra geral da votação por maioria qualificada no Conselho e da adopção dos actos sob proposta da Comissão.
20. A primeira questão diz respeito à relação entre a regra da adopção dos actos sob proposta da Comissão e o projecto de n.º 2 do artigo 28.º (CONV 571/03), relativo aos actos de execução, que prevê que, em certos casos, podem ser delegadas no Conselho competências de execução.

Na ausência de indicação específica, no projecto de n.º 2 do artigo 28.º ou noutro artigo da Constituição, a consequência da regra geral será que, nesses casos, o Conselho deverá deliberar sob proposta da Comissão. Se a Convenção deseja deixar ao legislador a possibilidade de permitir que o Conselho adopte actos de execução sem proposta da Comissão, é necessário que o especifique, por exemplo através de uma fórmula do tipo: "*Os actos jurídicos que contêm uma base jurídica para a adopção de medidas de execução pelo Conselho especificam, em cada caso, o processo de decisão aplicável*".

21. Uma segunda questão diz respeito ao impacto dessas regras gerais na legislação em vigor.

Embora esta questão também se aplique a outras novas regras que serão inscritas na Constituição, aqui ela é particularmente pertinente, podendo assumir uma importância ainda maior se a actual redacção do projecto de n.º 2 do artigo 18.º, que visa todos "*os actos da União*", não for formulada de modo mais claro.

Seria, pois, necessário que a Convenção previsse, por exemplo num capítulo sobre o impacto da entrada em vigor da Constituição na actual ordem jurídica da União, uma disposição transitória que regulamentasse o efeito dessas novas disposições gerais no direito derivado existente.

Na ausência de tal disposição, as duas novas regras aplicar-se-iam automaticamente a todos os actos existentes.

Poderiam ser ponderadas várias opções para essa disposição transitória, como, por exemplo:

- prever uma cláusula geral que permita a adaptação em bloco da legislação em vigor a todas as novas regras da Constituição, tal como está previsto nos actos de adesão dos novos Estados-Membros;
- prever que essas novas regras não se apliquem aos actos do passado, que continuarão a ser regidos pelas disposições em vigor anteriormente, devendo as Instituições responsáveis pela autoria dos actos decidir, caso a caso, tal como previsto no artigo 4.º da decisão relativa à "comitologia" de 1987, adaptar o acto às novas regras ou manter os processos como estão, neles introduzindo fórmulas que permitam derrogações às novas regras.

22. Se o Praesidium o desejar, o Grupo está disposto a apresentar sugestões de textos jurídicos a fim de resolver este problema.

**C. Supressão do instrumento "convenção" entre Estados-Membros – sugestões de redacção para os artigos 20.º, 186.º e 293.º do TCE**

23. O mandato complementar de 2 de Abril de 2003 prevê também a "*supressão do instrumento 'convenção'*", ou seja, os acordos celebrados entre Estados-Membros, a fim de os substituir por actos da União (artigos 20.º, 186.º e 293.º do TCE).
24. O actual artigo 20.º do TCE, base jurídica para a protecção diplomática e consular dos cidadãos, poderá ter a seguinte redacção (tendo em mente que a primeira frase do artigo é retomada pelo projecto de artigo "cidadania" da Parte I <sup>6</sup>):

*~~Todos os cidadãos da União beneficiam, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que são nacionais não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras~~ **tomam as disposições necessárias e entabulam entre si as negociações internacionais necessárias destinadas a para garantir essa a protecção diplomática e consular dos cidadãos da União nos Estados terceiros, tal como prevista no [artigo (...)]** <sup>7</sup>.*

*A/uma lei ou a lei-quadro europeia [...a Convenção determinará se o acto deverá ser adoptado em co-decisão ou apenas pelo Conselho e segundo que regra de votação...] **pode estabelecer as medidas necessárias para facilitar essa protecção.***

25. O actual artigo 186.º do TCE, base jurídica para a livre circulação dos trabalhadores entre os Estados-Membros e os países e territórios ultramarinos, poderá ter a seguinte redacção:

Opção A – Passagem para o regime do artigo 187.º do TCE

*Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ **é rege-se por medidas adoptadas em conformidade com o artigo 187.º.***

<sup>6</sup> Cf. n.º 2, terceiro travessão, do artigo 7.º, CONV 528/03.

<sup>7</sup> Inserir referência ao projecto de artigo "cidadania" da Parte I.

Opção B – Alinhamento do tratamento dos trabalhadores pelo previsto para os independentes no n.º 5 do artigo 183.º do TCE

*Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ rege-se em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo à livre circulação dos trabalhadores, numa base não discriminatória, sob reserva das medidas especiais adoptadas por força do [artigo 187.º].*

26. No que respeita ao actual artigo 293.º do TCE, que prevê a adopção de convenções entre Estados-Membros em quatro domínios:

- o primeiro travessão ("*a protecção das pessoas, bem como o gozo e a protecção dos direitos, nas mesmas condições que as concedidas por cada Estado aos seus próprios nacionais*") é obsoleto, na medida em que estes diferentes elementos ou estão abrangidos pelas diferentes bases jurídicas do actual TCE, ou estão fora do âmbito de aplicação do Tratado, e, por conseguinte, poderá ser suprimido;
- o segundo travessão ("*a eliminação da dupla tributação na Comunidade*") parece estar abrangido pelas medidas de aproximação das legislações que podem actualmente ser adoptadas com base no artigo 94.º do TCE e, por conseguinte, poderá ser suprimido.

Se a Convenção considerar necessário criar uma base jurídica específica, esta poderá ter a seguinte redacção:

***A/uma lei ou lei-quadro europeia [...a Convenção determinará se o acto deverá ser adoptado em co-decisão ou apenas pelo Conselho e segundo que regra de votação...] estabelece medidas destinadas a eliminar a dupla tributação dos nacionais dos Estados-Membros na União.***

- o terceiro travessão ("*o reconhecimento mútuo das sociedades, na acepção do segundo parágrafo do artigo 48.º, a manutenção da personalidade jurídica em caso de transferência da sede de um país para outro e a possibilidade de fusão de sociedades sujeitas a legislações nacionais diferentes*"), sob reserva de uma verificação técnica mais aprofundada, parece estar abrangido pelas medidas de aproximação das legislações que podem actualmente ser adoptadas com base no artigo 95.º do TCE e, por conseguinte, poderá ser suprimido.
- o quarto travessão ("*a simplificação das formalidades a que se encontram subordinados o reconhecimento e a execução recíprocos tanto das decisões judiciais como das decisões arbitrais*") é obsoleto, na medida em que está abrangido pelas medidas de cooperação judiciária civil que podem actualmente ser adoptadas com base no artigo 65.º do TCE e, por conseguinte, poderá ser suprimido.



**D. Aditamento da referência às pescas no título do Capítulo "Agricultura" – sugestões de redacção (artigo 32.º do TCE)**

27. Para ter em conta a referência às pescas no título do capítulo "Agricultura" (que já se aplica às pescas embora isso não seja claro no texto actual), sugere-se que seja inserido um novo artigo 31.º-A, cujo último período deverá ser objecto de verificação técnica, e ligeiramente alterado o n.º 1 do artigo 32.º:

***AGRICULTURA E PESCAS***

***Artigo 31.º-A***

***A União definirá e executará uma política comum da agricultura e pescas.***

***Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação directamente relacionados com esses produtos. As referências à política agrícola comum ou à agricultura e a utilização do termo "agrícola" entendem-se como abrangendo as pescas.***

***Artigo 32.º***

***1. O mercado ~~comum~~ interno abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. Por produtos agrícolas entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.***

***2. (...)***

## **E. Outras adaptações técnicas**

28. Nos termos do mandato de 2 de Abril de 2003, o Grupo de Peritos procedeu também às diferentes adaptações técnicas solicitadas, nomeadamente:

- fusão de disposições (fusão dos dois números do artigo 19.º do TCE e fusão dos dois parágrafos do n.º 2 do artigo 80.º do TCE);
- inserção do capítulo sobre a associação dos países e territórios ultramarinos, como novo capítulo "A-A" na estrutura do Volume I, ou seja, entre o Capítulo A, sobre as políticas e acções internas, e o Capítulo B, sobre a acção externa;
- adaptação da terminologia relativa ao Parlamento Europeu (substituição dos termos "*parecer favorável*" por "*aprovação*"; supressão do adjectivo "*absoluta*" para indicar a maioria dos votos expressos, ou seja, a maioria simples do Parlamento; reuniões do Parlamento Europeu em "*período de sessão extraordinária*");
- substituição das abreviaturas "BCE" e "SEBC" pelas denominações oficiais;
- substituição dos termos "valores comuns", constante do artigo 16.º do TCE, pela fórmula indicada no mandato.

Christian PENNERA

Thérèse BLANCHET

Alain VAN SOLINGE

Kieran BRADLEY

Emer FINNEGAN

Paolo STANCANELLI

**Mandato complementar de 2 de Abril de 2003**

---

**CONVENÇÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 2 de Abril de 2003**

SECRETÁRIO-GERAL

**Mandato complementar do Grupo de Peritos  
designados pelos Serviços Jurídicos  
das três Instituições**

1. Na reunião de 2 de Abril de 2003, o Praesidium analisou as sugestões apresentadas pelo Grupo de Peritos no relatório de 13 de Março de 2003 (cf. doc. CONV 618/03, pp. 175 a 187), com excepção das referidas nos pontos 29, 30, 31 e 32.
2. Na sequência dessa análise, o Praesidium decidiu conferir um mandato complementar ao Grupo para integrar algumas das sugestões a que decidiu dar seguimento. Como o Praesidium ainda não analisou as sugestões a que se referem os pontos 29, 30, 31 e 32, a sua integração será eventualmente objecto de um novo mandato complementar do Praesidium.
3. O Praesidium convida o Grupo a dar seguimento às seguintes sugestões:

**a) Fusão dos artigos 70.º e 80.º do TCE**

O Praesidium decidiu dar seguimento a esta sugestão, mantendo a opção a) (p. 179).

**b) Utilização das abreviaturas**

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão do Grupo (p. 176); as abreviaturas que constam da Parte II da Constituição devem ser substituídas pela denominação oficial.

**c) Processos de decisão**

O Praesidium decidiu dar seguimento às seguintes sugestões do Grupo (pp. 184 e 185):

- i) Substituir a actual regra de votação segundo a qual "as deliberações do Conselho são tomadas por maioria dos seus membros" (n.º 1 do artigo 205.º do TCE) pela fórmula "as deliberações do Conselho são tomadas por maioria qualificada". Solicita-se ao Grupo que proceda às adaptações técnicas necessárias nas bases jurídicas para ter em conta esta nova regra.

- ii) Quanto ao Parlamento Europeu, substituir o termo "parecer favorável" por "aprovação" ("*consent*" em inglês);
- iii) Como o Praesidium decidiu prever num artigo da Constituição dedicado à Comissão uma fórmula que afirme que "salvo disposição expressa em contrário, os actos da União apenas podem ser aprovados sob proposta da Comissão", solicita-se ao Grupo que proceda às adaptações técnicas necessárias nas diferentes bases jurídicas que estipulam que o Conselho delibera sob proposta da Comissão;
- iv) Substituir os termos "maioria absoluta" no que se refere ao Parlamento Europeu por "maioria dos votos expressos" e "maioria dos membros que compõem o Parlamento Europeu" por "maioria dos membros que o compõem".

**d) Associação dos países e territórios ultramarinos**

O Praesidium decidiu manter a Parte IV do Tratado CE como parte independente na Parte II.

**e) Fusão de determinadas disposições**

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão de fundir os n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º, solicitando embora que na redacção da disposição fundida haja o cuidado de ter devidamente em conta a especificidade de cada um dos domínios.

**f) Supressão de determinadas disposições**

O Praesidium decidiu dar seguimento às conclusões do Grupo de Trabalho IX no sentido de suprimir o instrumento "convenção" (cf. arts. 20.º do TUE e 186.º e 293.º do TCE) e de o substituir por regulamentos ou decisões do Conselho. Consequentemente, decidiu suprimir o artigo 293.º do TCE. Solicita-se ao Grupo que integre estas sugestões e analise a eventual necessidade de criar uma base jurídica específica relativamente aos domínios abrangidos por aquela disposição e que não estejam abrangidos por outras disposições da Constituição. Essa nova base jurídica eventual deverá prever como instrumento o regulamento do Conselho.

**g) Substituição dos termos "valores comuns" que constam do artigo 16.º do TCE**

O Praesidium decidiu dar seguimento à sugestão do Grupo substituindo os termos "no conjunto dos valores comuns" que consta do artigo 16.º do TCE por "enquanto serviços a que todos na União atribuem valor".

- 4. O Praesidium aprovou ainda as sugestões do Grupo de Peritos já integradas e que figuram em anexo à presente nota.

**SUGESTÕES JÁ INTEGRADAS**  
**PELO GRUPO DE PERITOS**

**1. Estrutura da Parte II**

O Grupo de Peritos chamou a atenção (pág. 177) para o facto de que determinadas disposições não se enquadram na estrutura de 28 de Outubro de 2002, tais como, por exemplo, certas disposições de aplicação geral (n.º 2 do artigo 3.º, e artigos 6.º, 16.º, 295.º e 296.º do Tratado CE), as disposições sobre a não discriminação e a cidadania (artigos 12.º, 13.º e 18.º a 22.º), as disposições sobre a fiscalidade (artigos 90.º a 93.º), a cooperação aduaneira (artigo 135.º) ou a cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros (artigo 181.º-A). Por conseguinte, o Grupo fez sugestões sobre a sua colocação na Parte II.

**2. Supressão de disposições obsoletas**

O Grupo sugere (pág. 178) que sejam suprimidas, por serem obsoletas, certas disposições do Tratado CE que referem datas ou acontecimentos ultrapassados (o artigo 14.º do TCE e o artigo 93.º do TCE, que referem a data de 31 de Dezembro de 1992 como data prevista para a realização do mercado interno, e o n.º 1 do artigo 37.º do TCE, que faz referência a uma conferência realizada em Stresa, em 1958, cujos resultados fazem hoje parte integrante do acervo).

**3. Reestruturação de determinadas partes do articulado**

O Grupo sugeriu (págs. 182/183) que se procedesse a uma reestruturação limitada de partes do articulado, a saber:

- a) Transferir o artigo 4.º do TCE para o início do Título "*Política Económica e Monetária*";
- b) Transferir os artigos 14.º e 15.º do TCE para o início de um novo título ou capítulo consagrado ao mercado interno, no qual figurariam também os artigos 94.º a 97.º do TCE;
- c) Completar o Título II, "*Agricultura*", do TCE com as palavras "*e Pescas*", a fim de reflectir no título o âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 32.º do TCE, e adaptar o texto deste artigo em conformidade.

**4. Sessões anuais do Parlamento Europeu**

O Grupo sugere (pág. 187) que se substitua a fórmula constante do segundo parágrafo do artigo 196.º do TCE "*O Parlamento Europeu pode reunir-se em sessão extraordinária....*", que é susceptível de gerar confusões aos olhos do cidadão, pela formulação consignada no Regimento do Parlamento desde 1958: "*o período de sessões*".

**Mandato complementar de 29 de Abril de 2003**

---

**CONVENÇÃO EUROPEIA****Bruxelas, 29 de Abril de 2003**

SECRETÁRIO-GERAL

**Segundo mandato complementar do Grupo de Peritos  
designados pelos Serviços Jurídicos  
das três Instituições****Actos jurídicos e regras processuais**

1. Na reunião de 2 de Abril de 2003, o Praesidium analisou as sugestões apresentadas pelo Grupo de Peritos no relatório de 13 de Março de 2003. Na sequência dessa análise, decidiu-se conferir um mandato complementar ao Grupo para integrar algumas das sugestões a que se decidiu dar seguimento. O referido mandato indicava que a integração das sugestões a que se referiam os pontos 29, 30, 31 e 32 do relatório, que o Praesidium não havia ainda analisado, seriam eventualmente objecto de um novo mandato complementar do Praesidium.
2. Na reunião de 10 de Abril de 2003, o Praesidium analisou as questões abordadas nos pontos 29 ("Denominação dos actos legislativos") e 30, 31 e 32 ("Diferenciação entre os actos legislativos e não legislativos do Conselho").
3. Nessa reunião, o Praesidium decidiu fazer a distinção entre actos legislativos (artigo 25.º) e não legislativos directamente adoptados com base na Constituição (artigo 26.º) e, de entre os primeiros, entre as base jurídicas que deverão passar a ser submetidas ao processo legislativo ordinário e as que serão adoptadas pelo Parlamento ou pelo Conselho com a participação do outro ramo da autoridade legislativa. As listas constantes do **Anexo** reflectem as conclusões do Praesidium.
4. No que diz respeito aos actos legislativos, o sistema descrito no projecto de artigo 26.º implica que sejam sempre adoptados pelo legislador. Regra geral, são adoptados conjuntamente e em pé de igualdade pelos dois ramos da autoridade legislativa, de acordo com o processo legislativo ordinário previsto no projecto de artigo 25.º. No entanto, em certos casos específicos, são adoptados de acordo com processos legislativos especiais pelo Parlamento com uma certa participação do Conselho ou pelo Conselho (que actua na qualidade de legislador, isto é, sujeito às regras de transparência e de subsidiariedade) com uma certa participação do Parlamento.

5. À luz das propostas apresentadas e do debate do plenário, bem como do relatório do Grupo de Peritos de 13 de Março de 2003, o Praesidium chegou à conclusão que a designação de "legislativo" para o processo que constitui a regra geral pode induzir em erro, uma vez que parece constituir o critério determinante e não a consequência do carácter "legislativo" do acto. O Praesidium decidiu precisar o seu alcance enquanto processo legislativo de direito comum, qualificando-o como "processo legislativo ordinário", com o objectivo de não excluir o carácter legislativo dos que, em número muito limitado, seriam adoptados (se a Convenção assim o decidir) pelo Parlamento ou pelo Conselho, com diversos graus de participação do outro ramo da autoridade legislativa, de acordo com os processos legislativos de carácter especial.
6. As bases jurídicas sobre que incidem tanto alguns projectos de artigos e como os debates em curso na Convenção e nos Círculos de Discussão não foram consideradas no presente documento. É no âmbito destes debates e trabalhos específicos sobre as diversas matérias que devem ser determinados o carácter legislativo ou não das base jurídicas e, por conseguinte, o processo que lhes é aplicável. Encontram-se neste caso as disposições sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, as relativas ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Primeira Instância, as disposições finais e as que dizem respeito à acção externa, às finanças, às Instituições, à pertença à União e à vida democrática. Os processos de decisão da União Económica e Monetária deverão ser sujeitos a uma análise conjunta separada, a fim de assegurar a respectiva coerência.
7. A Secção I do Anexo é constituída pelas bases jurídicas que são actualmente já sujeitas ao processo legislativo ordinário e cujo carácter legislativo não está, por isso mesmo, em debate. Constam desta mesma secção as base jurídicas a que as conclusões do Grupo de Trabalho da Simplificação (Grupo IX) fazem directamente referência.
8. A Secção II refere as bases jurídicas a que o processo legislativo ordinário poderia ser alargado. O Praesidium considera que estão neste caso actos de carácter legislativo à luz dos critérios identificados pelo Grupo de Trabalho da Simplificação.
9. A Secção III refere-se às bases jurídicas com base nas quais são adoptados actos que, tendo carácter legislativo, são adoptados pelo Parlamento ou pelo Conselho, com diversos graus de participação do outro ramo da autoridade legislativa.
10. A Secção IV apresenta a lista dos actos não legislativos. Trata-se de bases jurídicas que preenchem os critérios enunciados pelo Grupo de Trabalho IX.
11. Convida-se o Grupo de Peritos a dar seguimento às decisões do Praesidium relativamente aos seguintes aspectos:
  - a) Solicita-se ao Grupo de Peritos que assinale quais os instrumentos a utilizar para cada base jurídica da Parte III da Constituição. São eles a lei e a lei-quadro para as bases jurídicas incluídas nas secções I, II e III acima referidas. A lei substitui o regulamento e a lei-quadro a directiva. Quanto à secção IV, o regulamento substitui o regulamento e a directiva; a decisão mantém a sua designação.
  - b) Sempre que o Tratado actual não faça referência a nenhum instrumento concreto, referindo-se, de um modo geral, a "medidas", há que manter a possibilidade de opção entre "lei" e "lei-quadro" relativamente às bases jurídicas incluídas nas secções I, II e III e entre "regulamento" e "decisão" relativamente às bases jurídicas da secção IV.

- c) O termo "medidas", utilizado pelo Grupo em todos os casos em que o Tratado não especifica o instrumento, inclui também as recomendações. Estas serão abrangidas por uma disposição horizontal do Título V da Constituição (na sua nova versão) que estipulará que "sempre que a adopção de actos juridicamente vinculativos se encontre prevista no Constituição, as Instituições podem também adoptar recomendações".
- d) O projecto de artigo 26.º indica quais os elementos do processo legislativo ordinário: decisão conjunta do Parlamento e do Conselho, que decide por maioria qualificada sob proposta da Comissão, e remete para o artigo (ex-251.º). Por conseguinte, deixaria de ser necessário referir todos esses elementos em cada uma das bases jurídicas, sempre que é aplicável o processo legislativo ordinário. Convida-se o Grupo de Peritos a analisar a possibilidade de simplificar a redacção das bases jurídicas que prevejam a adopção de actos legislativos de acordo com o processo legislativo ordinário, substituindo os pormenores do processo pela simples referência à lei ou lei-quadro.
- e) As listas das bases jurídicas implicam também certas alterações processuais. Solicita-se ao Grupo de Peritos que proceda também a essas alterações.

### **Documento de trabalho de 16 de Abril de 2003: direito de iniciativa da Comissão**

- 12. O Grupo de Peritos apresentou ao Praesidium um documento de trabalho que integra todos os pontos do mandato complementar de 2 de Abril de 2003, com excepção da alínea c), iii), relativa à inserção de um regra geral segundo a qual "salvo disposição expressa em contrário, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão".
- 13. Entretanto, o Praesidium apresentou à Convenção um projecto de Título IV, relativo às Instituições. Esse projecto consagra a regra segundo a qual "salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão".<sup>1</sup>
- 14. Tendo em conta esta disposição geral, por um lado, e os argumentos desenvolvidos pelos juristas, convida-se o Grupo a:
  - manter, para todas as bases jurídicas que não prevejam actos legislativos, a menção "sob proposta da Comissão"
  - proceder, para as bases jurídicas que prevejam actos legislativos, à supressão de qualquer elemento de carácter processual, limitando-se à referência à lei e à lei-quadro.

---

<sup>1</sup> Projecto de n.º 2 do artigo 18.º (CONV 691/03).



### **Prazo do segundo mandato complementar**

15. Dada a intensificação dos trabalhos da Convenção, solicita-se ao Grupo de Peritos a dar seguimento ao presente segundo mandato complementar e a apresentar as suas conclusões ao Praesidium em 8 de Maio de 2003, por intermédio do Secretariado da Convenção.

## I. ACTOS LEGISLATIVOS – PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

- Regras que proíbem qualquer discriminação em razão da nacionalidade. Artigo 12.º.
- Medidas de incentivo em matéria de não discriminação. N.º 2 do artigo 13.º.
- Disposições que visam facilitar o direito de os cidadãos circularem e permanecerem livremente no território dos Estados-Membros. N.º 2 do artigo 18.º.
- Livre circulação de trabalhadores. Artigo 40.º.
- Direito de estabelecimento. Artigo 44.º.
- Coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas que prevêm um regime especial para os nacionais de outros Estados-Membros no exercício do direito de estabelecimento. N.º 2 do artigo 46.º.
- Direito de estabelecimento para actividades não assalariadas. Fim do n.º 2 do artigo 47.º.
- Serviços. Artigo 55.º.
- Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-Membro, ou que atravessem o território de um ou mais Estados-Membros; condições em que os transportadores não residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-Membro; medidas que permitam aumentar a segurança dos transportes. N.º 1 do artigo 71.º.
- Extensão das regras processuais previstas no n.º 1 do artigo 71.º aos transportes marítimos e aéreos. N.º 2 do artigo 80.º.
- Medidas de harmonização relativas ao mercado interno. N.º 1 do artigo 95.º.
- Medidas de incentivo ao emprego. Artigo 129.º.
- Cooperação aduaneira. Artigo 135.º.
- Política social: alíneas a), b), e), h), i), j), k) do n.º 1 e segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 137.º (*Presentemente: a parte do artigo a que aqui se faz referência está já sujeita ao processo legislativo, a parte restante – ver infra – poderá passar a sê-lo por decisão do Conselho, deliberando por unanimidade*).
- Política social (igualdade de oportunidades, de tratamento e de remuneração). Artigo 141.º.
- Aplicação das decisões relativas ao Fundo Social Europeu. Artigo 148.º.
- Educação. N.º 4 do artigo 149.º (com excepção das recomendações).
- Formação profissional (medidas que contribuam para a realização dos objectivos do artigo 150.º) N.º 4 do artigo 150.º.
- Saúde pública (condições mínimas de qualidade e de segurança dos órgãos, medidas nos domínios veterinário e fitossanitário que tenham directamente por objectivo a protecção da saúde pública). N.º 4 do artigo 152.º.
- Defesa dos consumidores. N.º 4 do artigo 153.º.
- Redes transeuropeias, orientações. Primeiro parágrafo do artigo 156.º.
- Outras medidas relativas às redes transeuropeias. Artigo 156.º.
- Indústria. N.º 3 do artigo 157.º.
- Medidas do domínio da coesão económica e social. Artigo 159.º.
- Decisões de aplicação relativas ao FEDER. Artigo 162.º.
- Programa-quadro em matéria de investigação. Artigo 166.º.
- Adopção das medidas citadas nos artigos 167.º, 168.º e 169.º - investigação. Artigo 172.º.
- Ambiente (acções comunitárias destinadas a realizar os objectivos do artigo 174.º). N.º 1 do artigo 175.º.

- Programa de acção noutros domínios ambientais. N.º 3 do artigo 175.º.
- Cooperação para o desenvolvimento. Artigo 179.º.
- Estatuto e regras financeiras dos partidos políticos ao nível europeu. Artigo 191.º.
- Princípios gerais em matéria de transparência. N.º 2 do artigo 255.º.
- Combate às fraudes lesivas dos interesses financeiros da Comunidade. N.º 4 do artigo 280.º.
- Estatísticas. N.º 1 do artigo 285.º.
- Criação de um órgão independente de supervisão para a protecção dos dados. N.º 2 do artigo 286.º.

**Bases jurídicas directamente referidas nas conclusões do Grupo sobre a Simplificação que deverão ser sujeitas ao processo legislativo ordinário**

- Mercado interno (medidas em matéria de segurança social para os trabalhadores migrantes comunitários). Artigo 42.º. ***(Presentemente, o Conselho delibera por unanimidade)***<sup>1</sup>
- Coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. Coordenação dos princípios legislativos existentes das profissões, no que respeita à formação e às condições de acesso das pessoas singulares. Artigo 47.º. ***(Presentemente, o Conselho delibera por unanimidade)***
- Cultura. Artigo 151.º (com excepção das recomendações). ***(Presentemente, o Conselho delibera por unanimidade)***
- Fundos estruturais e fundos de coesão (a partir de 2007). Artigo 161.º. ***(Presentemente: maioria qualificada em 2007 e parecer favorável)***

---

<sup>1</sup> O Praesidium propõe a alteração do processo, isto é, que se passe da unanimidade à maioria qualificada, pois considera que esta disposição não implica medidas de harmonização das legislações dos Estados-Membros.

## **II. DISPOSIÇÕES QUE PODERÃO SER SUJEITAS AO PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO**

### **Processo actual: Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento**

- Legislação em matéria de política agrícola comum. N.º 2 do artigo 37.º.<sup>2</sup>
- Liberalização dos serviços. N.º 1 do artigo 52.º.
- Disposições que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar o nível de vida e o emprego. N.º 2 do artigo 71.º.
- Política social: alíneas d), f) e g) do n.º 1 e segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 137.º. *(Nos termos do Tratado em vigor, os aspectos aqui visados poderão ser submetidos ao processo de co-decisão por meio de uma decisão do Conselho, deliberando por unanimidade)*
- Modalidades de fiscalização das competências de execução. Artigo 202.º (Projecto de artigo 28.º)
- Adopção dos regulamentos financeiros (a partir de 2007). N.º 1 do artigo 279.º.
- Estabelecimento do Estatuto dos Funcionários da Comunidade Europeia e do regime aplicável aos outros agentes das Comunidades. Artigo 283.º.

### **Processo actual: Maioria qualificada no Conselho**

- Exclusão de certas actividades, num determinado Estado-Membro, do âmbito de aplicação das disposições relativas ao direito de estabelecimento. Segundo parágrafo do artigo 45.º.
- Extensão do benefício das disposições relativas às prestações de serviços aos nacionais de um país terceiro estabelecidos na Comunidade. Segundo parágrafo do artigo 49.º.
- Adopção de outras medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes. Primeira parte do n.º 2 do artigo 57.º.
- Adopção de directivas destinadas a suprimir as distorções no mercado comum. Segundo parágrafo do artigo 96.º.

### **Processo actual: Unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento**

- Alteração de certos artigos do Protocolo relativo os Estatutos do BEI. Artigo 266.º.

---

<sup>2</sup> Haverá que precisar numa fase posterior quais os aspectos da política agrícola que devem ser considerados legislativos e quais os que devem ser considerados não legislativos.

### **III. ACTOS LEGISLATIVOS ADOPTADOS DE ACORDO COM UM PROCESSO LEGISLATIVO ESPECIAL**

#### **Actos adoptados pelo Parlamento Europeu**

- Estatuto do Provedor de Justiça N.º 4 do artigo 195.º (*Processo actual: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão*)
- Estatuto dos membros do Parlamento N.º 5 do artigo 190.º (*Processo actual: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão*)
- Modalidades de exercício do direito de inquérito. Artigo 193.º (*Processo actual: comum acordo do Parlamento, do Conselho e da Comissão. O Praesidium propõe: Adopção pelo Parlamento, após aprovação do Conselho e parecer da Comissão*)

#### **Actos que exigem ratificação nacional**

- Extensão dos direitos associados à cidadania. Artigo 22.º (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento. O Praesidium propõe substituir o parecer simples do Parlamento por um parecer favorável*)
- Processo eleitoral uniforme N.º 4 do artigo 190.º. (*Processo actual: unanimidade no Conselho sob proposta e após parecer favorável do PE*)

#### **Actos com repercussões constitucionais nos Estados-Membros**

Medidas destinadas a combater a discriminação. N.º 1 do artigo 13.º<sup>3</sup> (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento*)

Cidadania: direito de votar e ser eleito. Artigo 19.º.<sup>3</sup> (*Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento*)

#### **Actos de particular sensibilidade política.<sup>4</sup> Processo actual: unanimidade no Conselho e parecer simples do Parlamento**

- Adopção de medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que constituam um retrocesso em relação à liberalização prevista pelo direito comunitário. Fim do n.º 2 do artigo 57.º.<sup>5</sup> (*O processo actual não prevê parecer do Parlamento*)
- Harmonização das legislações. Artigo 94.º.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Mesmo que não exijam ratificação nacional, estas duas bases jurídicas têm consequências directas sobre disposições de natureza constitucional dos Estados-Membros.

<sup>4</sup> O Grupo de Trabalho da Simplificação (Grupo IX), ao abordar a questão da generalização do processo legislativo, assinalou que subsistiriam excepções a esta regra em domínios em que a natureza particular da União exige processos de tomada de decisão autónomos (exigência de ratificação) ou em domínios de "grande sensibilidade política" para os Estados-Membros.

<sup>5</sup> Estas três disposições constituem excepções em relação às respectivas regras gerais, que prevêm o processo legislativo: o fim do n.º 2 do artigo 57.º constitui a excepção em relação à regra geral da primeira parte do n.º 2 do artigo 57; o artigo 94.º constitui a excepção em relação ao artigo 95.º, se o Praesidium seguir a proposta do Grupo de Peritos; o n.º 2 do artigo 175.º constitui a excepção em relação ao n.º 1 do artigo 175.º.

- Política social: segurança social e protecção social dos trabalhadores. Alínea c) do n.º 1 e segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 137.º
- Disposições de natureza fiscal, medidas relativas ao ordenamento do território e à afectação dos solos, medidas que afectem a biodiversificação e o aprovisionamento energéticos. N.º 2 do artigo 175.º<sup>5</sup>

#### IV. ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

##### **Processo actual: Maioria qualificada no Conselho e parecer simples do Parlamento**

- Actos não legislativos da política agrícola. N.º 2 do artigo 37.º<sup>6</sup>
- Actos em matéria de concorrência. Artigo 83.º.
- Actos em matéria de auxílios estatais. Artigo 89.º.
- Elaboração de directrizes que os Estados-Membros têm em conta nas respectivas políticas de emprego, com base nas conclusões do Conselho Europeu. N.º 2 do artigo 128.º.
- Programas específicos em matéria de investigação. N.º 4 do artigo 166.º.
- Investigação, criação de empresas comuns. N.º 1 do artigo 172.º.
- Nomeação dos membros do Tribunal de Contas. N.º 3 do artigo 247.º.

##### **Processo actual: Maioria qualificada no Conselho**

- Orientações para assegurar um progresso equilibrado no conjunto dos sectores abrangidos pelo mercado interno. N.º 3 do artigo 14.º.
- Fixação dos direitos da pauta aduaneira comum. Artigo 26.º.
- Supressão das discriminações no domínio dos transportes. N.º 3 do artigo 75.º.
- Exonerações e reembolsos à exportação e direitos de compensação às importações entre Estados-Membros. Artigo 92.º.
- Recomendações em matéria de emprego. N.º 4 do artigo 128.º.
- Aplicação dos outros acordos entre os parceiros sociais. N.º 2 do artigo 139.º.
- Recomendações em matéria de educação. Segundo travessão do n.º 4 do artigo 149.º.
- Recomendações no domínio da cultura. Segundo travessão do n.º 5 do artigo 151.º.
- *(Presentemente: unanimidade no Conselho. O Praesidium propõe que se passe à maioria qualificada para manter a coerência com as propostas sobre a legislação na secção I)*
- Recomendações em matéria de saúde pública. Fim do n.º 4 do artigo 152.º.
- Fixação dos vencimentos, subsídios, abonos e pensões dos membros da Comissão e do Tribunal de Justiça. Artigo 210.º.
- Decisão de não substituir um Comissário após uma demissão voluntária ou compulsiva. Segundo parágrafo do artigo 215.º.
- Fixação das condições de emprego, vencimentos, subsídios, abonos e pensões dos membros do Tribunal de Contas. N.º 8 do artigo 247.º.
- Nomeação dos membros do CES e fixação dos subsídios. Artigo 259.º.
- Fixação dos subsídios dos membros do CES. Último parágrafo do artigo 258.º.
- Nomeação dos membros do CdR e dos respectivos suplentes. Terceiro parágrafo do artigo 263.º.

<sup>6</sup> Ver nota de rodapé da página 7

**Processo actual: Unanimidade no Conselho**

- Decisões sobre a compatibilidade dos auxílios estatais em matéria de concorrência com o mercado comum. N.º 2 do artigo 88.º.
- Aplicação dos acordos celebrados entre parceiros sociais nos domínios abrangidos pelo n.º 3 do artigo 137.º. N.º 2 do artigo 139.º.
- Fixação do regime linguístico das Instituições da Comunidade. Artigo 290.º.
- Modificações à lista dos produtos a que se referem as disposições relativas ao comércio ou à produção de armas, de munições e de material de guerra. N.º 2 do artigo 296.º.

**Processo actual: Maioria simples no Conselho**

- Comité do Emprego. Artigo 130.º.
  - Comité da Protecção Social. Artigo 144.º.
  - Estatuto dos comités previstos no Tratado. Artigo 209.º.
-

# • VOLUME I

## **ANTEPROJECTO DE TRATADO CONSTITUCIONAL**

### **Parte II**

#### **Políticas e Execução das Acções da União**

\* \* \*

*Texto das disposições dos Tratados CE e UE*

*segundo a estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002*

*(CONV 369/02)*



## *ÍNDICE*

### **PARTE II:**

### **POLÍTICAS E EXECUÇÃO DAS ACÇÕES DA UNIÃO**

página

[DISPOSIÇÕES COMUNS] <i>(nova denominação)</i>	36
[NÃO DISCRIMINAÇÃO E CIDADANIA] <i>(nova denominação)</i>	37
<b>A. POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS</b>	42
<b>A1. MERCADO INTERNO</b>	42
I. Livre circulação de pessoas e de serviços	43
1. Trabalhadores	43
2. Liberdade de estabelecimento	45
3. Liberdade de prestação de serviços	48
4. <del>Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas</del> <i>(transferido para A4. "Espaço de liberdade, de segurança e de justiça")</i>	
II. Livre circulação de mercadorias	51
1. União aduaneira	51
[1-A. <u>Cooperação aduaneira</u> ] <i>(nova denominação)</i>	52
2. Proibição das restrições quantitativas	52
III. Capitais e pagamentos	53
[III-A. <u>Disposições fiscais</u> ] <i>(nova denominação)</i>	55
IV. Aproximação das legislações	56

<b>A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA</b> <i>(não transcrito)</i>	59
<b>A3. POLÍTICAS NOUTROS DOMÍNIOS ESPECÍFICOS</b>	59
I. Regras de concorrência	59
II. Política social	65
III. Coesão económica e social	71
IV. Agricultura e pescas	73
V. Ambiente	77
VI. Defesa dos consumidores	80
VII. Transportes	80
VIII. Redes transeuropeias	84
IX. Investigação e desenvolvimento tecnológico	86
<b>A4. <del>SEGURANÇA INTERNA</del> ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA</b> <i>(não transcrito)</i>	90
<b>A5. DOMÍNIOS EM QUE A UNIÃO PODE DECIDIR CONDUZIR UMA ACÇÃO DE APOIO</b>	91
I. Emprego	91
II. Saúde pública	93
III. Indústria	95
IV. Cultura	96
V. Educação, formação profissional e juventude	97

<b>A-A</b>	<b>ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS</b>	99
<b>B.</b>	<b>ACÇÃO EXTERNA</b> <i>(não transcrito)</i>	102
<b>C.</b>	<b>DEFESA</b> <i>(não transcrito)</i>	102
<b>D.</b>	<b>FUNCIONAMENTO DA UNIÃO</b> <i>(não transcrito)</i>	102

\* \* \*

**PARTE II:**  
**POLÍTICAS E EXECUÇÃO DAS ACCÇÕES DA UNIÃO**

**[DISPOSIÇÕES COMUNS] <sup>1</sup>**

Cláusula 1 (ex-artigo 3.º)

1. [...] <sup>2</sup>

~~2.~~ Na realização de todas as acções previstas ~~no presente artigo~~ **na presente Parte**, a ~~Comunidade União~~ terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres. <sup>3</sup>

Cláusula 2 (ex-artigo 6.º) <sup>4</sup>

As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da ~~Comunidade União~~ previstas ~~no artigo 3.º~~ **na presente Parte**, em especial com o objectivo de promover um desenvolvimento sustentável.

---

<sup>1</sup> Dado que o anteprojecto de estrutura do Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02) não especifica qual a localização de determinadas disposições, estas foram inseridas em diversas posições ao longo do texto, subordinadas a um título provisório, enquanto se aguardam indicações mais precisas da parte da Convenção. Além disso, de uma forma geral, a formulação dos títulos e secções intermédios (existentes ou sugeridos) surgem entre parênteses rectos, até que seja definida uma estrutura mais precisa.

<sup>2</sup> Este número consta da adenda ao presente documento.

<sup>3</sup> Este número, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com o artigo 6.º (ambiente), ou até mesmo com as restantes disposições deste tipo que se encontram dispersas nos vários capítulos, por exemplo sob o título de "disposições comuns". Além disso, observe-se que a referência à "presente parte", na medida em que essa parte viesse a incluir matérias que actualmente se inserem no âmbito do segundo e terceiro pilares, alargaria o âmbito de aplicação deste (ou destes) parágrafo(s) horizontal(ais).

<sup>4</sup> Este artigo, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com outros artigos do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º). Mesma observação que na referida nota no que se refere à utilização da expressão "presente parte".

### Cláusula 3 (ex-artigo 16.º)

Sem prejuízo ~~de disposto nos~~ dos [artigos 73.º, 86.º e 87.º], e atendendo à posição que os serviços de interesse económico geral ocupam ~~no conjunto dos valores comuns~~ enquanto serviços a que **todos na União atribuem valor**<sup>5</sup> e ao papel que desempenham na promoção da sua coesão social e territorial, a ~~Comunidade~~ União e os seus Estados-Membros, dentro do limite das respectivas competências e no âmbito de aplicação ~~do presente Tratado~~ da **Constituição**, zelarão por que esses serviços funcionem com base em princípios e em condições que lhes permitam cumprir as suas missões.

### Cláusula 4 (ex-artigo 295.º)

**Texto não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

### Cláusula 5 (ex-artigo 296.º)<sup>6</sup>

**Texto não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

## [NÃO DISCRIMINAÇÃO E CIDADANIA]<sup>7</sup>

### Cláusula 6 (ex-artigo 12.º)

~~No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.~~

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, pode adoptar normas destinadas A lei ou lei-  
-quadro europeia regula a proibição dessas das discriminações em razão da nacionalidade a que  
se refere o [artigo (...)]~~<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Fórmula prevista no mandato complementar de 2 de Abril de 2003.

<sup>6</sup> Este artigo poderia ser analisado pela Convenção no quadro das questões relativas à defesa comum.

<sup>7</sup> Sugestão de novo título que não consta da estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (CONV 369/02).

<sup>8</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Não discriminação em razão da nacionalidade" da Parte I (artigo 6.º- doc. CONV 528/03).

## Cláusula 7 (ex-artigo 13.º)

1. Sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** e dentro dos limites das competências que ~~este esta~~ confere à ~~Comunidade União~~, ~~o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar, uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho pode estabelecer~~ as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. **O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.**

2. Em derrogação do n.º 1, ~~sempre que adopte a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá~~ medidas de incentivo comunitárias **da União**, ~~com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros~~, para apoiar as acções dos Estados-Membros destinadas a contribuir para a realização dos objectivos referidos no n.º 1, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros ~~o Conselho delibera nos termos do artigo 251.~~

## Cláusula 8 (ex-artigo 18.º)

1. ~~Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adoptadas em sua aplicação.~~<sup>9</sup>

2. Se, para atingir esse **o** objectivo, **referido no [artigo (...)]**<sup>10</sup>, **do direito de livre circulação e de livre permanência para qualquer cidadão da União**, se afigurar necessária uma acção da ~~Comunidade União~~ sem que ~~o presente Tratado a Constituição~~ tenha previsto poderes de acção para o efeito, ~~o Conselho pode adoptar disposições a lei ou lei-quadro europeia pode destinadas a facilitar o exercício dos direitos a que se refere o n.º 1 desse direito. O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º.~~

3. O [n.º 2] não se aplica às ~~disposições~~ **medidas** relativas aos passaportes, aos bilhetes de identidade, às autorizações de residência ou a qualquer outro documento equiparado, nem às disposições respeitantes à segurança social ou à protecção social.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> O n.º 1 do artigo 18.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>10</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>11</sup> Sugere-se que se esclareça se este número se destina a excluir toda e qualquer competência a título deste artigo nos domínios enumerados ou se o objectivo pretendido é excluir a co-decisão ou apenas a maioria qualificada no Conselho. No segundo caso, seria conveniente que a Convenção analisasse a oportunidade de introduzir uma base jurídica específica para as medidas referidas no n.º 3.

1. ~~Qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito <sup>13</sup> será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu. Essas modalidades podem prever disposições derrogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.~~

2. ~~Sem prejuízo do disposto no [n.º 4 do artigo 190.º] e das disposições adoptadas para a sua aplicação, qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu; O exercício do direito de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições municipais e para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, a que se refere o [artigo (...)] <sup>14</sup>, será regulamentado por lei ou lei-quadro europeia. O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu. Essas regras podem prever disposições derrogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.~~

**O direito de eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu é exercido sem prejuízo do [n.º 4 do artigo 190.º] e das medidas adoptadas para a sua aplicação.**

---

<sup>12</sup> Texto que funde os n.ºs 1 e 2 e mantém uma referência ao n.º 4 do artigo 190.º; o qual contempla o processo eleitoral uniforme para os membros do Parlamento Europeu, que será abrangido pela Parte I. Esta disposição visa o direito ( de eleger/ ser eleito nas eleições europeias) e não o processo para a adopção das disposições que regulam o exercício desse direito (aqui previsto). Ora, o projecto de artigo "Cidadania" da Parte I ( segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º-CONV 528/03), que contém esse direito, já não se refere ao artigo 190.º. Por conseguinte, tal como aqui se propõe, é conveniente fazer da referência ao artigo 190.º uma frase separada que especifique que a mesma só se aplica ao direito de eleger e ser eleito.

<sup>13</sup> O primeiro período dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>14</sup> Inserir uma referência ao artigo "Direito de eleger/ ser eleito" nas eleições municipais e para o PE" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

Cláusula 10 (ex-artigo 20.º) <sup>15</sup>

~~Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras~~ **tomam as disposições** ~~necessárias e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa a protecção~~ **diplomática e consular dos cidadãos da União nos Estados terceiros, a que se refere o [artigo (...)]** <sup>16</sup>.

**A/ uma lei-quadro ou lei-quadro [... a Convenção determinará se o acto deve ser adoptado em co-decisão ou apenas pelo Conselho, e qual a regra de votação ...] pode estabelecer as medidas necessárias para facilitar essa protecção.**

Cláusula 11 (ex-artigo 21.º) <sup>17</sup>

~~Qualquer cidadão da União goza do direito de petição ao Parlamento Europeu, nos termos do disposto no artigo 194.º.~~

~~Qualquer cidadão da União pode dirigir-se ao Provedor de Justiça instituído nos termos do disposto no artigo 195.º.~~

**As línguas em que qualquer cidadão da União se pode dirigir-se por escrito a qualquer das às Instituições ou órgãos ao abrigo do [artigo (...)] <sup>18</sup>, e obter uma resposta na mesma língua, são as que se encontram enumeradas no [artigo 314.º] a que se refere o presente artigo ou o artigo 7.º numa das línguas previstas no artigo 314.º e obter uma resposta redigida na mesma língua. As Instituições e órgãos a que se refere o presente artigo são os que estão enumerados no [artigo (...)] <sup>19</sup> e o Provedor de Justiça.**

Cláusula 12 (ex-artigo 22.º)

A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, de três em três anos, um relatório sobre a aplicação das disposições **do [artigo (...)] <sup>20</sup>** e da [presente Parte]. Esse relatório terá em conta o desenvolvimento da União.

<sup>15</sup> O primeiro período do artigo 20.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03). Texto sugerido para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (supressão do instrumento da convenção entre Estados-Membros).

<sup>16</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (terceiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>17</sup> Os dois primeiros parágrafos, que não são funcionais e apenas remetem para os artigos 194.º e 195.º, devem ser suprimidos, uma vez que o direito que prevêm está enunciado no projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>18</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>19</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo da Parte I que incluirá a lista das Instituições e dos dois órgãos consultivos (Comité Económico e Social e Comité das Regiões).

<sup>20</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).



Com base nesses relatórios, e sem prejuízo das demais disposições do presente Tratado da **Constituição**, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode aprovar disposições **uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho aprofundará** destinadas a aprofundar os direitos previstos na presente Parte no [artigo (...)<sup>21</sup>]. O Conselho recomendará aos Estados-Membros a adopção **da lei ou lei-quadro**, nos termos das respectivas normas constitucionais. **O Conselho delibera por unanimidade após aprovação do Parlamento Europeu**<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>22</sup> Substituição da consulta pela aprovação do Parlamento, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

PARTE III  
AS POLÍTICAS  
DA COMUNIDADE UNIÃO

A. **POLÍTICAS E ACCÇÕES INTERNAS** <sup>23</sup>

A1. MERCADO INTERNO

Cláusula 13 (ex-artigo 14.º) <sup>24</sup>

1. A ~~Comunidade adoptará~~ **União adoptará** as medidas destinadas a estabelecer ~~progressivamente o mercado interno durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992,~~ nos termos do ~~disposto no~~ presente artigo, ~~dos~~ [artigos 15.º e 26.º], ~~do~~ [n.º 2 do artigo 47.º,] ~~e dos~~ [artigos 49.º, 80.º, 93.º e 95.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**.
2. O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**.
3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ sob proposta da Comissão, ~~definirá~~ **adoptará os regulamentos europeus ou as decisões europeias** <sup>25</sup> **que definem** as orientações e condições necessárias para assegurar um progresso equilibrado no conjunto dos sectores abrangidos. <sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> Observe-se que a estrutura do anteprojecto de Tratado Constitucional (CONV 369/02) não previa posição específica no texto para disposições relativas a determinados domínios, como a energia, a investigação espacial, a ajuda humanitária, a protecção contra as catástrofes e o desporto, que foram entretanto previstos nos projectos de artigos sobre as competências da União (CONV 528/03). Assim, a Convenção deverá indicar se pretende que estas disposições surjam no texto e em que posição.

<sup>24</sup> Sugere-se que os artigos 14.º e 15.º passem a constar do Capítulo "Mercado Interno".

<sup>25</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Dado o âmbito deste número, sugere-se que se pondere a conveniência de prever, pelo contrário, actos legislativos.

<sup>26</sup> Este número parece nunca ter sido utilizado. Deverá ser suprimido?

Cláusula 14 (ex-artigo 15.º)<sup>27</sup>

Aquando da formulação das suas propostas destinadas a realizar os objectivos enunciados no artigo 14.º, a Comissão terá em conta a amplitude do esforço que certas economias que apresentam diferenças de desenvolvimento devem suportar ~~durante o período de~~ **para o** estabelecimento do mercado interno e pode propor as ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

Se estas ~~disposições~~ **medidas** tomarem a forma de derrogações, devem ter carácter temporário e implicar o mínimo possível de perturbações no funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

Cláusula 15 (ex-artigo 297.º)

**Texto não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

Cláusula 16 (ex-artigo 298.º)

**Texto não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003**

## I. LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE SERVIÇOS

### 1. TRABALHADORES

Cláusula 17 (ex-artigo 39.º)

1. ~~A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada~~ **Os trabalhadores têm o direito de circular livremente na Comunidade União.**<sup>28</sup>

2. ~~A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de~~ **É proibida**<sup>29</sup> toda e qualquer discriminação entre os trabalhadores dos Estados-Membros, em razão da nacionalidade, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e às demais condições de trabalho.

3. ~~A livre circulação dos trabalhadores compreende;~~ Sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, **os trabalhadores têm**<sup>30</sup> o direito de:

a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas.

<sup>27</sup> Foi sugerido que se suprimisse a referência ao período de estabelecimento do mercado interno (ver nota relativa ao artigo 14.º). Todavia, a supressão desta referência poderia acarretar aqui uma perenização das possibilidades de derrogação previstas no artigo 15.º e que só podiam ser aplicadas durante o período em questão.

<sup>28</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>29</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>30</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

- b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros.
  - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais.
  - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele terem exercido uma actividade laboral, em condições que ~~serão sejam~~ objecto de regulamentos ~~européus de execução a estabelecer~~ **adoptados** pela Comissão.
4. ~~O disposto no~~ O presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

#### Cláusula 18 (ex-artigo 40.º)

~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º e após consulta do Comité Económico e Social, tomará, por meio de directivas ou de regulamentos, as medidas~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelece as medidas necessárias para a realização** da livre circulação dos trabalhadores, tal como se encontra definida no [artigo 39.º]. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

**A lei ou lei-quadro europeia tem por objectivo,** designadamente:

- a) ~~Assegurando~~ **Assegurar** uma estreita colaboração entre os serviços nacionais de emprego;
- b) ~~Eliminando~~ **Eliminar** tanto os procedimentos e práticas administrativas, como os prazos de acesso aos empregos disponíveis, decorrentes quer da legislação nacional, quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberalização dos movimentos dos trabalhadores;
- c) ~~Eliminando~~ **Eliminar** todos os prazos e outras restrições previstas, quer na legislação nacional quer em acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, que imponham aos trabalhadores dos outros Estados-Membros condições diferentes das que se aplicam aos trabalhadores nacionais quanto à livre escolha de um emprego;
- d) ~~Criando~~ **Criar** mecanismos adequados a pôr em contacto as ofertas e pedidos de emprego e a facilitar o seu equilíbrio em condições tais que excluam riscos graves para o nível de vida e de emprego nas diversas regiões e indústrias.

Cláusula 19 (ex-artigo 41.º)

O Estados-Membros devem fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores.<sup>31</sup>

Cláusula 20 (ex-artigo 42.º)

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, n.º~~ No domínio da segurança social, ~~as medidas necessárias ao estabelecimento a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas necessárias para a realização da~~ livre circulação dos trabalhadores<sup>32</sup>, instituindo, designadamente, um sistema que assegure aos trabalhadores migrantes e às pessoas que deles dependam:

- a) A totalização de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção do direito às prestações, como para o cálculo destas;
- b) O pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados-Membros.

~~O Conselho delibera por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º.~~<sup>33</sup>

## 2. LIBERDADE DE ESTABELECIMENTO

Cláusula 21 (ex-artigo 43.º)

No âmbito ~~das disposições seguintes~~ do [presente capítulo], são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro.

<sup>31</sup> Sugere-se que se analise se seria útil "modernizar" esta disposição prevendo uma competência da União cuja natureza teria de ser definida.

<sup>32</sup> Esta base jurídica só permite a aprovação de medidas para os "trabalhadores", isto é, para os trabalhadores assalariados. A extensão do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados foi feita com base no artigo 308.º do TCE. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado prever, no capítulo "Estabelecimento", que se aplica aos trabalhadores não assalariados, uma base jurídica específica que abranja esta matéria.

<sup>33</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14 e mandato complementar de 29 de Abril de 2003).

~~A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso~~ **Os nacionais de um Estado-Membro têm o direito de aceder e exercer** actividades não assalariadas, **no território de outro Estado-Membro, o seu exercício, bem como a constituição e a gestão de empresas de constituir e gerir empresas**, designadamente de sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], nas condições definidas na legislação do país **Estado-Membro** de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no [capítulo] relativo aos capitais.<sup>34</sup>

Cláusula 22 (ex-artigo 44.º)

1. ~~A lei-quadro europeia estabelecerá as medidas necessárias para realizar a liberdade de estabelecimento numa determinada actividade, o Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará directivas. A lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.~~

2. **O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão exercerão as funções que lhes são confiadas nos termos das disposições anteriores pelo n.º 1**, designadamente:

- a) Dando prioridade, em geral, às actividades em que a liberdade de estabelecimento constitua uma contribuição particularmente útil para o desenvolvimento da produção e das trocas comerciais.
- b) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais competentes tendo em vista conhecer as situações especiais, na ~~Comunidade~~ **União**, das diversas actividades em causa.
- c) Eliminando os procedimentos e práticas administrativas decorrentes, quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberdade de estabelecimento.
- d) Velando por que os trabalhadores assalariados de um dos Estados-Membros, empregados no território de outro Estado-Membro, possam permanecer nesse território, para nele exercerem uma actividade não assalariada, desde que satisfaçam as condições que lhes seriam exigidas se chegassem a esse Estado no momento em que pretendem ter acesso a essa actividade.
- e) Tornando possível a aquisição e exploração de propriedades fundiárias, situadas no território de um Estado-Membro, por um nacional de outro Estado-Membro, na medida em que não sejam lesados os princípios estabelecidos no [n.º 2 do artigo 33.º].

---

<sup>34</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo (ver também artigo 39.º, relativo aos trabalhadores).

- f) Aplicando a supressão gradual das restrições à liberdade de estabelecimento em todos os ramos de actividade considerados, por um lado, quanto às condições de constituição de agências, sucursais ou filiais no território de um Estado-Membro e, por outro, quanto às condições que regulam a admissão de pessoal do estabelecimento principal nos órgãos de gestão ou de fiscalização daquelas.
- g) Coordenando as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], na medida em que tal seja necessário, e a fim de tornar equivalentes essas garantias.
- h) Certificando-se de que as condições de estabelecimento não sejam falseadas pelos auxílios concedidos pelos Estados-Membros.

#### Cláusula 23 (ex-artigo 45.º)

~~As disposições do O~~ presente capítulo ~~não são aplicáveis~~ **se aplica** às actividades que, num Estado-Membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública.<sup>35</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão,~~ **A lei ou lei-quadro europeia**<sup>36</sup> pode isentar certas actividades da aplicação do presente capítulo.

#### Cláusula 24 (ex-artigo 46.º)

1. ~~As disposições do O~~ [presente capítulo] e as medidas ~~tomadas~~ **adoptadas** em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas **dos Estados-Membros** que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.

2. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará directivas~~ **A lei-quadro europeia coordenará** para a coordenação das cidades **as disposições nacionais a que se refere o n.º 1.**

#### Cláusula 25 (ex-artigo 47.º)<sup>37</sup>

1. ~~A fim de facilitar~~ **A lei-quadro europeia facilitará** o acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício, ~~o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, adoptará directivas,~~ **e visará:**

<sup>35</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>36</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003

<sup>37</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2, que seguem o mesmo processo (na sequência da supressão da unanimidade no Conselho, conforme indicado no relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

- a) O reconhecimento mútuo de diplomas, certificados e outros títulos;
- b) A coordenação **das** disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício.

~~2. Para o mesmo fim, o Conselho adoptará, nos termos do artigo 251.º, directivas que visem coordenar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. O Conselho, deliberando por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º, decidirá sobre as directivas cuja execução implique, num Estado-Membro pelo menos, uma alteração dos princípios legislativos existentes do regime das profissões, no que respeita à formação e às condições de acesso de pessoas singulares. Nos outros casos, o Conselho delibera por maioria qualificada.~~<sup>38</sup>

3. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a eliminação progressiva das restrições ~~dependerá~~ **depende** da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-Membros.

#### Cláusula 26 (ex-artigo 48.º)

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na ~~Comunidade~~ **União** são, para efeitos do ~~disposto no~~ [presente Capítulo], equiparadas às pessoas singulares, nacionais dos Estados-Membros.

Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

#### Cláusula 27 (ex-artigo 294.º)

<b>Texto não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003</b>
--

### 3. LIBERDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### Cláusula 28 (ex-artigo 49.º)

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, as restrições à livre prestação de serviços na ~~Comunidade~~ **União** serão proibidas em relação aos nacionais dos Estados-Membros estabelecidos num ~~Estado da Comunidade~~ **Estado-Membro** que não seja o do destinatário da prestação.

<sup>38</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14, e mandato complementar de 29 de Abril de 2003).



~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, A lei ou lei-quadro europeia~~<sup>39</sup> pode tornar as disposições de o benefício do presente capítulo ~~são extensivas~~ extensivo aos prestadores de serviços nacionais de um Estado terceiro estabelecidos na ~~Comunidade~~ União.

#### Cláusula 29 (ex-artigo 50.º)

Para efeitos do disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, consideram-se "serviços" as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Os serviços compreendem designadamente:

- a) Actividades de natureza industrial.
- b) Actividades de natureza comercial.
- c) Actividades artesanais.
- d) Actividades das profissões liberais.

Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento, o prestador de serviços pode, para a execução da prestação, exercer, a título temporário, a sua actividade no Estado-**Membro** onde a prestação é realizada, nas mesmas condições que esse Estado impõe aos seus próprios nacionais.

#### Cláusula 30 (ex-artigo 51.º)

1. A livre prestação de serviços em matéria de transportes é regulada ~~pelas disposições constantes do~~ **pelo** [título] relativo aos transportes.
2. A liberalização dos serviços bancários e de seguros ligados a movimentos de capitais deve efectuar-se de harmonia com a liberalização da circulação dos capitais.

---

<sup>39</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

Cláusula 31 (ex-artigo 52.º)

1. **A lei-quadro europeia** <sup>40</sup> **estabelecerá as medidas** para realizar a liberalização de um determinado serviço, ~~o Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu adoptará directivas, por maioria qualificada. A lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.~~

2. ~~As directivas~~ **A lei-quadro europeia** a que se refere o n.º 1 contemplará, em geral, prioritariamente os serviços que influem de modo directo nos custos de produção, ou cuja liberalização contribua para fomentar as trocas comerciais de mercadorias.

Cláusula 32 (ex-artigo 53.º) <sup>41</sup>

Os Estados-Membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força da ~~directivas adoptadas~~ **lei-quadro europeia adoptada** em execução do [n.º 1 do artigo 52.º], caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-Membros em causa.

Cláusula 33 (ex-artigo 54.º) <sup>42</sup>

Enquanto não forem suprimidas as restrições à livre prestação de serviços, cada Estado-Membro aplicá-las-á, sem qualquer distinção em razão da nacionalidade ou da residência, a todos os prestadores de serviços referidos no [primeiro parágrafo do artigo 49.º].

Cláusula 34 (ex-artigo 55.º)

~~As disposições dos Os~~ [artigos 45.º a 48.º], ~~inclusive~~, são aplicáveis à matéria regulada no [presente capítulo].

**[4. ~~VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS~~** <sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Substituição da consulta pela co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>41</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta disposição.

<sup>42</sup> Por uma questão de coerência, poder-se-ia estudar se não seria mais adequado prever esta disposição a nível horizontal para as quatro liberdades.

<sup>43</sup> Este Título é integrado no Capítulo A4. *Infra*, a fim de ter em conta o último projecto relativo ao espaço de liberdade, segurança e justiça, em fase de análise pelo Praesidium.

## II. LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

### 1. UNIÃO ADUANEIRA

#### Cláusula 35 (ex-artigo 23.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União assenta numa compreende uma** união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-Membros, de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a aprovação de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros.

2. ~~O disposto no [O artigo 25.º] e no [o Capítulo 2] do [presente Título] é aplicável~~ **são aplicáveis** tanto aos produtos originários dos Estados-Membros, como aos produtos provenientes de países terceiros que se encontrem em livre prática nos Estados-Membros.

#### Cláusula 36 (ex-artigo 24.º)

Consideram-se em livre prática num Estado-Membro os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-Membro, e que não tenham beneficiado de draubaque total ou parcial desses direitos ou encargos.

#### Cláusula 37 (ex-artigo 25.º)

São proibidos entre os Estados-Membros os direitos aduaneiros de importação e de exportação ou os encargos de efeito equivalente. Esta proibição é igualmente aplicável aos direitos aduaneiros de natureza fiscal.

#### Cláusula 38 (ex-artigo 26.º)

~~Os direitos da pauta aduaneira comum são fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão. O Conselho adopta, sob proposta da Comissão, os regulamentos europeus ou decisões europeias que fixam os direitos da pauta aduaneira comum~~<sup>44</sup>.

#### Cláusula 39 (ex-artigo 27.º)

No exercício das funções que lhe são confiadas no presente capítulo, a Comissão orientar-se-á:

---

<sup>44</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

- a) Pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-Membros e países terceiros.
- b) Pela evolução das condições de concorrência na ~~Comunidade~~ **União**, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas.
- c) Pelas necessidades de abastecimento da ~~Comunidade~~ **União** em matérias-primas e produtos semiacabados cuidando que se não falseiem, entre os Estados-Membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados.
- d) Pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-Membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo na ~~Comunidade~~ **União**.

## [1-A. COOPERAÇÃO ADUANEIRA] <sup>45</sup>

### Cláusula 40 (ex-artigo 135.º)

No âmbito de aplicação ~~do presente Tratado da Constituição, o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, tomará medidas destinadas a a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá medidas para~~ reforçar a cooperação aduaneira entre os Estados-Membros e entre estes e a Comissão. Essas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

## 2. PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS

### Cláusula 41 (ex-artigo 28.º) <sup>46</sup>

São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas **tanto** à importação **como** à **exportação**, bem como todas as medidas de efeito equivalente.

### ~~Artigo 29.º~~

~~São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas à exportação, bem como todas as medidas de efeito equivalente.~~

<sup>45</sup> Sugestão de título que não constava da estrutura do anteprojecto de 28 de Outubro de 2002.

<sup>46</sup> É sugerida a fusão deste artigo com o artigo 29.º

Cláusula 42 (ex-artigo 30.º)

~~As disposições dos [O artigos 28.º] e 29.º são aplicáveis~~ **é aplicável** sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir nem um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros.

Cláusula 43 (ex-artigo 31.º)

1. Os Estados-Membros adaptarão os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-Membros, quanto às condições de abastecimento e de comercialização.

~~O disposto no O~~ presente artigo é aplicável a qualquer organismo através do qual um Estado-Membro, de jure ou de facto, controle, dirija ou influencie sensivelmente, directa ou indirectamente, as importações ou as exportações entre os Estados-Membros. ~~Estas disposições são~~ **É igualmente aplicável** aos monopólios delegados pelo Estado.

2. Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar qualquer nova medida que seja contrária aos princípios enunciados no [n.º 1] ou que restrinja o âmbito da aplicação dos artigos relativos à proibição dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-Membros.

3. No caso de um monopólio de natureza comercial comportar regulamentação destinada a facilitar o escoamento ou a valorização de produtos agrícolas, devem ser tomadas medidas para assegurar, na aplicação ~~do disposto no~~ do presente artigo, garantias equivalentes para o emprego e nível de vida dos produtores interessados.

### III. CAPITAIS E PAGAMENTOS

Cláusula 44 (ex-artigo 56.º) <sup>47</sup>

1. No âmbito ~~das disposições~~ do presente capítulo, são proibidas ~~todas~~ as restrições **tanto** aos movimentos de capitais **como aos pagamentos** entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

~~2. No âmbito das disposições do presente Capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.~~

---

<sup>47</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2.

Cláusula 45 (ex-artigo 57.º)

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica a aplicação a países terceiros de quaisquer restrições em vigor em 31 de Dezembro de 1993 ao abrigo de legislação nacional ou **comunitária da União** aprovada em relação aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que envolvam investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.
2. **A lei ou lei-quadro europeia** <sup>48</sup> **estabelecerá as** medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que envolvam investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.

~~Ao mesmo tempo que se esforça~~ **O Conselho e o Parlamento Europeu esforçar-se-ão por** alcançar, em toda a medida do possível, o objectivo da livre circulação de capitais entre Estados-Membros e países terceiros, sem prejuízo dos restantes [capítulos] ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**, ~~o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode adoptar medidas relativas à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.~~ <sup>49</sup>

3. **Em derrogação do n.º 2, só uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho pode estabelecer** ~~É exigida unanimidade relativamente às medidas a adoptar ao abrigo do presente~~ **Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.** <sup>50</sup>

Cláusula 46 (ex-artigo 58.º)

1. [O ~~disposto no~~ artigo 56.º] não prejudica o direito de os Estados-Membros:
  - a) Aplicarem as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o seu capital é investido.
  - b) Tomarem todas as ~~medidas~~ **disposições** indispensáveis para impedir infracções às suas ~~leis e regulamentos~~ **disposições legislativas e regulamentares**, nomeadamente em matéria fiscal e de supervisão prudencial das instituições financeiras, preverem processos de declaração dos movimentos de capitais para efeitos de informação administrativa ou estatística, ou tomarem medidas justificadas por razões de ordem pública ou de segurança pública.

<sup>48</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>49</sup> Por motivos de redacção, é preferível inverter a ordem destes dois números

<sup>50</sup> Parece resultar do mandato complementar de 29 de Abril de 2003 que a consulta do Parlamento Europeu deve ser prevista neste número.

2. O ~~disposto no presente [capítulo]~~ não prejudica a possibilidade de aplicação de restrições ao direito de estabelecimento que sejam compatíveis com o ~~presente Tratado~~ **a Constituição**.

3. As medidas e procedimentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 não devem constituir um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição dissimulada à livre circulação de capitais e pagamentos, tal como definida no [artigo 56.º].

Cláusula 47 (ex-artigo 59.º)

Sempre que, em circunstâncias excepcionais, os movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes causem ou ameacem causar graves dificuldades ao funcionamento da União Económica e Monetária, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta de BCE,~~ pode ~~tomar~~ **adoptar [regulamentos europeus ou decisões europeias que instituem]** <sup>51</sup> medidas de salvaguarda em relação a países terceiros, por um período não superior a seis meses, se essas medidas forem estritamente necessárias. **O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu.**

[III-A. DISPOSIÇÕES FISCAIS] <sup>52</sup>

Cláusula 48 (ex-artigo 90.º)

Nenhum Estado-Membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-Membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

Cláusula 49 (ex-artigo 91.º)

Os produtos exportados <sup>53</sup> **de um Estado-Membro** para o território de ~~um dos~~ **outro** Estados-Membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

---

<sup>51</sup> Este artigo não é mencionado no mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Uma medida de salvaguarda de duração limitada enquadra-se, à primeira vista, na categoria dos actos não legislativos. Por conseguinte, sugere-se a inserção, aqui, de uma menção dos dois tipos de actos não legislativos que o Conselho pode adoptar.

<sup>52</sup> Sugestão de título que não constava da estrutura do anteprojecto de 28 de Outubro de 2002.

<sup>53</sup> A utilização do termo "exportados" no contexto do comércio entre Estados-Membros deveria ser reanalisada.

Cláusula 50 (ex-artigo 92.º)

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, os impostos especiais de consumo e os demais impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos na exportação para outros Estados-Membros, ou lançados direitos de compensação sobre as importações provenientes de Estados-Membros, desde que as ~~medidas~~ **disposições** projectadas tenham sido previamente aprovadas, para vigorarem por um período ~~de tempo~~ limitado, **mediante decisão europeia** <sup>54</sup> **adoptada** pelo Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão.

Cláusula 51 (ex-artigo 93.º)

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta as disposições,~~ **adopta por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas** <sup>55</sup> relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno ~~no prazo previsto no artigo 14.º.~~ <sup>56</sup> **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

#### IV. APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

Cláusula 52 (ex-artigo 94.º) <sup>57</sup>

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta directivas~~ **Proceder-se-á a uma** para a aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado **interno** ~~no prazo previsto no artigo 14.º~~ **mediante leis-quadro europeias do Conselho. Este delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

<sup>54</sup> Acto não legislativo, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>55</sup> O mandato complementar de 29 de Abril de 2003 não determina os actos jurídicos a utilizar neste parágrafo.

<sup>56</sup> Foi sugerida a supressão deste prazo (31.12.1992) (ver nota relativa ao artigo 14.º).

<sup>57</sup> Neste momento, os artigos 94.º e 95.º só permitem aprovar medidas que constituam uma aproximação das legislações nacionais, o que leva a que o artigo 308.º seja utilizado em diversas situações que dizem respeito ao mercado interno mas não implicam uma harmonização das legislações nacionais. Isto acontece, nomeadamente, quando se pretende criar um título comunitário de propriedade intelectual que se sobrepõe aos títulos nacionais. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado criar bases jurídicas específicas ou alterar a referência à "aproximação das legislações", nos artigos 94.º e 95.º, por forma a permitir as acções em causa. Além disso, a Convenção poderá analisar a questão da relação entre os artigos 94.º e 95.º (ver explicação no Anexo II do relatório de 13 de Março de 2003).



1. Em derrogação do [artigo 94.º] e salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado da Constituição, aplicam-se as disposições seguintes~~ **o presente artigo aplica-se** à realização dos objectivos enunciados no [artigo 14.º]. ~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adopta as medidas relativas~~ **Proceder-se-á** à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham por objecto o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno, **mediante leis ou a leis-quadro europeias adoptadas após consulta ao Comité Económico e Social.**
2. O n.º 1 não se aplica às disposições fiscais, às relativas à livre circulação das pessoas e às relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.
3. A Comissão, nas suas propostas ~~previstas no~~ **apresentadas a título do n.º 1** em matéria de saúde, de segurança, de protecção do ambiente e de defesa dos consumidores, basear-se-á num nível de protecção elevado, tendo nomeadamente em conta qualquer nova evolução baseada em dados científicos. No âmbito das respectivas competências, o Parlamento Europeu e o Conselho procurarão igualmente alcançar esse objectivo.
4. Se, após adopção de uma medida de harmonização ~~pelo Conselho ou pela Comissão~~ **mediante uma lei ou uma lei-quadro europeia ou um regulamento da Comissão**, os Estados-Membros considerarem necessário manter disposições nacionais justificadas por exigências importantes a que se refere o [artigo 30.º] ou relativas à protecção do meio de trabalho ou do ambiente, notificarão a Comissão dessas medidas, bem como das razões que motivam a sua manutenção.
5. Além disso, sem prejuízo do disposto no n.º 4, se, após adopção de uma medida de harmonização ~~pelo Conselho ou pela Comissão~~ **mediante uma lei ou uma lei-quadro-europeia ou um regulamento da Comissão**, os Estados-Membros considerarem necessário criar disposições nacionais baseadas em novas provas científicas, relacionadas com a protecção do meio de trabalho ou do ambiente, ou motivadas por qualquer problema específico desse Estado-Membro, que tenha surgido após a aprovação da referida medida de harmonização, notificarão a Comissão das disposições previstas, bem como ~~dos motivos da sua adopção~~ **da sua fundamentação.**
6. No prazo de seis meses a contar da data das notificações a que se referem os n.ºs 4 e 5, a Comissão **adoptará uma decisão europeia que** aprovará ou rejeitará as disposições nacionais em causa, depois de ter verificado que não constituem um meio de discriminação arbitrária ou uma restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros, nem um obstáculo ao funcionamento do mercado interno.

Na ausência de decisão da Comissão dentro do citado prazo, considera-se que as disposições nacionais a que se referem os n.ºs 4 e 5 foram aprovadas.

<sup>58</sup> Ver sugestão da nota anterior.

Se a complexidade da questão o justificar, e não existindo perigo para a saúde humana, a Comissão pode notificar os respectivos Estados-Membros de que o prazo previsto no presente número pode ser prorrogado por um novo período de seis meses, no máximo.

7. Se, em aplicação do [n.º 6], um Estados-Membros for autorizado a manter ou introduzir disposições nacionais derogatórias de uma medida de harmonização, a Comissão ponderará imediatamente se deve propor uma adaptação dessa medida.

8. Sempre que os Estados-Membros levantem problemas específicos em matéria de saúde pública em domínios que tenham sido previamente objecto de medidas de harmonização, informarão do facto a Comissão, que ponderará imediatamente se deve propor ~~ao Conselho~~ medidas adequadas.

9. Em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro pode recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro utiliza de forma abusiva os poderes previstos no presente artigo.

10. As medidas de harmonização ~~acima~~ referidas **no presente artigo** compreenderão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda que autorize os Estados-Membros a tomarem, por uma ou mais razões não económicas previstas no [artigo 30.º], **medidas disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **pela União**.

#### Cláusula 54 (ex-artigo 96.º)

Se a Comissão verificar que a existência de uma disparidade entre as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas dos Estados-Membros falseia as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, provocando ~~assim~~ uma distorção que deve ser eliminada, consultará os Estados-Membros em causa.

Se esta consulta for infrutífera, **a lei-quadro europeia** <sup>59</sup> **eliminará** a distorção em causa, ~~o Conselho, sob proposta da Comissão, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito. A Comissão e o Conselho podem tomar~~ **Podem ser adoptadas** quaisquer outras medidas adequadas previstas ~~no presente Tratado na Constituição~~.

#### Cláusula 55 (ex-artigo 97.º)

1. Quando houver motivo para recear que a adopção ou alteração de uma disposição legislativa, regulamentar ou administrativa **nacional** possa provocar uma distorção, na aceção do [artigo ~~anterior~~ 96.º], o Estado-Membro que pretenda tomar essa medida consultará a Comissão. Após ter consultado os Estados-Membros, a Comissão ~~recomendará~~ **dirigirá** aos Estados interessados **uma recomendação sobre** as medidas adequadas, tendentes a evitar a distorção em causa.

---

<sup>59</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003

2. Se o Estado-Membro que pretende fixar ou alterar disposições nacionais não proceder em conformidade com a recomendação que a Comissão lhe dirigiu, não se pode pedir aos outros Estados-Membros que, por força do [artigo 96.º], alterem as suas disposições nacionais a fim de eliminarem tal distorção. Se o Estado-Membro que ignorou a recomendação da Comissão provocar uma distorção em seu exclusivo detrimento, não é aplicável o ~~disposto no~~ [artigo 96.º].

## A2. POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

### TÍTULO VII

#### A POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

**Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

## A3. POLÍTICAS NOUTROS DOMÍNIOS ESPECÍFICOS

### I. REGRAS DE CONCORRÊNCIA

#### [SECÇÃO 1

#### REGRAS APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS]

#### Cláusula 56 (ex-artigo 81.º)

1. São incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno** e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-Membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, designadamente as que consistam em:

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção.

- b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos.
  - c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento.
  - d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
  - e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.
2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.
3. ~~As disposições no O n.º 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis~~ declarado inaplicável:
- a) a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
  - b) a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e
  - c) a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas, que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que:
  - d) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos.
  - e) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

#### Cláusula 57 (ex-artigo 82.º)

É incompatível com o mercado ~~e comum~~ **interno** e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados-Membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado ~~e comum~~ **interno** ou numa parte substancial deste.

Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

- a) Impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas.
- b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores.

- c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência.
- d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

#### Cláusula 58 (ex-artigo 83.º)

1. **O Conselho adoptará, sob proposta da Comissão, Os regulamentos ou directivas os regulamentos europeus** <sup>60</sup> ~~necessários à~~ **para a** aplicação dos princípios constantes dos [artigos 81.º e 82.º]. ~~serão estabelecidos pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão, O Conselho delibera~~ após consulta ao Parlamento Europeu.
2. Os regulamentos **europeus** ~~e as directivas~~ a que se refere o n.º 1 têm por finalidade, designadamente:
  - a) Garantir o respeito das proibições referidas no [n.º 1 do artigo 81.º] e no [artigo 82.º], pela cominação de multas e adstrições.
  - b) Determinar as modalidades de aplicação do [n.º 3 do artigo 81.º], tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir uma fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo.
  - c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos [artigos 81.º e 82.º], relativamente aos diversos sectores económicos.
  - d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça quanto à aplicação do disposto no presente número.
  - e) Definir as relações entre as legislações nacionais, por um lado, e ~~as disposições constantes da~~ **a** presente secção e os **regulamentos europeus** adoptados em execução do presente artigo, por outro.

#### Cláusula 59 (ex-artigo 84.º)

Até à data da entrada em vigor ~~das disposições adoptadas~~ **dos regulamentos europeus adoptados** em execução do [artigo 83.º], as autoridades dos Estados-Membros decidirão sobre a admissibilidade dos acordos, decisões e práticas concertadas e sobre a exploração abusiva de uma posição dominante no mercado ~~comum~~ **interno**, em conformidade com ~~o direito dos seus próprios países~~ **o respectivo direito interno** e com o ~~disposto no~~ [artigo 81.º, designadamente ~~no~~ o n.º 3, e ~~no~~ o artigo 82.º].

<sup>60</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

Cláusula 60 (ex-artigo 85.º)

1. Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 84.º], a Comissão velará pela aplicação dos princípios enunciados nos [artigos 81.º e 82.º]. A pedido de um Estado-Membro, ou oficiosamente, e em cooperação com as autoridades competentes dos Estados-Membros, que lhe prestarão assistência, a Comissão instruirá os casos de presumível infracção a estes princípios. Se a Comissão verificar que houve infracção, proporá os meios adequados para se lhe pôr termo.
2. Se a infracção não tiver cessado, a Comissão ~~declarará verificada essa infracção aos princípios, em decisão devidamente fundamentada~~ **adoptará uma decisão europeia fundamentada que declare verificada essa infracção aos princípios**. A Comissão pode publicar a sua decisão e autorizar os Estados-Membros a tomarem as ~~medidas~~ **disposições**, de que fixará as condições e modalidades, necessárias para sanar a situação.

Cláusula 61 (ex-artigo 86.º)

1. No que respeita às empresas públicas e às empresas a que concedam direitos especiais ou exclusivos, os Estados-Membros não tomarão nem manterão qualquer medida contrária ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente ao disposto nos [artigos 12.º e 81.º a 89.º]; ~~inclusive~~.
2. As empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação destas regras não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada. O desenvolvimento das trocas comerciais não deve ser afectado de maneira que contrarie os interesses da ~~Comunidade~~ **União**.
3. A Comissão velará pela aplicação do ~~disposto no presente artigo e dirigirá aos Estados-Membros~~ **adoptará**, quando necessário, ~~as directivas ou regulamentos europeus ou~~ **regulamentos europeus ou** decisões **europeias que sejam** adequados.

[SECÇÃO 2

AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELOS ESTADOS-MEMBROS]

Cláusula 62 (ex-artigo 87.º)

1. Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, são incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados-Membros ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.
2. São compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:

- a) Os auxílios de natureza social atribuídos a consumidores individuais, com a condição de serem concedidos sem qualquer discriminação relacionada com a origem dos produtos.
  - b) Os auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários.
  - [c) Os auxílios atribuídos à economia de certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, desde que sejam necessários para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.] <sup>61</sup>
3. Podem ser considerados compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
- a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego.
  - b) Os auxílios destinados a fomentar a realização de um projecto importante de interesse europeu comum, ou a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro.
  - c) Os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum.
  - d) Os auxílios destinados a promover a cultura e a conservação do património, quando não alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na ~~Comunidade~~ **União** num sentido contrário ao interesse comum.
  - e) As outras categorias de auxílios determinadas por **regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>62</sup>, **adoptados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada**, sob proposta da Comissão.

#### Cláusula 63 (ex-artigo 88.º)

1. A Comissão procederá, em cooperação com os Estados-Membros, ao exame permanente dos regimes de auxílios existentes nesses Estados. A Comissão proporá também aos Estados-Membros as medidas adequadas que sejam exigidas pelo desenvolvimento progressivo ou pelo funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

<sup>61</sup> A Convenção considerará talvez útil ponderar se esta alínea ainda tem actualidade (ver também artigo 78.º).

<sup>62</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

2. Se a Comissão, depois de ter notificado os interessados para apresentarem as suas observações, verificar que um auxílio concedido por um Estado-Membro ou proveniente de recursos estatais não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, nos termos do [artigo 87.º], ou que esse auxílio está a ser aplicado de forma abusiva, ~~decidirá~~ **adoptará uma decisão europeia para** que o Estado em causa ~~deve suprimir~~ **suprima** ou ~~modificar~~ **modifique** esse auxílio no prazo que ela fixar.

Se o Estado em causa não der cumprimento a esta decisão **europeia** no prazo fixado, a Comissão ou qualquer outro Estado-Membro interessado podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, em derrogação dos ~~dispostos nos~~ [artigos 226.º e 227.º].

A pedido de qualquer Estado-Membro, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode ~~decidir~~ **adoptar por unanimidade uma decisão europeia segundo a qual** que um auxílio, instituído ou a instituir por esse Estado, deve considerar-se compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, em derrogação do ~~disposto no~~ [artigo 87.º] ou dos regulamentos **europeus** previstos no [artigo 89.º], se circunstâncias excepcionais justificarem tal decisão. Se, em relação a este auxílio, a Comissão tiver dado início ao procedimento previsto no primeiro parágrafo deste número, o pedido do Estado interessado dirigido ao Conselho terá por efeito suspender o referido procedimento até que o Conselho se pronuncie sobre a questão.

Todavia, se o Conselho não se pronunciar no prazo de três meses a contar da data do pedido, a Comissão decidirá.

3. Para que possa apresentar as suas observações, deve a Comissão ser atempadamente informada, **pelos Estados-Membros**, atempadamente dos projectos relativos à instituição ou alteração de quaisquer auxílios. Se a Comissão considerar que determinado projecto de auxílio não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], deve sem demora dar início ao procedimento previsto no ~~número anterior~~ **n.º 2**. Os Estado-Membro em causa não pode pôr em execução as medidas projectadas antes de tal procedimento haver sido objecto de uma decisão final.

#### Cláusula 64 (ex-artigo 89.º)

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Parlamento Europeu~~, pode ~~adoptar todos os regulamentos~~ **adequados à para a** execução dos [artigos 87.º e 88.º] e **para** fixar, designadamente, as condições de aplicação do [n.º 3 do artigo 88.º] e as categorias de auxílios que ficam dispensadas desse procedimento. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.** <sup>63</sup>

<sup>63</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003



## II. POLÍTICA SOCIAL

### Cláusula 65 (ex-artigo 136.º)

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros, tendo presentes os direitos sociais fundamentais, tal como os enunciam a Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961 e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, terão por objectivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a permitir a sua harmonização, assegurando simultaneamente essa melhoria, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões.

Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros ~~desenvolverão acções que tenham~~ **actuarão tendo** em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais, e a necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia ~~comunitária da~~ **União**.

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros consideram que esse desenvolvimento decorrerá não apenas do funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**, que favorecerá a harmonização dos sistemas sociais, mas igualmente dos processos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e da aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas.<sup>64</sup>

### Cláusula 66 (ex-artigo 137.º)

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 136.º], a ~~Comunidade~~ **União** apoiará e completará a acção dos Estados-Membros nos seguintes domínios:

- a) Melhoria, principalmente, do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- b) Condições de trabalho;
- c) Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- d) Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- e) Informação e consulta aos trabalhadores;
- f) Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão, sem prejuízo do ~~disposto no~~ **n.º 5**;
- g) Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da ~~Comunidade~~ **União**;

---

<sup>64</sup> Este parágrafo parece ter um valor meramente declarativo.

- h) Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho, sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 150.º];
- i) Igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho;
- j) Luta contra a exclusão social;
- k) Modernização dos sistemas de protecção social, sem prejuízo ~~de disposto na~~ da alínea c).

2. Para o efeito, ~~o Conselho pode:~~

- a) ~~Tomar medidas~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer medidas** destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros;
- b) ~~Adoptar,~~ Nos domínios referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, ~~por meio de directivas,~~ **a lei-quadro europeia pode estabelecer** prescrições mínimas progressivamente aplicáveis, tendo em conta as condições e as regulamentações técnicas existentes em cada um dos Estados-Membros. Essas ~~directivas~~ **leis-quadro europeias** devem evitar impor disciplinas administrativas, financeiras e jurídicas contrárias à criação e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada em todos os casos após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**3. Em derrogação do n.º 2, nos domínios referidos na alínea c) do n.º 1, a lei ou lei-quadro europeia é adoptada pelo Conselho deliberando por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões <sup>65</sup>.**

~~O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, excepto nos domínios referidos nas alíneas c), d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo, em que o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e aos referidos Comités. O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo o processo previsto no artigo 251.º <sup>66</sup>.~~

3. Qualquer Estado-Membro pode confiar aos parceiros sociais, a pedido conjunto destes, a execução das ~~directivas adoptadas~~ **leis-quadro europeias adoptadas** em aplicação do n.º 2.

<sup>65</sup> Substituição da consulta pela co-decisão para os domínios a que se referem as alíneas d), f) e g) do artigo 137.º

<sup>66</sup> O conteúdo deste parágrafo é retomado nos novos parágrafos anteriores.

Nesse caso, assegurará que, o mais tardar na data em que determinada ~~directiva~~ **lei-quadro europeia** deva ser transposta ~~nos termos do artigo 249.º~~, os parceiros sociais tenham introduzido, por acordo, as disposições necessárias, devendo o Estado-Membro em questão tomar as disposições indispensáveis para poder garantir, a todo o tempo, os resultados impostos por essa ~~directiva~~ **lei-quadro**.

4. ~~As disposições adoptadas~~ **leis e leis-quadro europeias adoptadas** ao abrigo do presente artigo:

- a) Não prejudicam a faculdade de os Estados-Membros definirem os princípios fundamentais dos seus sistemas de segurança social nem devem afectar substancialmente o equilíbrio financeiro desses sistemas;
- b) Não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou estabeleçam medidas de protecção mais estritas compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**.

5. ~~O disposto no presente artigo não é aplicável às remunerações, ao direito sindical de associação, ao direito de à greve e ao direito de ao lock-out.~~

#### Cláusula 67 (ex-artigo 138.º)

1. À Comissão caberá promover a consulta aos parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** e ~~tomar~~ **adoptar** todas as medidas necessárias para facilitar o seu diálogo, assegurando um apoio equilibrado às partes.

2. Para o efeito, antes de apresentar propostas no domínio da política social, a Comissão consultará os parceiros sociais sobre a possível orientação da acção ~~comunitária~~ **da União**.

3. Se, após essa consulta, a Comissão considerar desejável uma acção ~~comunitária~~ **da União**, consultará os parceiros sociais sobre o conteúdo da proposta prevista. Estes enviarão à Comissão um parecer ou, quando adequado, uma recomendação.

4. Ao efectuarem essa consulta, os parceiros sociais podem informar a Comissão do seu desejo de dar início ao processo previsto no [artigo 139.º]. A duração deste não pode exceder nove meses, salvo prorrogação decidida em comum por esses parceiros sociais e pela Comissão.

#### Cláusula 68 (ex-artigo 139.º)

1. O diálogo entre os parceiros sociais ao nível ~~comunitário~~ **da União** pode conduzir, se estes o entenderem desejável, a relações contratuais, incluindo acordos.

2. Os acordos celebrados ao nível ~~comunitário~~ **da União** serão aplicados, quer de acordo com os processos e práticas próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros quer, nas matérias abrangidas pelo [artigo 137.º], a pedido conjunto das partes signatárias, com **base em regulamento europeu ou decisão europeia** <sup>67</sup> ~~em decisão adoptada~~ **adoptados** pelo Conselho sob proposta da Comissão.

~~O Conselho delibera por maioria qualificada, salvo~~ Se o acordo em questão contiver uma ou mais disposições relativas a um dos domínios ~~em relação aos quais por força do~~ **a que se refere a alínea c) do n.º 1 n.º 2** do artigo 137.º ~~seja exigida a unanimidade~~, Neste caso, o Conselho delibera por unanimidade.

#### Cláusula 69 (ex-artigo 140.º)

Tendo em vista a realização dos objectivos do [artigo 136.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, a Comissão incentivará a cooperação entre os Estados-Membros e facilitará a coordenação das suas acções nos domínios da política social abrangidos pelo [presente capítulo], designadamente em questões relativas:

- a) ao emprego;
- b) ao direito do trabalho e às condições de trabalho;
- c) à formação e ao aperfeiçoamento profissionais;
- d) à segurança social;
- e) à protecção contra acidentes e doenças profissionais;
- f) à higiene no trabalho;
- g) ao direito sindical e às negociações colectivas entre entidades patronais e trabalhadores.

Para o efeito, a Comissão actuará em estreito contacto com os Estados-Membros, realizando estudos e pareceres e organizando consultas, tanto sobre os problemas que se colocam ao nível nacional, como sobre os que interessam às organizações internacionais.

Antes de formular os pareceres previstos no presente artigo, a Comissão consultará o Comité Económico e Social.

#### Cláusula 70 (ex-artigo 141.º)

1. Os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual.

---

<sup>67</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

2. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "remuneração" o salário ou vencimento ordinário, de base ou mínimo, e quaisquer outras regalias pagas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador em razão do emprego deste último.

A igualdade de remuneração sem discriminação em razão do sexo implica que:

- a) A remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;
- b) A remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.

3. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as** medidas destinadas a garantir a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. **A lei ou lei-quadro europeia será adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

4. A fim de assegurar, na prática, a plena igualdade entre homens e mulheres na vida profissional, o princípio da igualdade de tratamento não obsta a que os Estados-Membros mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma actividade profissional pelas pessoas do sexo sub-representado, ou a prevenir ou compensar desvantagens na sua carreira profissional.

#### Cláusula 71 (ex-artigo 142.º)

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por manter a equivalência existente dos regimes de férias pagas.<sup>68</sup>

#### Cláusula 72 (ex-artigo 143.º)

A Comissão elaborará anualmente um relatório sobre a evolução na realização dos objectivos a que se refere o [artigo 136.º], incluindo a situação demográfica na ~~Comunidade~~ **União**. Esse relatório será enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social.

~~O Parlamento Europeu pode convidar a Comissão a elaborar relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.~~<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Alguns interrogam-se quanto à operacionalidade desta disposição.

<sup>69</sup> Este parágrafo é idêntico ao segundo parágrafo do artigo 145.º, pelo que poderia ser suprimido.

Cláusula 73 (ex-artigo 144.º)

O Conselho, **por iniciativa própria**, ~~após consulta ao Parlamento Europeu~~, criará <sup>70</sup> **por maioria simples** um comité da protecção social, com carácter consultivo, para promover a cooperação em matéria de protecção social entre os Estados-Membros e com a Comissão. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções :

- a) Acompanhar a situação social e a evolução das políticas de protecção social nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Promover o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Estados-Membros e com a Comissão;
- c) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], preparar relatórios, formular pareceres ou desenvolver outras actividades nos domínios da sua competência, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria.

No cumprimento do seu mandato, o Comité estabelecerá os devidos contactos com os parceiros sociais.

Cada Estado-Membro e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.

Cláusula 74 (ex-artigo 145.º)

No seu relatório anual a apresentar ao Parlamento Europeu, a Comissão consagrará um capítulo especial à evolução da situação social na ~~Comunidade~~ **União**.

O Parlamento Europeu pode pedir à Comissão que elabore relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.

[CAPÍTULO 2

FUNDO SOCIAL EUROPEU]

Cláusula 75 (ex-artigo 146.º)

A fim de melhorar as oportunidades de emprego dos trabalhadores no mercado interno e contribuir assim para a melhoria do nível de vida, é instituído um Fundo Social Europeu, nos termos ~~das disposições seguintes~~ **do presente [capítulo]**, que tem por objectivo promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na ~~Comunidade~~ **União**, bem como facilitar a adaptação às mudanças industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais.

---

<sup>70</sup> Acto não legislativo, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

Cláusula 76 (ex-artigo 147.º)

O Fundo é administrado pela Comissão.

Nestas funções a Comissão é assistida por um comité presidido por um membro da Comissão e composto por representantes dos ~~Governos~~ **Estados-Membros** e das organizações sindicais de trabalhadores e das associações patronais.

Cláusula 77 (ex-artigo 148.º)

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas de aplicação relativas ao Fundo Social Europeu. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

### III. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

Cláusula 78 (ex-artigo 158.º)

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social.

Em especial, a ~~Comunidade~~ **União** procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais.

Cláusula 79 (ex-artigo 159.º)

Os Estados-Membros conduzirão e coordenarão as suas políticas económicas tendo igualmente em vista atingir os objectivos enunciados no [artigo 158.º]. A formulação e a concretização das políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**, bem como a realização do mercado interno, terão em conta os objectivos enunciados no [artigo 158.º] e contribuirão para a sua realização.<sup>71</sup> A ~~Comunidade~~ **União** apoiará igualmente a realização desses objectivos pela acção por si desenvolvida através dos fundos com finalidade estrutural (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), do Banco Europeu de Investimento e dos demais instrumentos financeiros existentes.

---

<sup>71</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

De três em três anos, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um relatório sobre os progressos registados na realização da coesão económica e social e sobre a forma como os vários meios previstos no presente artigo contribuíram para esses progressos; este relatório será acompanhado, se for caso disso, de propostas adequadas.

~~Se se verificar a necessidade de acções~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer quaisquer medidas** específicas ~~necessárias~~ não inseridas no âmbito dos fundos, e sem prejuízo das medidas ~~decididas~~ **adoptadas** no âmbito das outras políticas da ~~Comunidade~~ **União**, ~~essas acções podem ser aprovadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e.~~ **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

#### Cláusula 80 (ex-artigo 160.º)

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na ~~Comunidade~~ **União** através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.

#### Cláusula 81 (ex-artigo 161.º)

Sem prejuízo do disposto no [artigo 162.º], ~~o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões,~~ **a lei ou lei-quadro europeia** <sup>72</sup> **definirá** as missões, os objectivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural, – o que poderá implicar o agrupamento desses fundos - , ~~O Conselho, deliberando de acordo com o mesmo procedimento,~~ **definirá igualmente** as regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes.

Um Fundo de Coesão, criado ~~pelo Conselho segundo o mesmo procedimento~~, pela **lei europeia** <sup>73</sup>, contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada, em todos os casos, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

---

<sup>72</sup> Substituição do parecer favorável pela co-decisão, de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX (CONV 424/02, p. 17) e com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>73</sup> Sugere-se que se faça apenas referência à lei europeia, uma vez que, tratando-se da criação de um instrumento financeiro a nível da União, o acto jurídico não pode ser uma lei-quadro.



~~A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Conselho delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, caso tenham sido adoptadas até essa data as perspectivas financeiras plurianuais aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, assim como o respectivo acordo interinstitucional. Caso contrário, o processo previsto no presente parágrafo será aplicável a contar da data da sua adopção.~~

#### Cláusula 82 (ex-artigo 162.º)

~~As decisões~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas** de aplicação relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional serão tomadas pelo Conselho, nos termos do ~~artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. A lei ou lei-~~ **-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

No que diz respeito ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação, e ao Fundo Social Europeu, ~~continuam a ser~~ **são**-lhes aplicáveis, respectivamente, os [artigos 37.º e 148.º].

### IV. AGRICULTURA E PESCAS

#### Cláusula 83 ( artigo 31.º-A) <sup>74</sup>

**A União definirá e executará uma política comum da agricultura e pescas.**

**Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação com esses produtos. As referências à política agrícola comum ou à agricultura e a utilização do termo "agrícola" entendeu-se como abrangendo também as pescas.**

#### Cláusula 84 (ex-artigo 32.º)

1. O mercado ~~comum~~ **interno** abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. ~~Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.~~
2. As regras previstas para o estabelecimento do mercado ~~comum~~ **interno** são aplicáveis aos produtos agrícolas, salvo disposição em contrário dos [artigos 33.º a 38.º] ~~inclusive~~.

---

<sup>74</sup> Texto sugerido para dar seguimento ao mandato de 2 de Abril de 2003 ( adaptação do texto na sequência da inserção das pescas na redacção do título. A conveniência de manter a última frase será objecto de uma verificação técnica complementar.

3. Os produtos **enumerados no [Anexo I] são** abrangidos ~~pelo disposto nos~~ **pelos** artigos 33.º a 38.º ~~inclusive, são enumerados na lista constante do Anexo I do presente Tratado~~ <sup>75</sup>.

4. O funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno** para os produtos agrícolas devem ser acompanhados da adopção de uma política agrícola comum.

#### Cláusula 85 (ex-artigo 33.º)

1. A Política Agrícola Comum tem como objectivos:

- a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;
- b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- c) Estabilizar os mercados;
- d) Garantir a segurança dos abastecimentos;
- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.

2. Na elaboração da Política Agrícola Comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração:

- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
- b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;
- c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-Membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia.

#### Cláusula 86 (ex-artigo 34.º)

1. A fim de atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], é criada uma organização comum dos mercados agrícolas.

Segundo os produtos, esta organização assumirá uma das formas seguintes:

- a) Regras comuns em matéria de concorrência;

---

<sup>75</sup> É sugerida a supressão destas formulações supérfluas, uma vez que a referência ao Anexo só pode remeter para a Constituição.

- b) Uma coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado;
- c) Uma organização europeia de mercado.

2. A organização comum, sob uma das formas previstas no n.º 1, pode abranger todas as medidas necessárias para atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], designadamente: regulamentações dos preços; subvenções tanto à produção como à comercialização dos diversos produtos; medidas de armazenamento e de reporte; mecanismos comuns de estabilização das importações ou das exportações.

A organização comum deve limitar-se a prosseguir os objectivos definidos no [artigo 33.º] e excluir toda e qualquer discriminação entre produtores ou consumidores da ~~Comunidade~~ **União**.

Uma eventual política comum de preços deve assentar em critérios comuns e em métodos de cálculo uniformes.

3. A fim de permitir que a organização comum referida no n.º 1 atinja os seus objectivos, podem ser criados um ou mais fundos agrícolas de orientação e garantia.

#### Cláusula 87 (ex-artigo 35.º)

Tendo em vista alcançar os objectivos definidos no [artigo 33.º], pode prever-se, no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente:

- a) Uma coordenação eficaz dos esforços empreendidos nos domínios da formação profissional, da investigação e da divulgação da agronomia, que pode incluir projectos ou instituições financiados em comum;
- b) Acções comuns destinadas a promover o consumo de certos produtos.

#### Cláusula 88 (ex-artigo 36.º) <sup>76</sup>

~~As disposições do O [capítulo] relativo às regras de concorrência só são aplicáveis~~ **é aplicável** à produção e ao comércio dos produtos agrícolas, na medida em que tal seja determinado pelo Conselho, no âmbito do disposto nos [n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º] e em conformidade com o processo [aí previsto], tendo em conta os objectivos definidos no [artigo 33.º].

O Conselho pode, nomeadamente, **adoptar medidas que** autorizem a concessão de auxílios:

- a) Para a protecção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais;

---

<sup>76</sup> Este artigo deverá ser revisto após a determinação pela Convenção dos aspectos legislativos e não legislativos da política agrícola comum (ver nota de rodapé relativa ao artigo 37.º)

- b) No âmbito de programas de desenvolvimento económico.

#### Cláusula 89 (ex-artigo 37.º)

~~1. A fim de traçar as linhas directrizes de uma política agrícola comum, a Comissão convocará, logo após a entrada em vigor do presente Tratado, uma conferência dos Estados-Membros para proceder à comparação das suas políticas agrícolas, efectuando, nomeadamente, o balanço dos seus recursos e necessidades.~~

2. A Comissão, ~~tomando em consideração os trabalhos da conferência prevista no n.º 1,~~ após consulta ~~de ao~~ Comité Económico e Social, apresentará, ~~no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado,~~ propostas relativas à elaboração e execução da Política Agrícola Comum, incluindo a substituição das organizações nacionais por uma das formas de organização comum previstas no [n.º 1 do artigo 34.º] e a execução das medidas ~~especificadas~~ **referidas** no [presente título].

Tais propostas ~~devem ter~~ **terão** em conta a interdependência das questões agrícolas mencionadas no presente título.

~~O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu, deliberando por maioria qualificada, adoptará regulamentos ou directivas, ou tomará [O Conselho adopta, sob proposta da Comissão, leis europeias/regulamentos europeus<sup>77</sup>, leis-quadro europeias, decisões europeias, sem prejuízo das e recomendações que possa formular. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.]~~

3. ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada,<sup>78</sup> pode substituir, nas condições previstas no número anterior, as~~ As organizações nacionais de mercado podem ser substituídas, nas condições previstas no nº 2, pela organização comum prevista no [n.º 1 do artigo 34.º]:

- a) Se a organização comum oferecer, aos Estados-Membros que sejam contrários a esta medida e que disponham eles próprios de uma organização nacional para a produção em causa, garantias equivalentes quanto ao emprego e ao nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias; e
- b) Se essa organização assegurar às trocas comerciais na ~~Comunidade~~ **União** condições análogas às que existem num mercado nacional.

---

<sup>77</sup> Uma vez que no mandato complementar de 29 de Abril de 2003 se refere que será necessário especificar, em fase posterior, quais os aspectos da política agrícola que devem ser considerados legislativos e quais os que devem ser considerados não legislativos, a redacção desta base jurídica é mantida sem alterações no relatório do Grupo de 13 de Março de 2003.

<sup>78</sup> Esta menção é supérflua, uma vez que o processo aplicável já está indicado, através da remissão para o n.º 2 do artigo 37.º.

4. Se for criada uma organização comum para certas matérias-primas, sem que exista ainda uma organização comum para os produtos transformados correspondentes, essas matérias-primas, quando utilizadas em produtos transformados destinados à exportação para países terceiros, podem ser importadas do exterior da **Comunidade União**.

#### Cláusula 90 (ex-artigo 38.º)

Quando, em qualquer Estado-Membro, um produto for submetido a uma organização nacional de mercado ou a outra regulamentação interna de efeito equivalente que afecte a concorrência de produção similar noutro Estado-Membro, será aplicado pelos Estados-Membros um direito de compensação à entrada desse produto proveniente do Estado-Membro em que tal organização ou regulamentação exista, a menos que esse Estado aplique um direito de compensação à saída do referido produto.

A Comissão fixará o montante desses direitos, na medida em que tal seja necessário para restabelecer o equilíbrio; a Comissão pode igualmente autorizar o recurso a outras medidas, de que fixará as condições e modalidades.

### V. AMBIENTE

#### Cláusula 91 (ex-artigo 174.º)

1. A política da **Comunidade União** no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente;
- b) A protecção da saúde das pessoas;
- c) A utilização prudente e racional dos recursos naturais;
- d) A promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente.

2. A política da **Comunidade União** no domínio do ambiente terá por objectivo atingir um nível de protecção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da **Comunidade União**. Basear-se-á nos princípios da precaução e da acção preventiva, da correcção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente, e no princípio do poluidor-pagador.

Neste contexto, as medidas de harmonização destinadas a satisfazer exigências em matéria de protecção do ambiente incluirão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda autorizando os Estados-Membros a tomar, por razões ambientais não económicas, ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **por parte da União**.

3. Na elaboração da sua política no domínio do ambiente, a **Comunidade União** terá em conta:
- a) Os dados científicos e técnicos disponíveis;
  - b) As condições do ambiente nas diversas regiões da **Comunidade União**;
  - c) As vantagens e os encargos que podem resultar da actuação ou da ausência de actuação;
  - d) O desenvolvimento económico e social da **Comunidade União** no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões.
4. A **Comunidade União** e os Estados-Membros cooperarão, no âmbito das respectivas competências, com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da **Comunidade União** podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

O disposto no parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

#### Cláusula 92 (ex-artigo 175.º)

1. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia definirá** as acções a empreender ~~pela Comunidade para~~ **para** realizar os objectivos previstos no [artigo 174.º]. **A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**
2. Em derrogação do ~~processo de decisão previsto no n.º 1 e sem prejuízo do disposto no~~ [artigo 95.º], o Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões,~~ **adoptará por unanimidade leis ou leis-quadro europeias que estabeleçam:**
- a) ~~Disposições~~ **Medidas** de natureza essencialmente fiscal;
  - b) As medidas que afectem:
    - i) o ordenamento do território;
    - ii) a gestão quantitativa dos recursos hídricos ou que digam respeito, directa ou indirectamente, à disponibilidade desses recursos;
    - iii) a afectação dos solos, com excepção da gestão dos lixos;

- c) As medidas que afectem consideravelmente a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético.

**Uma lei europeia** <sup>79</sup> do Conselho, ~~deliberando nas condições previstas no primeiro parágrafo,~~ pode definir, **por unanimidade**, quais os domínios referidos no presente número ~~que devem ser objecto de decisões a tomar em que o Conselho delibera~~ por maioria qualificada.

O Conselho delibera, em todos os casos, após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

3. Noutros domínios <sup>80</sup>, ~~a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ programas gerais de acção que fixarão os objectivos prioritários a atingir. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

~~O Conselho, deliberando nas condições~~ As medidas necessárias à execução destes programas **serão adoptadas de acordo com as condições previstas no n.º 1 ou no n.º 2, consoante o caso.** <sup>81</sup>

4. Sem prejuízo de certas medidas ~~de carácter comunitário~~ **adoptadas pela União**, os Estados-Membros assegurarão o financiamento e a execução da política em matéria de ambiente.

5. Sem prejuízo do princípio do poluidor-pagador, nos casos em que uma medida adoptada nos termos do n.º 1 implique custos considerados desproporcionados para as autoridades públicas de um Estado-Membro, ~~o Conselho, ao adoptar essa medida~~ **deverá prever, tomará as disposições apropriadas sob a forma de adequada:**

- a) Derrogações de carácter temporário e/ou
- b) Um apoio financeiro proveniente do Fundo de Coesão ~~criado nos termos do artigo 161.º~~ <sup>82</sup>.

#### Cláusula 93 (ex-artigo 176.º)

As ~~medidas~~ **disposições** de protecção adoptadas por força do [artigo 175.º] não obstam a que cada Estado-Membro mantenha ou estabeleça ~~medidas~~ **disposições** de protecção reforçadas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

<sup>79</sup> Este parágrafo não é mencionado no mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Tendo em conta o alcance deste acto, sugere-se que se preveja aqui a adopção de uma lei europeia.

<sup>80</sup> Estes termos poderão ser suprimidos, dado que, na realidade, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovam programas-quadro de âmbito geral.

<sup>81</sup> Este parágrafo parece supérfluo, dado que se limita a remeter para os processos decisórios previstos nos n.ºs 1 e 2.

<sup>82</sup> Esta especificação é supérflua, uma vez que existe apenas um Fundo de Coesão.

## VI. DEFESA DOS CONSUMIDORES

### Cláusula 94 (ex-artigo 153.º)

1. A fim de promover os interesses dos consumidores e assegurar um elevado nível de defesa destes, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a protecção da saúde, da segurança e dos interesses económicos dos consumidores, bem como para a promoção do seu direito à informação, à educação e à organização para a defesa dos seus interesses.
2. As exigências em matéria de defesa dos consumidores serão tomadas em conta na definição e execução das demais políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**.<sup>83</sup>
3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1 através de:
  - a) Medidas adoptadas em aplicação do [artigo 95.º] no âmbito da realização do mercado interno;
  - b) Medidas de apoio, complemento e acompanhamento da política seguida pelos Estados-Membros.
4. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá** as medidas previstas na alínea b) do n.º 3. **A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**
5. As medidas adoptadas nos termos do n.º 4 não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou introduzam ~~medidas~~ **disposições** de protecção mais estritas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

## VII. TRANSPORTES

### Cláusula 95 (ex-artigo 70.º)

No que diz respeito à matéria regulada no presente título, ~~os Estados-Membros prosseguirão~~ <sup>84</sup> os objectivos ~~do Tratado~~ **da Constituição serão prosseguidos** no âmbito de uma política comum dos transportes.

---

<sup>83</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

<sup>84</sup> Uma vez que se trata de uma competência partilhada, é sugerida a supressão desta menção, que não aparece antes da referência às outras políticas. Ver também a sugestão de fusão com o artigo 80.º (*infra*).



#### Cláusula 96 (ex-artigo 71.º)

1. ~~Para efeitos de aplicação de~~ **A lei ou lei-quadro europeia**<sup>85</sup> **dará execução ao** [artigo 70.º], e tendo em conta os aspectos específicos dos transportes. ~~o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, estabelece~~ **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

#### **A lei ou lei-quadro europeia compreende:**

- a) Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-Membro, ou que atravessem o território de um ou mais Estados-Membros;
- b) As condições em que os transportadores não residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-Membro;
- c) Medidas que permitam aumentar a segurança dos transportes;
- d) Quaisquer outras ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

2. ~~Em derrogação do procedimento previsto no [n.º 1], as disposições que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente o nível de vida e o emprego em certas regiões, bem como a exploração dos equipamentos de transporte, tendo em conta a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do mercado comum serão adoptadas pelo Conselho, por unanimidade, sob proposta da Comissão, após consulta do ao Parlamento Europeu e do ao Comité Económico e Social.~~

#### Cláusula 97 (ex-artigo 72.º)

Enquanto não forem ~~adoptadas as disposições~~ **adoptada a lei ou lei-quadro europeia** referida no [n.º 1 do artigo 71.º], e a não ser que o Conselho **adopte, por unanimidade, uma lei europeia**<sup>86</sup> **que preveja uma derrogação**, nenhum dos Estados-Membros pode alterar as diversas disposições que regulavam a matéria em 1 de Janeiro de 1958 ou, quanto aos Estados que aderem à Comunidade, à data da respectiva adesão, de tal modo que, nos seus efeitos directos ou indirectos, essas disposições se tornem menos favoráveis para os transportadores dos restantes Estados-Membros do que para os transportadores nacionais desse Estado.

<sup>85</sup> Substituição da consulta pela co-decisão de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Daqui resulta a possibilidade de se fundir o texto num só número, o que implica um ligeiro alargamento da consulta obrigatória do Comité das Regiões, que presentemente só está prevista para os casos do actual n.º 1.

<sup>86</sup> Sugere-se que se faça referência apenas à lei europeia uma vez que, por razões de coerência jurídica, tal derrogação só poderá ser concedida por uma lei.

Cláusula 98 (ex-artigo 73.º)

São compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** os auxílios que vão ao encontro das necessidades de coordenação dos transportes ou correspondam ao reembolso de certas prestações inerentes à noção de serviço público.

Cláusula 99 (ex-artigo 74.º)

Qualquer medida relativa aos preços e condições de transporte, ~~tomada~~ **adoptada** no âmbito ~~do presente Tratado da Constituição~~ deve ter em consideração a situação económica dos transportadores.

Cláusula 100 (ex-artigo 75.º)

1. ~~Devem ser suprimidas,~~ No tráfego interno da ~~Comunidade União~~, **são proibidas** as discriminações que consistam na aplicação, por parte de um transportador, a idênticas mercadorias e nas mesmas relações de tráfego, de preços e condições de transporte diferentes, em razão do ~~país~~ **Estado-Membro** de origem ou de destino dos produtos transportados.

2. O ~~disposto no n.º 1~~ não exclui que **possam ser adoptadas outras leis ou leis-quadro europeias** Conselho ~~possam tomar outras medidas~~ em execução do [n.º 1 do artigo 71.º].

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Comité Económico e Social,~~ **adoptará regulamentação adoptará regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>87</sup> em execução do ~~disposto no n.º 1~~. **O Conselho delibera após consulta ao Comité Económico e Social.**

O Conselho pode, designadamente, ~~tomar~~ **adoptar regulamentos europeus e as decisões europeias que sejam necessários** medidas ~~necessárias que permitam para permitir~~ às Instituições ~~da Comunidade~~ velar pelo cumprimento do disposto no n.º 1 e ~~assegurem~~ **assegurar** que os utentes daí tirem pleno benefício.

4. A Comissão examinará, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, os casos de discriminação previstos no n.º 1 e, após consulta a todos os Estados-Membros interessados, ~~tomar~~ **adoptará** as decisões **europeias** necessárias, no âmbito ~~da regulamentação adoptada dos regulamentos europeus e decisões europeias a que se refere o~~ **nos termos do** n.º 3.

---

<sup>87</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

#### Cláusula 101 (ex-artigo 76.º)

1. Fica proibido a qualquer Estado-Membro, salvo autorização **por decisão europeia** da Comissão, impor aos transportes efectuados na ~~Comunidade~~ **União** preços e condições que impliquem qualquer elemento de apoio ou protecção em benefício de uma ou mais empresas ou indústrias determinadas.

2. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, analisará os preços e condições referidos no n.º 1, tomando designadamente em consideração, por um lado, as exigências de uma política económica regional adequada, as necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas e, por outro, os efeitos destes preços e condições na concorrência entre os diferentes modos de transporte.

Após consulta de todos os Estados-Membros interessados, a Comissão ~~toma~~ **adoptará** as decisões **europeias** necessárias.

3. A proibição prevista no n.º 1 não é aplicável às tarifas de concorrência.

#### Cláusula 102 (ex-artigo 77.º)

Os encargos ou taxas que, para além dos preços de transporte, forem cobrados por <sup>88</sup> um transportador [na passagem das fronteiras] não devem ultrapassar um nível razoável, tendo em conta os custos reais efectivamente ocasionados por essa passagem.

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por reduzir ~~progressivamente~~ esses custos.

A Comissão pode dirigir recomendações aos Estados-Membros, tendo em vista a aplicação do presente artigo.

#### Cláusula 103 [(ex-artigo 78.º) <sup>89</sup>

As disposições do presente título não prejudicam as medidas tomadas na República Federal da Alemanha, desde que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas que a divisão da Alemanha causa na economia de certas regiões da República Federal afectadas por essa divisão.]

---

<sup>88</sup> Poder-se-á reflectir sobre o tipo de taxas que são assim cobradas pelo transportador. Além disso, num mercado interno sem fronteiras internas, a expressão "na passagem das fronteiras" parece obsoleta.

Haverá que analisar se este artigo não será obsoleto.

<sup>89</sup> A Convenção considerará talvez útil examinar se este artigo ainda tem actualidade (ver também alínea c) do n.º 2 do artigo 87.º).

Cláusula 104 (ex-artigo 79.º)

Será instituído junto da Comissão um comité consultivo, composto por peritos designados pelos Governos dos Estados-Membros. A Comissão consultá-lo-á em matéria de transportes, sempre que o considere oportuno[, sem prejuízo das atribuições do Comité Económico e Social]<sup>90</sup>.

Cláusula 105 (ex-artigo 80.º)

1. ~~As disposições do O~~ presente Título ~~são aplicáveis~~ **é aplicável** aos transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por via navegável.

2. ~~O Conselho deliberando por maioria qualificada, pode decidir se, em que medida, e por que processo, podem ser adoptadas,~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer medidas** adequadas para os transportes marítimos e aéreos, ~~disposições adequadas.~~ **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~São aplicáveis as disposições processuais do artigo 71.º.~~

## VIII. REDES TRANSEUROPEIAS

Cláusula 106 (ex-artigo 154.º)

1. A fim de contribuir para a realização dos objectivos enunciados nos [artigos 14.º e 158.º] e de permitir que os cidadãos da União, os operadores económicos e as autarquias regionais e locais beneficiem plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes transeuropeias nos sectores das infra-estruturas dos transportes, das telecomunicações e da energia.

2. No âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a acção da ~~Comunidade~~ **União** terá por objectivo fomentar a interconexão e a interoperabilidade das redes nacionais, bem como o acesso a essas redes. Terá em conta, em especial, a necessidade de ligar as regiões insulares, sem litoral e periféricas às regiões centrais da ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>90</sup> Sugere-se que seja suprimida esta expressão supérflua, uma vez que é evidente que a consulta deste comité não poderá prejudicar as atribuições do Comité Económico e Social.

## Cláusula 107 (ex-artigo 155.º)

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 154.º], a **Comunidade União**:
  - a) Estabelecerá um conjunto de orientações que englobem os objectivos, as prioridades e as grandes linhas das acções previstas no domínio das redes transeuropeias; essas orientações identificarão os projectos de interesse comum;
  - b) Realizará todas as acções que possam revelar-se necessárias para assegurar a interoperabilidade das redes, em especial no domínio da harmonização das normas técnicas;
  - c) Pode apoiar projectos de interesse comum que beneficiem do apoio dos Estados-Membros, identificados no âmbito das orientações referidas ~~no primeiro travessão na alínea a)~~, em especial sob a forma de estudos de viabilidade, de garantias de empréstimo ou de bonificações de juros; a **Comunidade União** pode ainda contribuir para o financiamento de projectos específicos na área das infra-estruturas de transportes, nos Estados-Membros, através do Fundo de Coesão, ~~criado nos termos do disposto no artigo 161.º~~.

A acção da **Comunidade União** terá em conta a potencial viabilidade económica dos projectos.

2. ~~A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá~~ As as orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 ~~do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º; e. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada~~ após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>91</sup>

23. Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as políticas desenvolvidas a nível nacional que sejam susceptíveis de ter um impacto significativo na realização dos objectivos enunciados no [artigo 154.º]. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

34. A **Comunidade União** pode ~~decidir~~ cooperar com países terceiros para promover projectos de interesse comum e assegurar a interoperabilidade das redes.

## ~~Artigo 156.º~~

~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º; e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

---

<sup>91</sup> Por uma questão de simplificação, o novo n.º 2, que fornece a base jurídica para a acção da União em matéria de redes transeuropeias, retoma integralmente o texto do artigo 156.º; as alterações indicadas são as que se propõem para o texto actual desse artigo.

~~As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.~~<sup>92</sup>

## IX. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

### Cláusula 108 (ex-artigo 163.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo reforçar as bases científicas e tecnológicas da indústria ~~comunitária~~ **da União** e fomentar o desenvolvimento da sua competitividade internacional, bem como promover as acções de investigação consideradas necessárias ao abrigo de outros capítulos ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.
2. Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** incentivará, em todo o seu território, as empresas, incluindo as pequenas e médias empresas, os centros de investigação e as universidades nos seus esforços de investigação e de desenvolvimento tecnológico de elevada qualidade; apoiará os seus esforços de cooperação, tendo especialmente por objectivo dar às empresas a possibilidade de explorarem plenamente as potencialidades do mercado interno, nomeadamente através da abertura dos concursos públicos nacionais, da definição de normas comuns e da eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a essa cooperação.
3. Todas as acções da ~~Comunidade~~ **União** empreendidas ao abrigo ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, incluindo os projectos de demonstração, no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico serão decididas e realizadas de acordo com ~~as disposições de o~~ [presente Título].

### Cláusula 109 (ex-artigo 164.º)

Na prossecução destes objectivos, a ~~Comunidade~~ **União** desenvolverá as seguintes acções, que serão complementares das empreendidas nos Estados-Membros:

- a) Execução de programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração, promovendo a cooperação com e entre as empresas, os centros de investigação e as universidades;
- b) Promoção da cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União** com países terceiros e com organizações internacionais;
- c) Difusão e valorização dos resultados das actividades em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União**;

---

<sup>92</sup> Este artigo poderia ser suprimido; ver nota anterior.

- d) Incentivo à formação e à mobilidade dos investigadores da ~~Comunidade~~ **União**.

Cláusula 110 (ex-artigo 165.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros coordenarão a sua acção em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de forma a assegurar a coerência recíproca das políticas nacionais e da política ~~comunitária~~ **da União**.
2. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover a coordenação a que se refere o número anterior.

Cláusula 111 (ex-artigo 166.º)

1. ~~O Conselho~~ **A lei europeia** <sup>93</sup> ~~estabelecerá o , deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará um~~ programa-quadro plurianual, do qual constarão todas as acções ~~comunitárias~~ **da União**. **A lei europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

O programa-quadro:

- a) Estabelecerá os objectivos científicos e tecnológicos a realizar pelas acções previstas no [artigo 164.º] e as respectivas prioridades;
  - b) Definirá as grandes linhas dessas acções;
  - c) Fixará o montante global máximo e as modalidades da participação financeira da ~~Comunidade~~ **União** no programa-quadro, bem como as quotas-partes respectivas de cada uma das acções previstas.
2. O programa-quadro será adaptado ou completado em função da evolução das situações.
  3. O programa-quadro será posto em prática mediante programas específicos desenvolvidos no âmbito de cada acção. Cada programa específico definirá as regras da respectiva realização, fixará a sua duração e preverá os meios considerados necessários. A soma dos montantes considerados necessários, previstos nos programas específicos, não pode exceder o montante global máximo fixado para o programa-quadro e para cada acção.

---

<sup>93</sup> Sugere-se que se faça referência apenas à lei europeia dado que, tratando-se da criação de um quadro operacional ao nível da União, o acto jurídico só pode ser uma lei-quadro.

4. Os **regulamentos europeus ou decisões europeias**<sup>94</sup> **que estabelecem os** programas específicos serão adoptados pelo Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social~~. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

Cláusula 112 (ex-artigo 167.º)<sup>95</sup>

Para a execução do programa-quadro plurianual, ~~o Conselho~~ **a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá :**

- a) ~~fixará~~ as regras de participação das empresas, dos centros de investigação e das universidades;
- b) ~~fixará~~ as regras aplicáveis à difusão dos resultados da investigação.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

Cláusula 113 (ex-artigo 168.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, ~~pode ser decidido adoptar~~ **podem ser adoptados** programas complementares em que apenas participarão alguns Estados-Membros que assegurem o seu financiamento, sem prejuízo da eventual participação da ~~Comunidade~~ **União**.

~~O Conselho adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia fixará** as regras aplicáveis aos programas complementares, nomeadamente em matéria de difusão dos conhecimentos e de acesso de outros Estados-Membros. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

**A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.**<sup>96</sup>

Cláusula 114 (ex-artigo 169.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **lei ou lei-quadro europeia pode** prever, com o acordo dos Estados-Membros interessados, a participação em programas de investigação e de desenvolvimento empreendidos por vários Estados-Membros, incluindo a participação nas estruturas criadas para a execução desses programas.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

---

<sup>94</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>95</sup> Por uma questão de legibilidade, os processos decisórios actualmente previstos no artigo 172.º CE foram ligados às bases jurídicas respectivas (artigos 167.º, 168.º, 169.º e 1741.º).

<sup>96</sup> Parágrafo retomado da última frase do actual artigo 172.º do TCE.



Cláusula 115 (ex-artigo 170.º)

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever a cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~ com países terceiros ou organizações internacionais.

As formas dessa cooperação podem ser objecto de acordos entre a ~~Comunidade~~ **União** e as partes terceiras interessadas, que serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

Cláusula 116 (ex-artigo 171.º)

~~A Comunidade~~ **O Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>97</sup>, **tendo em vista a** criar empresas comuns ou quaisquer outras estruturas necessárias à boa execução dos programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

Cláusula 117 (ex-artigo 172.º) <sup>98</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se refere o artigo 171.º.~~

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se referem os artigos 167.º, 168.º e 169.º. A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.~~

Cláusula 118 (ex-artigo 173.º)

No início de cada ano, a Comissão apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Esse relatório incidirá, nomeadamente, sobre as actividades desenvolvidas em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico e de difusão dos resultados durante o ano anterior e sobre o programa de trabalhos para o ano em curso.

---

<sup>97</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato de 29 de Abril de 2003.

<sup>98</sup> Por uma questão de legibilidade, todas as disposições deste artigo foram retomadas nos artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º *supra*.

**A4. ~~SEGURANÇA INTERNA~~**  
**ESPAÇO DE LIBERDADE, DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA**<sup>99</sup>

TÍTULO IV

VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS  
RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

**Título não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À COOPERAÇÃO POLICIAL E JUDICIÁRIA  
EM MATÉRIA PENAL

**Título não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

---

<sup>99</sup> Este título foi alterado a fim de ter em conta o último projecto sobre o espaço de liberdade, de segurança e de justiça, que está a ser analisado pelo Praesidium (esse projecto reagrupa tanto as disposições relativas aos vistos, asilo, imigração, etc., como a cooperação policial e judiciária em matéria penal).

## A5. DOMÍNIOS EM QUE A UNIÃO PODE DECIDIR CONDUZIR UMA ACÇÃO DE APOIO

### I. EMPREGO <sup>100</sup>

#### Cláusula 119 (ex-artigo 125.º)

Os Estados-Membros e a ~~Comunidade~~ **a União** empenhar-se-ão, nos termos do presente [Título], em desenvolver uma estratégia coordenada em matéria de emprego e, em especial, em promover mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação, bem como mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas, tendo em vista alcançar os objectivos enunciados no ~~[artigo ...2.º do Tratado da União Europeia e no artigo 2.º]~~ <sup>101</sup> ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**.

#### Cláusula 120 (ex-artigo 126.º)

1. Através das suas políticas de emprego, os Estados-Membros contribuirão para a realização dos objectivos previstos no [artigo 125.º], de forma coerente com as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União**, adoptadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
2. Tendo em conta as práticas nacionais relativas às responsabilidades dos parceiros sociais, os Estados-Membros considerarão a promoção do emprego uma questão de interesse comum e coordenarão a sua acção neste domínio no âmbito do Conselho, nos termos do ~~disposto no~~ [artigo 128.º].

#### Cláusula 121 (ex-artigo 127.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização de um elevado nível de emprego, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros, apoiando e, se necessário, completando a sua acção. Ao fazê-lo, respeitará as competências dos Estados-Membros.
2. O objectivo de alcançar um elevado nível de emprego será tomado em consideração na definição e execução das políticas e acções ~~comunitárias~~ **da União**. <sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Haverá eventualmente que rever o conteúdo deste Título em função das conclusões da Convenção sobre o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) (CONV 516/03).

<sup>101</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (artigo 3.º doc. CONV 528/03).

<sup>102</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

Cláusula 122 (ex-artigo 128.º)

1. O Conselho Europeu procederá anualmente à avaliação da situação do emprego na ~~Comunidade União~~ e adoptará conclusões nessa matéria, com base num relatório anual conjunto do Conselho e da Comissão.
  2. Com base nas conclusões do Conselho Europeu, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego a que se refere o artigo 130.º,~~ **adoptará** anualmente as directrizes <sup>103</sup> que os Estados-Membros devem ter em conta nas respectivas políticas de emprego. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego.**
- Essas directrizes deverão ser coerentes com as orientações gerais adoptadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
3. Cada Estado-Membro transmitirá ao Conselho e à Comissão um relatório anual sobre as principais ~~medidas~~ **disposições** tomadas para executar a sua política de emprego, à luz das directrizes em matéria de emprego previstas no n.º 2.
  4. Com base nos relatórios previstos no n.º 3 e uma vez obtido o parecer do Comité do Emprego, o Conselho analisará anualmente a execução das políticas de emprego dos Estados-Membros, à luz das directrizes em matéria de emprego. O Conselho, **por recomendação da Comissão, pode adoptar** <sup>104</sup>, ~~deliberando por maioria qualificada, sob recomendação da Comissão, pode, se o considerar adequado na sequência dessa análise, dirigir~~ recomendações <sup>105</sup> **dirigidas** aos Estados-Membros.
  5. Com base nos resultados daquela análise, o Conselho e a Comissão apresentarão anualmente ao Conselho Europeu um relatório conjunto sobre a situação do emprego na ~~Comunidade União~~ e a aplicação das directrizes em matéria de emprego.

Cláusula 123 (ex-artigo 129.º)

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, A lei ou lei-quadro europeia pode definir~~ adoptar acções de incentivo destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros e apoiar a sua acção no domínio do emprego, por meio de iniciativas que tenham por objectivo desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, facultar análises comparativas e consultadoria, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, em especial mediante o recurso a projectos-piloto. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

---

<sup>103</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>104</sup> Observe-se que a actual exigência de votos favoráveis de pelo menos dez Estados-Membros, impostas pelo artigo 205.º, n.º 2, segundo parágrafo, segundo travessão do TCE, é suprimida no projecto de artigo "Conselho de Ministros" (artigo 17.º-B, CONV 691/03).

<sup>105</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

~~Essas acções~~ **A lei ou lei-quadro europeia** não ~~incluirão~~ **implicará** a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

#### Cláusula 124 (ex-artigo 130.º)

O Conselho, ~~após consulta ao Parlamento Europeu~~, **por iniciativa própria**, criará <sup>106</sup> **por maioria simples** um comité do emprego, com carácter consultivo, para promover a coordenação das políticas em matéria de emprego e de mercado de trabalho entre os Estados-Membros. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções:

- a) Acompanhar a evolução da situação do emprego e das políticas de emprego nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, e contribuir para a preparação das deliberações do Conselho a que se refere o [artigo 128.º].

No cumprimento do seu mandato, o Comité consultará os parceiros sociais.

Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.

## II. SAÚDE PÚBLICA <sup>107</sup>

#### Cláusula 125 (ex-artigo 152.º) <sup>108</sup>

1. Na definição e execução de todas as políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União** será assegurado um elevado nível de protecção da saúde. <sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>107</sup> A localização aqui escolhida para o capítulo relativo à saúde pública, ou seja, no âmbito do ponto "A5", que reagrupa os domínios de acção de apoio, segue a indicação dada no projecto de estrutura do Tratado Constitucional de 28 de Outubro de 2002 (doc. CONV 369/02) e não a indicação dada no projecto de artigo "Competências partilhadas" da Parte I (doc. CONV 528/03), que insere a saúde pública como competência partilhada.

<sup>108</sup> O Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) propôs que o âmbito deste artigo fosse alargado de modo a "abrange questões como graves ameaças transfronteiras, doenças transmissíveis, bioterrorismo e acordos no âmbito da OMS" (CONV 516/03, ponto 35).

<sup>109</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

A acção da ~~Comunidade~~ **União**, que será complementar das políticas nacionais, incidirá na melhoria da saúde pública e na prevenção das doenças e afecções humanas e das causas de perigo para a saúde humana. Esta acção abrangerá a luta contra os grandes flagelos, fomentando a investigação sobre as respectivas causas, formas de transmissão e prevenção, bem como a informação e a educação sanitária.

A acção da ~~Comunidade~~ **União** será complementar da acção empreendida pelos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos da droga sobre a saúde, nomeadamente através da informação e da prevenção.

2. A ~~Comunidade~~ **União** incentivará a cooperação entre os Estados-Membros nos domínios a que se refere o presente artigo, apoiando, se necessário, a sua acção.

Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as suas políticas e programas nos domínios a que se refere o n.º 1. A Comissão, em estreito contacto com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros fomentarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da saúde pública.

4. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, A lei ou lei-quadro europeia~~ contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~adoptando~~ **estabelecendo**:

- a) Medidas que fixem normas elevadas de qualidade e segurança dos órgãos e substâncias de origem humana, do sangue e dos derivados do sangue; essas medidas não podem obstar a que os Estados-Membros mantenham ou estabeleçam medidas de protecção mais estritas;
- b) Em derrogação do [artigo 37.º], medidas nos domínios veterinário e fitossanitário que tenham directamente por objectivo a protecção da saúde pública;
- c) ~~Aacções~~ **Medidas** de incentivo destinadas a proteger e melhorar a saúde humana, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**Para os fins enunciados no presente artigo, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode igualmente adoptar recomendações** ~~para os fins enunciados no presente artigo.~~

5. A acção da ~~Comunidade~~ **União** no domínio da saúde pública respeitará plenamente as competências dos Estados-Membros em matéria de organização e prestação de serviços de saúde e de cuidados médicos. Em especial, as medidas a que se refere a alínea a) do n.º 4 em nada afectam as disposições nacionais sobre doação de órgãos e de sangue ou a sua utilização para fins médicos.

### III. INDÚSTRIA

#### Cláusula 126 (ex-artigo 157.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros velarão por que sejam asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento da competitividade da indústria da ~~Comunidade~~ **União**.

Para o efeito, e no âmbito de um sistema de mercados abertos e competitivos, a sua acção tem por objectivo:

- a) Acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais;
- b) Incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, e nomeadamente das pequenas e médias empresas;
- c) Incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas;
- d) Fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de investigação e de desenvolvimento tecnológico.

2. Os Estados-Membros consultar-se-ão mutuamente em articulação com a Comissão e, na medida do necessário, coordenarão as suas acções. A Comissão pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos enunciados no n.º 1 através das políticas e acções por si desenvolvidas em aplicação de outras disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~.<sup>110</sup> ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, A lei ou lei-quadro europeia pode decidir adoptar~~ **estabelecer** medidas específicas destinadas a apoiar as acções empreendidas nos Estados-Membros para alcançar os objectivos enunciados no n.º 1. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

A ~~Comunidade~~ **União** não pode invocar o presente título para introduzir quaisquer medidas que possam conduzir a distorções de concorrência ou que comportem disposições fiscais ou relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.

---

<sup>110</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## IV. CULTURA

### Cláusula 127 (ex-artigo 151.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional a regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes domínios:
  - a) Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;
  - b) Conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;
  - c) Intercâmbios culturais não comerciais;
  - d) Criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.
4. Na sua acção ao abrigo de outras disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta os aspectos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.<sup>111</sup>
5. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adopta:~~
  - a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité das Regiões, A lei ou lei-quadro europeia~~<sup>112</sup> **definirá** acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. ~~O Conselho delibera por unanimidade ao aplicar o procedimento previsto no artigo 251.º; A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité das Regiões;~~
  - b) **O Conselho, deliberando por unanimidade sob proposta da Comissão, adopta**<sup>113</sup> recomendações.

<sup>111</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

<sup>112</sup> Passagem da votação por unanimidade à votação por maioria qualificada, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>113</sup> Passagem da votação por unanimidade à votação por maioria qualificada, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.



## V. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

### Cláusula 128 (ex-artigo 149.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros;
  - b) Incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
  - c) Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
  - d) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
  - e) Incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores sócio-educativos;
  - f) Estimular o desenvolvimento da educação à distância.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.
4. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adota:~~
  - a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões, a lei ou lei-quadro europeia define~~ acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros; **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;**
  - b) **O Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão, adoptará** recomendações.

Cláusula 129 (ex-artigo 150.º)

1. A ~~Comunidade~~ **União** desenvolve uma política de formação profissional que apoie e complete as acções dos Estados-Membros, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Facilitar a adaptação às mutações industriais, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais;
  - b) Melhorar a formação profissional inicial e a formação contínua, de modo a facilitar a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho;
  - c) Facilitar o acesso à formação profissional e incentivar a mobilidade de formadores e formandos, nomeadamente dos jovens;
  - d) Estimular a cooperação em matéria de formação entre estabelecimentos de ensino ou de formação profissional e empresas;
  - e) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas de formação dos Estados-Membros.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de formação profissional.
4. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia contribuirá que contribuam para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

[PARTE IV]

Cláusula 130 (ex-artigo 182.º)

Os ~~Estados-Membros acordam em associar à Comunidade~~ os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o Reino Unido **são associados à União**. Estes países e territórios, a seguir denominados "países e territórios", vêm enumerados ~~na lista constante do [no Anexo II] do presente Tratado~~.

A finalidade da associação é promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto.

Em conformidade com os princípios enunciados ~~no preâmbulo do presente Tratado...~~ <sup>115</sup>, a associação deve servir, fundamentalmente, para favorecer os interesses dos habitantes desses países e territórios e para fomentar a sua prosperidade de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram.

Cláusula 131 (ex-artigo 183.º)

A associação prosseguirá os seguintes objectivos:

- 1) Os Estados-Membros aplicarão às suas trocas comerciais com os países e territórios o mesmo regime que aplicam entre si por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.
- 2) Cada país ou território aplicará às suas trocas comerciais com os Estados-Membros e os outros países e territórios o regime que aplica ao Estado europeu com que mantenha relações especiais.
- 3) Os Estados-Membros contribuirão para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento progressivo destes países ou territórios.
- 4) No que respeita aos investimentos financiados pela ~~Comunidade~~ **União**, a participação nas adjudicações e fornecimentos estará aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e colectivas, nacionais dos Estados-Membros e dos países e territórios.

---

<sup>114</sup> Texto colocado aqui para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003.

<sup>115</sup> Conviria referir os princípios em questão, que constam actualmente do preâmbulo do Tratado CE. Deveriam ser referidos na Constituição e, eventualmente, nesta disposição.

- 5) Nas relações entre os Estados-Membros e os países e territórios, o direito de estabelecimento dos nacionais e sociedades será regulado em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento e numa base não discriminatória, sem prejuízo das ~~disposições~~ **medidas** especiais **adoptadas** por força do [artigo 187.º].

Cláusula 132 (ex-artigo 184.º)

1. Ao entrarem nos Estados-Membros, as importações originárias dos países e territórios beneficiarão da proibição dos direitos aduaneiros ~~que, nos termos do presente Tratado, se deve proibir~~ entre os Estados-Membros **prevista na Constituição**.
2. Em cada país e território, os direitos aduaneiros que incidam sobre as importações provenientes dos Estados-Membros e dos outros países e territórios serão proibidos nos termos do [artigo 25.º].
3. Os países e territórios podem, todavia, cobrar os direitos aduaneiros correspondentes às necessidades do seu desenvolvimento e às exigências da sua industrialização, ou os de natureza fiscal que tenham por fim produzir receita para os seus orçamentos.

Estes direitos não podem exceder aqueles que incidam sobre as importações dos produtos provenientes do Estado-Membro com o qual cada país ou território mantém relações especiais.

4. O disposto no n.º 2 não é aplicável aos países e territórios que, por força das obrigações internacionais especiais a que se encontram vinculados, já apliquem uma pauta aduaneira não discriminatória.
5. A introdução ou modificação de direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas pelos países e territórios não deve originar, de direito ou de facto, qualquer discriminação directa ou indirecta entre as importações provenientes dos diversos Estados-Membros.

Cláusula 133 (ex-artigo 185.º)

Se, em consequência da aplicação do [n.º 1 do artigo 184.º], o nível dos direitos aplicáveis às mercadorias provenientes de um país terceiro, ao entrarem num país ou território, for susceptível de provocar desvios de tráfego em prejuízo de qualquer Estado-Membro, este pode pedir à Comissão que proponha aos outros Estados-Membros **que tomem as disposições** ~~as medidas~~ necessárias para sanar tal situação.

- **Opção A – Passagem para o regime previsto no artigo 187.º do TCE**

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ **será regulada rege-se por medidas adoptadas de acordo com o artigo 187.º.**

Opção B – Alinhamento do tratamento dos trabalhadores pelo previsto para os independentes no n.º 5 do artigo 183.º do TCE.

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ **será regulada rege-se de acordo com as disposições e em aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo à livre circulação de trabalhadores e numa base não discriminatória, sem prejuízo sob reserva das medidas especiais adoptadas de acordo com o [artigo 187.º].**

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, estabelece~~ **por iniciativa própria/sem proposta da Comissão <sup>117</sup> adoptará por unanimidade**, a partir dos resultados conseguidos no âmbito da associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União** e com base nos princípios enunciados ~~no presente Tratado~~ <sup>118</sup>, as ~~disposições~~ **medidas** <sup>119</sup> relativas às modalidades e ao processo de associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União**.

~~As disposições dos~~ **Os** artigos 182.º a 187.º são aplicáveis à Gronelândia, sem prejuízo das disposições específicas para a Gronelândia, constantes do Protocolo relativo ao regime especial aplicável à Gronelândia, ~~anexo ao presente Tratado.~~

---

<sup>116</sup> Textos alternativos sugeridos para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (supressão do instrumento convenção entre Estados-Membros)

<sup>117</sup> Os peritos do Serviço Jurídico do Conselho consideram que aqui se deveria optar pela fórmula "sem proposta da Comissão" (ver explicação no n.º 9 das considerações gerais no início deste relatório). Note-se que, na prática, o Conselho em geral actua sob proposta da Comissão. A Convenção talvez considere oportuno analisar se, no que respeita aos domínios comunitários e tendo em conta a prática, as medidas não deveriam ser adoptadas sob proposta da Comissão.

<sup>118</sup> Ver nota de rodapé ao n.º 3 do artigo 182.º do TCE *supra*.

<sup>119</sup> O mandato complementar de 29 de Abril de 2003 não determina os actos jurídicos a utilizar neste parágrafo.

## **B. ACÇÃO EXTERNA**

**Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.<sup>120</sup>**

## **C. DEFESA<sup>121</sup>**

**Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.<sup>122</sup>**

## **D. FUNCIONAMENTO DA UNIÃO**

**Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

<sup>120</sup> Nas disposições que retomarão o Título V do Tratado UE (Disposições relativas à Política Externa e de Segurança Comum), seria conveniente prever uma formulação específica a fim de ter em conta a instituição da regra geral da votação por maioria qualificada, prevista no projecto de artigo "Conselho de Ministros" (n.º 3 do artigo 17.º, CONV 691/03) e a da adopção de actos sob proposta da Comissão, caso a Convenção não pretenda que estas regras se apliquem automaticamente aos actos adoptados no âmbito desta política.

<sup>121</sup> Deixou-se este título vazio pelas razões indicadas na nota de rodapé do Capítulo B.IV (Política externa e de segurança comum).

<sup>122</sup> Ver nota de rodapé relativa à acção externa

# **VOLUME II**

## **ANTE-PROJECTO DE TRATADO CONSTITUCIONAL**

### **Sugestões de adaptações técnicas das disposições dos Tratados CE e UE**

**na sequência dos mandatos complementares de 2 e de 29 de Abril de 2003**

\* \* \*

Este volume deve ser lido à luz da nota de envio do Volume I.

## **Parte A**

### **Disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia**



## Índice

	Página
Parte I	
<b>Princípios</b>	108
Parte II	
Cidadania da União	114
Parte III	
Políticas da <del>Comunidade</del> <b>União</b>	107
TÍTULO I Livre Circulação de Mercadorias	117
Capítulo 1 União Aduaneira	118
Capítulo 2 Proibição das restrições quantitativas entre os Estados-Membros	119
TÍTULO II Agricultura e <b>pescas</b>	120
TÍTULO III Livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais	123
Capítulo 1 Trabalhadores	123
Capítulo 2 Direito de estabelecimento	125
Capítulo 3 Serviços	128
Capítulo 4 Capitais e pagamentos	131
TÍTULO IV Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas ( <i>não reproduzido</i> )	133
TÍTULO V Transportes	133
TÍTULO VI Regras comuns relativas à concorrência, à fiscalidade e à aproximação das legislações	137

Capítulo 1	Regras de concorrência	137
Secção 1	Regras aplicáveis às empresas	137
Secção 2	Auxílios concedidos pelos Estados- <b>Membros</b>	140
Capítulo 2	Disposições fiscais	142
Capítulo 3	Aproximação das legislações	143
TÍTULO VII	Política económica e monetária ( <i>não reproduzido</i> )	145
TÍTULO VIII	Emprego	145
TÍTULO IX	Política comercial comum ( <i>não reproduzido</i> )	148
TÍTULO X	Cooperação aduaneira	148
TÍTULO XI	Política social, educação, formação profissional e juventude	148
Capítulo 1	Disposições sociais	148
Capítulo 2	Fundo Social Europeu	154
Capítulo 3	Educação, formação profissional e juventude	154
TÍTULO XII	Cultura	156
TÍTULO XXIII	Saúde pública	157
TÍTULO XIV	Defesa dos consumidores	158
TÍTULO XV	Redes transeuropeias	159

TÍTULO XVI	Indústria	160
TÍTULO XVII	Coesão económica e social	161
TÍTULO XVIII	Investigação e desenvolvimento tecnológico	163
TÍTULO XIX	Ambiente	167
TÍTULO XX	Cooperação para o desenvolvimento ( <i>não reproduzido</i> )	169
TÍTULO XXI	Cooperação <i>económica, financeira e técnica com os países terceiros</i> ( <i>não reproduzido</i> )	169
Parte IV	Associação dos países e territórios ultramarinos	170
Parte V	Instituições da Comunidade <del>da Comunidade</del> <b>União</b> ( <i>não reproduzido</i> )	173
Parte VI	Disposições gerais e finais ( <i>não reproduzido</i> )	173

\* \* \*

## **PARTE I**

### **OS PRINCÍPIOS**

#### **Artigo 1.º<sup>1</sup>**

~~Pelo presente Tratado, as ALTAS PARTES CONTRATANTES instituem entre si uma COMUNIDADE EUROPEIA.~~

#### **Artigo 2.º**

~~A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3.º e 4.º, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados Membros.~~

#### **Artigo 3.º**

~~1. — Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a acção da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado:~~

- ~~a) — A proibição entre os Estados Membros, dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas à entrada e à saída de mercadorias, bem como de quaisquer outras medidas de efeito equivalente,~~
- ~~b) — Uma política comercial comum,~~
- ~~c) — Um mercado interno caracterizado pela abolição, entre os Estados Membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais,~~
- ~~d) — Medidas relativas à entrada e circulação de pessoas de acordo com o disposto no Título IV,~~
- ~~e) — Uma política comum no domínio da agricultura e das pescas,~~
- ~~f) — Uma política comum no domínio dos transportes,~~
- ~~g) — Um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno,~~

---

<sup>1</sup> Os artigos 1.º e 2.º e o n.º 1 do artigo 3.º foram suprimidos e substituídos por projectos de artigos (estabelecimento, valores e objectivos da União) da Parte I (artigos 1.º, 2.º e 3.º- doc. CONV 528/03).

- ~~h) — A aproximação das legislações dos Estados-Membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado comum;~~
- ~~i) — A promoção de uma coordenação entre as políticas de emprego dos Estados-Membros, com o objectivo de reforçar a sua eficácia, mediante a elaboração de uma estratégia coordenada em matéria de emprego;~~
- ~~j) — Uma política social que inclui um Fundo Social Europeu;~~
- ~~k) — O reforço da coesão económica e social;~~
- ~~l) — Uma política no domínio do ambiente;~~
- ~~m) — O reforço da capacidade concorrencial da indústria da Comunidade;~~
- ~~n) — A promoção da investigação e do desenvolvimento tecnológico;~~
- ~~o) — O incentivo à criação e ao desenvolvimento de redes transeuropeias;~~
- ~~p) — Uma contribuição para a realização de um elevado nível de protecção da saúde;~~
- ~~q) — Uma contribuição para um ensino e uma formação de qualidade, bem como para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros;~~
- ~~r) — Uma política no domínio da cooperação para o desenvolvimento;~~
- ~~s) — A associação dos países e territórios ultramarinos tendo por objectivo incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o esforço de desenvolvimento económico e social;~~
- ~~t) — Uma contribuição para o reforço da defesa dos consumidores;~~
- ~~u) — Medidas nos domínios da energia, da protecção civil e do turismo.~~

2. — Na realização de todas as acções previstas ~~no presente artigo~~ **na presente Parte**, a **Comunidade União** terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres. <sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Este número, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com o artigo 6.º (ambiente), ou até mesmo com as restantes disposições deste tipo que se encontram dispersas nos vários capítulos, por exemplo sob o título de "disposições comuns". Além disso, observe-se que a referência à "presente parte", na medida em que essa parte viesse a incluir matérias que actualmente se inserem no âmbito do segundo e terceiro pilares, alargaria o âmbito de aplicação deste (ou destes) parágrafo(s) horizontal(ais).

#### Artigo 4.º<sup>3</sup>

1. Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a acção dos Estados-Membros e da **Comunidade União** implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo o calendário e os procedimentos **previstos** ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, essa acção implica ~~a fixação irrevogável das taxas de câmbio conducente à criação de uma moeda única, o ~~ecu~~ euro~~, e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na **Comunidade União**, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberta e de livre concorrência.
3. Essa acção dos Estados-Membros e da **Comunidade União** implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.

#### Artigo 5.º<sup>4</sup>

~~A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado.~~

~~Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas, de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros, e possam pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados ao nível comunitário.~~

~~A acção da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objectivos do presente Tratado.~~

#### Artigo 6.º<sup>5</sup>

As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e acções da **Comunidade União** previstas ~~no artigo 3.º~~ **na presente Parte**, em especial com o objectivo de promover um desenvolvimento sustentável.

---

<sup>3</sup> Este artigo será transferido para o início do título sobre a política económica e monetária.

<sup>4</sup> O artigo 5.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Princípios fundamentais" da Parte I (artigo 8.º- doc. CONV 528/03).

<sup>5</sup> Este artigo, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupado num único artigo com outros artigos do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º). Mesma observação que na referida nota no que respeita à utilização da expressão "presente parte".

## *Artigo 7.º<sup>6</sup>*

*1. A realização das tarefas confiadas à Comunidade é assegurada por:*

- um PARLAMENTO EUROPEU;*
- um CONSELHO;*
- uma COMISSÃO;*
- um TRIBUNAL DE JUSTIÇA;*
- um TRIBUNAL DE CONTAS.*

*Cada Instituição actua nos limites das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo presente Tratado.*

*2. O Conselho e a Comissão são assistidos por um Comité Económico e Social e por um Comité das Regiões, com funções consultivas.*

## *Artigo 8.º<sup>7</sup>*

*São instituídos, de acordo com os procedimentos previstos no presente Tratado, um Sistema Europeu de Bancos Centrais, adiante designado por "SEBC", e um Banco Central Europeu, adiante designado por "BCE", os quais actuarão nos limites das atribuições que lhes são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos do SEBC e do BCE, adiante designados por "Estatutos do SEBC", que lhe vêm anexos.*

## *Artigo 9.º*

*É instituído um Banco Europeu de Investimento, que actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos que lhe vêm anexos.*

## *Artigo 10.º*

*Os Estados-Membros tomarão todas as medidas gerais ou especiais capazes de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do presente Tratado ou resultantes de actos das instituições da Comunidade. Os Estados-Membros facilitarão à Comunidade o cumprimento da sua missão.*

*Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar quaisquer medidas susceptíveis de pôr em perigo a realização dos objectivos do presente Tratado.*

---

<sup>6</sup> Os artigos 7.º a 11.º-A são ou serão abrangidos pela Parte I.

<sup>7</sup> Quando for redigido, na Parte I da Constituição, este artigo não conterà abreviaturas ("BCE" e "SEBC"), mas sim a denominação completa dos órgãos em causa ("Banco Central Europeu" e "Sistema Europeu de Bancos Centrais"). Além disso, quando for feita a ultimação dos textos, convirá incluir aqui uma referência ao facto de o Estatuto do SEBC estar compreendido no Protocolo sobre os Estatutos do SEBC e do BCE, o que permitirá suprimir esta indicação no n.º 4 do artigo 107.º.

## Artigo 11.º

1. Os Estados-Membros que se proponham instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos no presente Tratado devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, que pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente uma proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.

2. A autorização para dar início à cooperação reforçada a que se refere o n.º 1 é concedida, no respeito dos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu. Quando a cooperação reforçada vise um domínio abrangido pelo processo previsto no artigo 251.º do presente Tratado, é necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu.

Qualquer membro do Conselho pode pedir que o assunto seja levado ao Conselho Europeu. Nessa sequência, o Conselho pode deliberar nos termos do disposto no primeiro parágrafo.

3. Salvo disposição em contrário contida no presente artigo e nos artigos 43.º a 45.º do Tratado da União Europeia, os actos e decisões necessários à execução das acções de cooperação reforçada ficam sujeitos a todas as disposições aplicáveis do presente Tratado.

## Artigo 11.º-A

Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada instituída nos termos do artigo 11.º notificará a sua intenção ao Conselho e à Comissão, que apresentará um parecer ao Conselho no prazo de três meses a contar da data de recepção da notificação. No prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão tomará uma decisão sobre a questão, bem como sobre eventuais disposições específicas que julgue necessárias.

## Artigo 12.º

~~No âmbito de aplicação do presente Tratado, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.~~

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, pode adoptar normas destinadas a proibir essa~~ **A lei ou lei-quadro europeia regula a proibição das discriminações em razão da nacionalidade a que se refere o [artigo (...)]<sup>8</sup>.**

## Artigo 13.º

1. Sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado~~ **da Constituição** e dentro dos limites das competências que ~~este~~ **esta** confere à ~~Comunidade União~~, ~~o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode tomar,~~ **uma lei ou lei-quadro do Conselho pode estabelecer** as medidas necessárias para combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. **O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.**

---

<sup>8</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Não discriminação em razão da nacionalidade" da Parte I (artigo 6.º- doc. CONV 528/03).



2. Em derrogação do n.º 1, ~~sempre que adopte a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá~~ medidas de incentivo ~~comunitárias da União com exclusão de qualquer harmonização das~~ disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros para apoiar as acções dos Estados-Membros destinadas a contribuir para a realização dos objectivos referidos no n.º 1, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. ~~o Conselho delibera nos termos do artigo 251.º.~~

#### Artigo 14.º<sup>9</sup>

1. ~~A Comunidade adoptará~~ **União adoptará** as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno ~~durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992,~~ nos termos do ~~disposto no~~ presente artigo, ~~nos dos~~ [artigos 15.º e 26.º], ~~no do~~ [n.º 2 do artigo 47.º], ~~e nos dos~~ [artigos 49.º, 80.º, 93.º e 95.º], e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição.~~

2. O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições ~~do presente Tratado da Constituição.~~

3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ sob proposta da Comissão, ~~definirá,~~ **adoptará os regulamentos europeus ou as decisões europeias** <sup>10</sup> **que definem** as orientações e condições necessárias para assegurar um progresso equilibrado no conjunto dos sectores abrangidos. <sup>11</sup>

#### Artigo 15.º<sup>12</sup>

Aquando da formulação das suas propostas destinadas a realizar os objectivos enunciados no artigo 14.º, a Comissão terá em conta a amplitude do esforço que certas economias que apresentam diferenças de desenvolvimento devem suportar ~~durante o período de~~ **para o** estabelecimento do mercado interno e pode propor as ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

Se estas ~~disposições~~ **medidas** tomarem a forma de derrogações, devem ter carácter temporário e implicar o mínimo possível de perturbações no funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

<sup>9</sup> Os artigos 14.º e 15.º serão transferidos para o início de um novo título ou capítulo "mercado interno".

<sup>10</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Atendendo ao âmbito deste número, sugere-se que se analise se não será conveniente prever antes actos legislativos.

<sup>11</sup> Este número parece nunca ter sido utilizado. Deverá ser suprimido?

<sup>12</sup> Foi suprimida a referência ao período de estabelecimento do mercado interno. Todavia, a supressão desta referência poderá acarretar aqui uma perenização das possibilidades de derrogação previstas no artigo 15.º e que só podiam ser aplicadas durante o período em questão.

## Artigo 16.º

Sem prejuízo ~~do disposto nos~~ dos [artigos 73.º, 86.º e 87.º], e atendendo à posição que os serviços de interesse económico geral ocupam ~~no conjunto dos valores comuns da União~~ **enquanto serviços a que todos na União atribuem valor**<sup>13</sup>, e ao papel que desempenham na promoção da sua coesão social e territorial, a ~~Comunidade~~ **União** e os seus Estados-Membros, dentro dos limites das respectivas competências e no âmbito de aplicação ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, zelarão por que esses serviços funcionem com base em princípios e em condições que lhes permitam cumprir as suas missões.

## PARTE II

### CIDADANIA DA UNIÃO

## Artigo 17.º<sup>14</sup>

~~1. — É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui.~~

~~2. — Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos no presente Tratado.~~

## Artigo 18.º

~~1. — Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros, sem prejuízo das limitações e condições previstas no presente Tratado e nas disposições adoptadas em sua aplicação.~~<sup>15</sup>

2. Se, para atingir esse o objectivo, **referido no [artigo (...)]**<sup>16</sup>, **do direito de livre circulação e de livre permanência para qualquer cidadão da União**, se revelar necessária uma acção da **Comunidade União** sem que ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** tenha previsto poderes de acção para o efeito, ~~o Conselho pode adoptar disposições a lei ou lei-quadro europeia pode destinadas a facilitar o exercício dos direitos a que se refere o n.º 1 desse direito. O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º.~~

---

<sup>13</sup> Fórmula prevista no mandato complementar de 2 de Abril de 2003.

<sup>14</sup> O artigo 17.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 1 do artigo 7.º - doc. CONV 528/03).

<sup>15</sup> O n.º 1 do artigo 18.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

<sup>16</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (primeiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º - CONV 528/03).

3. O [n.º 2] não se aplica às disposições **medidas** relativas aos passaportes, aos bilhetes de identidade, às autorizações de residência ou a qualquer outro documento equiparado, nem às disposições respeitantes à segurança social ou à protecção social.<sup>17</sup>

#### Artigo 19.º<sup>18</sup>

1. ~~Qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito<sup>19</sup> será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu; essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.~~

2. ~~Sem prejuízo do disposto no [n.º 4 do artigo 190.º] e das disposições adoptadas em sua aplicação, qualquer cidadão da União residente num Estado-Membro que não seja o da sua nacionalidade goza do direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu no Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Esse direito será exercido sem prejuízo das modalidades adoptadas pelo Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu; o exercício do direito], de qualquer cidadão da União eleger e ser eleito nas eleições municipais e para o Parlamento Europeu, no Estado-Membro de residência, a que se refere o [artigo (...) <sup>20</sup>], será regulamentado por lei ou lei-quadro europeia. O Conselho delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu. Essas regras podem prever disposições derogatórias, sempre que problemas específicos de um Estado-Membro o justifiquem.~~

**O direito de eleger e ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu é exercido sem prejuízo do [n.º 4 do artigo 190.º] e das medidas adoptadas para a sua aplicação.**

<sup>17</sup> Sugere-se que se esclareça se este número se destina a excluir toda e qualquer competência a título deste artigo nos domínios enumerados ou se o objectivo pretendido é excluir a co-decisão ou apenas a maioria qualificada no Conselho. No segundo caso, seria conveniente que a Convenção analisasse a oportunidade de introduzir uma base jurídica específica para as medidas referidas no n.º 3.

<sup>18</sup> Este texto reúne os n.ºs 1 e 2 e mantém uma referência ao n.º 4 do artigo 190.º, que diz respeito ao processo eleitoral uniforme para os membros do Parlamento Europeu, o qual será abrangido pela Parte I. Esta disposição refere-se ao direito (de eleger e ser eleito nas eleições europeias) e não ao procedimento para adoptar as disposições para o exercício desse direito (aqui previsto); Ora, o projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03), que contém este direito, deixou de se referir ao artigo 190.º. Convém, pois, como aqui se propõe, incluir a referência ao artigo 190.º numa frase distinta, especificando que a mesma só se aplica ao direito de eleger e ser eleito.

<sup>19</sup> O primeiro período dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>20</sup> Inserir uma referência ao artigo "direito de eleger e ser eleito nas eleições autárquicas e para o PE" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

## Artigo 20.º <sup>21</sup>

~~Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras~~ **tomam as disposições** necessárias ~~e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa a protecção~~ **diplomática e consular dos cidadãos da União nos Estados terceiros, a que se refere o [artigo (...)]** <sup>22</sup>.

**A/uma lei ou lei-quadro [... a Convenção determinará se o acto deve ser adoptado em co-decisão ou apenas pelo Conselho, e qual a regra de votação...] pode estabelecer as medidas necessárias para facilitar essa protecção.**

## Artigo 21.º <sup>23</sup>

~~Qualquer cidadão da União goza do direito de petição ao Parlamento Europeu, nos termos do disposto no artigo 194.º.~~

~~Qualquer cidadão da União pode dirigir-se ao Provedor de Justiça instituído nos termos do disposto no artigo 195.º.~~

**As línguas em que qualquer cidadão da União se pode dirigir-se por escrito a qualquer das Instituições ou órgãos ao abrigo do [artigo (...)] <sup>24</sup> e obter uma resposta na mesma língua, são as que se encontram enumeradas no [artigo 314.º] a que se refere o presente artigo ou o artigo 7.º numa das línguas previstas no artigo 314.º e obter uma resposta redigida na mesma língua. As Instituições e órgãos a que se refere o presente artigo são os que estão enumerados no [artigo (...)] <sup>25</sup> e o Provedor de Justiça.**

## Artigo 22.º

A Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, de três em três anos, um relatório sobre a aplicação das disposições **do [artigo (...)] <sup>26</sup>** e da [presente Parte]. Esse relatório terá em conta o desenvolvimento da União.

<sup>21</sup> O primeiro período do artigo 20.º foi suprimido e substituído pelo projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (segundo travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03). Texto sugerido para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (supressão do instrumento da convenção entre Estados-Membros).

<sup>22</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (terceiro travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>23</sup> Os dois primeiros parágrafos, que não são funcionais e apenas remetem para os artigos 194.º e 195.º, devem ser suprimidos, uma vez que o direito que prevêm está enunciado no projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>24</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (último travessão do n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>25</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo da Parte I que incluirá a lista das Instituições e dos dois órgãos consultivos (Comité Económico e Social e Comité das Regiões).

<sup>26</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

Com base nesses relatórios, e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**, ~~o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, pode aprovar disposições~~ **uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho aprofundará destinadas a aprofundar** os direitos previstos ~~na presente Parte no [artigo (...)]~~ <sup>27</sup>. **O Conselho** recomendará aos Estados-Membros, **a adopção da lei ou lei-quadro** nos termos das respectivas normas constitucionais. **O Conselho delibera por unanimidade após aprovação do Parlamento Europeu.**<sup>28</sup>

### PARTE III

## POLÍTICAS DA COMUNIDADE UNIÃO

### TÍTULO I

## LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

### Artigo 23.º

1. ~~A Comunidade União assenta numa~~ **compreende uma** união aduaneira que abrange a totalidade do comércio de mercadorias e implica a proibição, entre os Estados-Membros, de direitos aduaneiros de importação e de exportação e de quaisquer encargos de efeito equivalente, bem como a adopção de uma pauta aduaneira comum nas suas relações com países terceiros.
2. ~~O disposto no [O artigo 25.º] e no [o Capítulo 2] do [presente Título] é aplicável~~ **são aplicáveis** tanto aos produtos originários dos Estados-Membros, como aos produtos provenientes de países terceiros que se encontrem em livre prática nos Estados-Membros.

### Artigo 24.º

Consideram-se em livre prática num Estado-Membro os produtos provenientes de países terceiros em relação aos quais se tenham cumprido as formalidades de importação e cobrado os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente exigíveis nesse Estado-Membro, e que não tenham beneficiado de draubaque total ou parcial desses direitos ou encargos.

---

<sup>27</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Cidadania" da Parte I (n.º 2 do artigo 7.º- CONV 528/03).

<sup>28</sup> Substituição da consulta pela aprovação do Parlamento, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## CAPÍTULO 1

### UNIÃO ADUANEIRA

#### Artigo 25.º

São proibidos entre os Estados-Membros os direitos aduaneiros de importação e de exportação ou os encargos de efeito equivalente. Esta proibição é igualmente aplicável aos direitos aduaneiros de natureza fiscal.

#### Artigo 26.º

~~Os direitos da pauta aduaneira comum são fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão.~~ **O Conselho adopta, sob proposta da Comissão, os regulamentos europeus ou decisões europeias que fixam os direitos da pauta aduaneira comum.**<sup>29</sup>

#### Artigo 27.º

No exercício das funções que lhe são confiadas no presente capítulo, a Comissão orientar-se-á:

- a) Pela necessidade de promover as trocas comerciais entre os Estados-Membros e países terceiros.
- b) Pela evolução das condições de concorrência na ~~Comunidade~~ **União**, desde que essa evolução tenha por efeito aumentar a competitividade das empresas.
- c) Pelas necessidades de abastecimento da ~~Comunidade~~ **União** em matérias-primas e produtos semiacabados cuidando que se não falseiem, entre os Estados-Membros, as condições de concorrência relativas a produtos acabados.
- d) Pela necessidade de evitar perturbações graves na vida económica dos Estados-Membros e de assegurar o desenvolvimento racional da produção e a expansão do consumo na ~~Comunidade~~ **União**.

---

<sup>29</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## CAPÍTULO 2

### PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS

#### Artigo 28.º<sup>30</sup>

São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas **tanto** à importação **como** à **exportação**, bem como todas as medidas de efeito equivalente.

#### ~~Artigo 29.º~~

~~São proibidas, entre os Estados-Membros, as restrições quantitativas à exportação, bem como todas as medidas de efeito equivalente.~~

#### Artigo 30.º

~~As disposições dos [O artigos 28.º] e 29.º são aplicáveis~~ **é aplicável** sem prejuízo das proibições ou restrições à importação, exportação ou trânsito justificadas por razões de moralidade pública, ordem pública e segurança pública; de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial. Todavia, tais proibições ou restrições não devem constituir nem um meio de discriminação arbitrária nem qualquer restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros.

#### Artigo 31.º

1. Os Estados-Membros adaptarão os monopólios nacionais de natureza comercial, de modo a que esteja assegurada a exclusão de toda e qualquer discriminação entre nacionais dos Estados-Membros, quanto às condições de abastecimento e de comercialização.

~~O disposto no O~~ presente artigo é aplicável a qualquer organismo através do qual um Estado-Membro, de jure ou de facto, controle, dirija ou influencie sensivelmente, directa ou indirectamente, as importações ou as exportações entre os Estados-Membros. ~~Estas disposições são~~ **É igualmente aplicáveis aplicável** aos monopólios delegados pelo Estado.

2. Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar qualquer nova medida que seja contrária aos princípios enunciados no [n.º 1] ou que restrinja o âmbito da aplicação dos artigos relativos à proibição dos direitos aduaneiros e das restrições quantitativas entre os Estados-Membros.

3. No caso de um monopólio de natureza comercial comportar regulamentação destinada a facilitar o escoamento ou a valorização de produtos agrícolas, devem ser tomadas medidas para assegurar, na aplicação ~~do disposto no do~~ presente artigo, garantias equivalentes para o emprego e nível de vida dos produtores interessados.

---

<sup>30</sup> É sugerida a fusão deste artigo com o artigo 29.º

## TÍTULO II

### AGRICULTURA E PESCAS

#### Artigo 31.º-A<sup>31</sup>

**A União executará uma política comum da agricultura e pescas.**

**Por produtos agrícolas entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação directamente relacionados com esses produtos. As referências à política agrícola comum ou à agricultura e a utilização do termo "agrícola" entendem-se como abrangendo também as pescas.**

#### Artigo 32.º

1. O mercado ~~comum~~ **interno** abrange a agricultura e o comércio de produtos agrícolas. ~~Por "produtos agrícolas" entendem-se os produtos do solo, da pecuária e da pesca, bem como os produtos do primeiro estágio de transformação que estejam em relação directa com estes produtos.~~
2. As regras previstas para o estabelecimento do mercado ~~comum~~ **interno** são aplicáveis aos produtos agrícolas, salvo disposição em contrário dos [artigos 33.º a 38.º] ~~inclusive~~.
3. Os produtos **enumerados no [Anexo I] são** abrangidos ~~pelo disposto nos~~ **pelos** [artigos 33.º a 38.º] ~~inclusive, são enumerados na lista constante do Anexo I do presente Tratado~~<sup>32</sup>.
4. O funcionamento e o desenvolvimento do mercado ~~comum~~ **interno** para os produtos agrícolas devem ser acompanhados da adopção de uma política agrícola comum.

#### Artigo 33.º

1. A Política Agrícola Comum tem como objectivos:
  - a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;
  - b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
  - c) Estabilizar os mercados;
  - d) Garantir a segurança dos abastecimentos;

<sup>31</sup> Texto sugerido para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (adaptação do texto na sequência da inserção das pescas no título). A oportunidade da inclusão do último período deveria ser objecto de verificação técnica complementar.

<sup>32</sup> É sugerida a supressão destas formulações supérfluas, uma vez que a referência ao Anexo só pode remeter para a Constituição.



- e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores.
2. Na elaboração da Política Agrícola Comum e dos métodos especiais que ela possa implicar, tomar-se-á em consideração:
- a) A natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas regiões agrícolas;
  - b) A necessidade de efectuar gradualmente as adaptações adequadas;
  - c) O facto de a agricultura constituir, nos Estados-Membros, um sector intimamente ligado ao conjunto da economia.

#### Artigo 34.º

1. A fim de atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], é criada uma organização comum dos mercados agrícolas.

Segundo os produtos, esta organização assumirá uma das formas seguintes:

- a) Regras comuns em matéria de concorrência;
  - b) Uma coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado;
  - c) Uma organização europeia de mercado.
2. A organização comum, sob uma das formas previstas no n.º 1, pode abranger todas as medidas necessárias para atingir os objectivos definidos no [artigo 33.º], designadamente: regulamentações dos preços; subvenções tanto à produção como à comercialização dos diversos produtos; medidas de armazenamento e de reporte; mecanismos comuns de estabilização das importações ou das exportações.

A organização comum deve limitar-se a prosseguir os objectivos definidos no [artigo 33.º] e excluir toda e qualquer discriminação entre produtores ou consumidores da ~~Comunidade~~ **União**.

Uma eventual política comum de preços deve assentar em critérios comuns e em métodos de cálculo uniformes.

3. A fim de permitir que a organização comum referida no n.º 1 atinja os seus objectivos, podem ser criados um ou mais fundos agrícolas de orientação e garantia.

#### Artigo 35.º

Tendo em vista alcançar os objectivos definidos no [artigo 33.º], pode prever-se, no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente:

- a) Uma coordenação eficaz dos esforços empreendidos nos domínios da formação profissional, da investigação e da divulgação da agronomia, que pode incluir projectos ou instituições financiados em comum;
- b) Acções comuns destinadas a promover o consumo de certos produtos.

### Artigo 36.<sup>o33</sup>

~~As disposições do O~~ [capítulo] relativo às regras de concorrência só ~~são aplicáveis~~ **é aplicável** à produção e ao comércio dos produtos agrícolas, na medida em que tal seja determinado pelo Conselho, no âmbito do disposto nos [n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º] e em conformidade com o processo [aí previsto], tendo em conta os objectivos definidos no [artigo 33.º].

O Conselho pode, nomeadamente, **adoptar medidas que** autorizem a concessão de auxílios:

- a) Para a protecção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais;
- b) No âmbito de programas de desenvolvimento económico.

### Artigo 37.º

~~1. — A fim de traçar as linhas directrizes de uma política agrícola comum, a Comissão convocará, logo após a entrada em vigor do presente Tratado, uma conferência dos Estados-Membros para proceder à comparação das suas políticas agrícolas, efectuando, nomeadamente, o balanço dos seus recursos e necessidades.~~

2. A Comissão, ~~tomando em consideração os trabalhos da conferência prevista no n.º 1,~~ após consulta ~~de ao~~ Comité Económico e Social, apresentará, ~~no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor do presente Tratado,~~ propostas relativas à elaboração e execução da Política Agrícola Comum, incluindo a substituição das organizações nacionais por uma das formas de organização comum previstas no [n.º 1 do artigo 34.º] e a execução das medidas ~~especificadas~~ **referidas** no [presente título].

Tais propostas ~~devem ter~~ **terão** em conta a interdependência das questões agrícolas mencionadas no presente título.

~~O Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, deliberando por maioria qualificada, adoptará regulamentos ou directivas, ou tomará [O Conselho adopta, sob proposta da Comissão, leis europeias/regulamentos europeus, leis-quadro europeias, decisões europeias, sem prejuízo das e recomendações que possa formular. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.]~~<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Este artigo deveria ser revisto uma vez determinados pela Convenção os aspectos legislativos e não legislativos da Política Agrícola Comum (ver nota relativa ao artigo 37.º).

<sup>34</sup> Dado estar indicado no mandato complementar de 29 de Abril de 2003 que "haverá que precisar, numa fase posterior, quais os aspectos da política agrícola que devem ser considerados legislativos e quais os que devem ser considerados não legislativos", a redacção desta base jurídica não sofreu alterações em relação à que figura no relatório do Grupo de 13 de Março de 2003.

3. ~~As organizações nacionais de mercado podem ser substituídas, pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada<sup>35</sup>, e nas condições previstas no n.º 2, pela organização comum prevista no [n.º 1 do artigo 34.º]:~~

- a) Se a organização comum oferecer, aos Estados-Membros que sejam contrários a esta medida e que disponham eles próprios de uma organização nacional para a produção em causa, garantias equivalentes quanto ao emprego e ao nível de vida dos produtores interessados, tomando em consideração o ritmo das adaptações possíveis e das especializações necessárias; e
- b) Se essa organização assegurar às trocas comerciais na ~~Comunidade~~ **União** condições análogas às que existem num mercado nacional.

4. Se for criada uma organização comum para certas matérias-primas, sem que exista ainda uma organização comum para os produtos transformados correspondentes, essas matérias-primas, quando utilizadas em produtos transformados destinados à exportação para países terceiros, podem ser importadas do exterior da ~~Comunidade~~ **União**.

### Artigo 38.º

Quando, em qualquer Estado-Membro, um produto for submetido a uma organização nacional de mercado ou a outra regulamentação interna de efeito equivalente que afecte a concorrência de produção similar noutro Estado-Membro, será aplicado pelos Estados-Membros um direito de compensação à entrada desse produto proveniente do Estado-Membro em que tal organização ou regulamentação exista, a menos que esse Estado aplique um direito de compensação à saída do referido produto.

A Comissão fixará o montante desses direitos, na medida em que tal seja necessário para restabelecer o equilíbrio; a Comissão pode igualmente autorizar o recurso a outras medidas, de que fixará as condições e modalidades.

## TÍTULO III

### LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, DE SERVIÇOS E DE CAPITAIS

#### CAPÍTULO 1

#### TRABALHADORES

### Artigo 39.º

1. ~~A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada~~ **Os trabalhadores têm o direito de circular livremente na ~~Comunidade~~ União.**<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Esta menção é supérflua, uma vez que o procedimento aplicável já está indicado pela remissão para o n.º 2 do artigo 37.º.

<sup>36</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

2. ~~A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de~~ **É proibida** <sup>37</sup> toda e qualquer discriminação entre os trabalhadores dos Estados-Membros, em razão da nacionalidade no que diz respeito ao emprego, à remuneração e às demais condições de trabalho.
3. ~~A livre circulação dos trabalhadores compreende;~~ Sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, **os trabalhadores têm** <sup>38</sup> o direito de:
- a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas.
  - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros.
  - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais.
  - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele terem exercido uma actividade laboral, ~~nas em~~ condições que ~~serão sejam~~ objecto de regulamentos **europeus de execução a estabelecer adoptados** pela Comissão.
4. ~~O disposto no~~ **O** presente artigo não é aplicável aos empregos na administração pública.

#### Artigo 40.º

~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º e após consulta do Comité Económico e Social, tomará, por meio de directivas ou de regulamentos, as medidas~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas** necessárias para a realização da livre circulação dos trabalhadores, tal como se encontra definida no [artigo 39.º]. **A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

**A lei ou lei-quadro europeia tem por objectivo**, designadamente:

- a) ~~Assegurando~~ **Assegurar** uma estreita colaboração entre os serviços nacionais de emprego;
- b) ~~Eliminando~~ **Eliminar** tanto os procedimentos e práticas administrativas, como os prazos de acesso aos empregos disponíveis, decorrentes quer da legislação nacional, quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberalização dos movimentos dos trabalhadores;
- c) ~~Eliminando~~ **Eliminar** todos os prazos e outras restrições previstas, quer na legislação nacional quer em acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, que imponham aos trabalhadores dos outros Estados-Membros condições diferentes das que se aplicam aos trabalhadores nacionais quanto à livre escolha de um emprego;
- d) ~~Criando~~ **Criar** mecanismos adequados para pôr em contacto as ofertas e pedidos de emprego e para facilitar o seu equilíbrio em condições tais que excluam riscos graves para o nível de vida e de emprego nas diversas regiões e indústrias.

<sup>37</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>38</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

## Artigo 41.º

O Estados-Membros devem fomentar, no âmbito de um programa comum, o intercâmbio de jovens trabalhadores.<sup>39</sup>

## Artigo 42.º

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, tomará~~ No domínio da segurança social, as ~~medidas necessárias a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas necessárias para o~~ **estabelecimento da a realização da** livre circulação dos trabalhadores<sup>40</sup>, instituindo, designadamente, um sistema que permita assegurar aos trabalhadores migrantes e às pessoas que deles dependam:

- a) A totalização de todos os períodos tomados em consideração pelas diversas legislações nacionais, tanto para fins de aquisição e manutenção do direito às prestações, como para o cálculo destas;
- b) O pagamento das prestações aos residentes nos territórios dos Estados-Membros.

~~O Conselho delibera por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º.~~<sup>41</sup>

## CAPÍTULO 2

### DIREITO DE ESTABELECIMENTO

## Artigo 43.º

No âmbito ~~das disposições seguintes~~ **do [presente capítulo]**, são proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro. Esta proibição abrangerá igualmente as restrições à constituição de agências, sucursais ou filiais pelos nacionais de um Estado-Membro estabelecidos no território de outro Estado-Membro.

<sup>39</sup> Sugere-se que se analise se seria útil "modernizar" esta disposição prevendo uma competência da União cuja natureza teria de ser definida.

<sup>40</sup> Esta base jurídica só permite a adoção de medidas para os "trabalhadores", isto é, para os trabalhadores assalariados. A extensão do regulamento relativo à segurança social aos trabalhadores não assalariados foi feita com base no artigo 308.º do TCE. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado prever, no capítulo "Estabelecimento", que se aplica aos trabalhadores não assalariados, uma base jurídica específica que abranja esta matéria.

<sup>41</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14, e mandato complementar de 29 de Abril de 2003).

~~A liberdade de estabelecimento compreende tanto o acesso~~ **Os nacionais de um Estado-Membro têm o direito de aceder e exercer** actividades não assalariadas **no território de outro Estado-Membro, o seu exercício bem como a constituição e a gestão de empresas de constituir e gerir empresas**, designadamente de sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], nas condições definidas na legislação do país **Estado-Membro** de estabelecimento para os seus próprios nacionais, sem prejuízo do disposto no [capítulo] relativo aos capitais.<sup>42</sup>

#### Artigo 44.º

1. ~~A lei-quadro europeia estabelecerá as medidas necessárias para realizar a liberdade de estabelecimento numa determinada actividade. o Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adoptará directivas. A lei-quadro será adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.~~

2. **O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão exercerão as funções que lhes são conferidas nos termos das disposições anteriores pelo n.º 1**, designadamente:

- a) Dando prioridade, em geral, às actividades em que a liberdade de estabelecimento constitua uma contribuição particularmente útil para o desenvolvimento da produção e das trocas comerciais.
- b) Assegurando uma colaboração estreita entre os serviços nacionais competentes tendo em vista conhecer as situações especiais, na ~~Comunidade~~ **União**, das diversas actividades em causa.
- c) Eliminando os procedimentos e práticas administrativas decorrentes, quer da legislação nacional quer de acordos anteriormente concluídos entre os Estados-Membros, cuja manutenção constitua obstáculo à liberdade de estabelecimento.
- d) Velando por que os trabalhadores assalariados de um dos Estados-Membros, empregados no território de outro Estado-Membro, possam permanecer nesse território, para nele exercerem uma actividade não assalariada, desde que satisfaçam as condições que lhes seriam exigidas se chegassem a esse Estado no momento em que pretendem ter acesso a essa actividade.
- e) Tornando possível a aquisição e exploração de propriedades fundiárias, situadas no território de um Estado-Membro, por um nacional de outro Estado-Membro, na medida em que não sejam lesados os princípios estabelecidos no [n.º 2 do artigo 33.º].
- f) Aplicando a supressão gradual das restrições à liberdade de estabelecimento em todos os ramos de actividade considerados, por um lado, quanto às condições de constituição de agências, sucursais ou filiais no território de um Estado-Membro e, por outro, quanto às condições que regulam a admissão de pessoal do estabelecimento principal nos órgãos de gestão ou de fiscalização daquelas.
- g) Coordenando as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos Estados-Membros às sociedades, na acepção do [segundo parágrafo do artigo 48.º], na medida em que tal seja necessário, e a fim de tornar equivalentes essas garantias.

---

<sup>42</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo (ver também artigo 39.º, relativo aos trabalhadores).

- h) Certificando-se de que as condições de estabelecimento não sejam falseadas pelos auxílios concedidos pelos Estados-Membros.

#### Artigo 45.º

~~As disposições do O~~ presente capítulo ~~não são aplicáveis~~ **se aplica** às actividades que, num Estado-Membro, estejam ligadas, mesmo ocasionalmente, ao exercício da autoridade pública.<sup>43</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, A lei ou lei-quadro europeia~~<sup>44</sup> pode **isentar** ~~determinar que as disposições do presente capítulo não são aplicáveis a~~ certas actividades da aplicação do disposto no presente capítulo.

#### Artigo 46.º

1. ~~As disposições do O [presente capítulo] e as medidas tomadas~~ **adoptadas** em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas **dos Estados-Membros** que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.

2. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará directivas A lei-quadro europeia para a coordenação das cidades~~ **coordenará as disposições nacionais a que se refere o n.º 1.**

#### Artigo 47.º<sup>45</sup>

1. ~~A fim de facilitar~~ **A lei-quadro europeia facilitará** o acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício, ~~o Conselho deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, adoptará directivas e visará:~~

- a) **O** reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados o outros títulos;
- b) A coordenação **das** disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício.

2. ~~Para o mesmo fim, o Conselho adoptará, nos termos do artigo 251.º, directivas que visem coordenar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes ao acesso às actividades não assalariadas e ao seu exercício. O Conselho, deliberando por unanimidade em todo o processo previsto no artigo 251.º, decidirá sobre as directivas cuja execução implique, num Estado-Membro pelo menos, uma alteração dos princípios legislativos existentes do regime das profissões, no que respeita à formação e às condições de acesso de pessoas singulares. Nos outros casos, o Conselho delibera por maioria qualificada.~~<sup>46</sup>

<sup>43</sup> Esta formulação é mais directa e mais clara, sem alterar nada quanto ao fundo.

<sup>44</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>45</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2, que seguem o mesmo processo (na sequência da supressão da unanimidade no Conselho, conforme indicado no relatório do Grupo de Trabalho IX, "Simplificação", p. 14).

<sup>46</sup> Supressão da unanimidade no Conselho (ver relatório do Grupo de Trabalho IX sobre a Simplificação, p. 14, e mandato complementar de 29 de Abril de 2003).

3. No que diz respeito às profissões médicas, paramédicas e farmacêuticas, a eliminação progressiva das restrições ~~dependerá~~ **depende** da coordenação das respectivas condições de exercício nos diversos Estados-Membros.

#### Artigo 48.º

As sociedades constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na ~~Comunidade~~ **União** são, para efeitos do ~~disposto no~~ [presente Capítulo], equiparadas às pessoas singulares nacionais dos Estados-Membros.

Por "sociedades" entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.

### CAPÍTULO 3

#### SERVIÇOS

#### Artigo 49.º

No âmbito ~~das disposições seguintes do [presente capítulo]~~, as restrições à livre prestação de serviços na ~~Comunidade~~ **União** serão proibidas em relação aos nacionais dos Estados-Membros estabelecidos num ~~Estado da Comunidade~~ **Estado-Membro** que não seja o do destinatário da prestação.

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, A lei ou lei-quadro europeia~~<sup>47</sup> pode tornar o benefício ~~as disposições de~~ do presente capítulo ~~são extensivas~~ extensivo aos prestadores de serviços nacionais de um Estado terceiro estabelecidos na ~~Comunidade~~ **União**.

#### Artigo 50.º

Para efeitos do disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, consideram-se "serviços" as prestações realizadas normalmente mediante remuneração, na medida em que não sejam reguladas pelas disposições relativas à livre circulação de mercadorias, de capitais e de pessoas.

Os serviços compreendem designadamente:

- a) Actividades de natureza industrial.
- b) Actividades de natureza comercial.

---

<sup>47</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.



- c) Actividades artesanais.
- d) Actividades das profissões liberais.

Sem prejuízo do disposto no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento, o prestador de serviços pode, para a execução da prestação, exercer, a título temporário, a sua actividade no Estado-Membro onde a prestação é realizada, nas mesmas condições que esse Estado impõe aos seus próprios nacionais.

#### Artigo 51.º

1. A livre prestação de serviços em matéria de transportes é regulada ~~pelas disposições constantes de~~ **pelo** [título] relativo aos transportes.
2. A liberalização dos serviços bancários e de seguros ligados a movimentos de capitais deve efectuar-se de harmonia com a liberalização da circulação dos capitais.

#### Artigo 52.º

1. **A lei-quadro europeia<sup>48</sup> estabelecerá as medidas** para realizar a liberalização de um determinado serviço, ~~o Conselho, sob proposta da Comissão, e após consulta do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu adoptará directivas, por maioria qualificada. A lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.~~
2. ~~As directivas~~ **A lei-quadro europeia** a que se refere o n.º 1 contemplará, em geral, prioritariamente, os serviços que influem de modo directo nos custos de produção ou cuja liberalização contribua para fomentar as trocas comerciais de mercadorias.

#### Artigo 53.º<sup>49</sup>

Os Estados-Membros declaram-se dispostos a proceder à liberalização dos serviços para além do que é exigido por força ~~das directivas adoptadas~~ **da lei-quadro europeia adoptada** em execução do [n.º 1 do artigo 52.º], caso a sua situação económica geral e a situação do sector em causa lho permitirem.

Para o efeito, a Comissão dirigirá recomendações aos Estados-Membros em causa.

---

<sup>48</sup> Substituição da consulta pela co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>49</sup> Poder-se-á reflectir sobre a pertinência de se manter esta disposição.

#### Artigo 54.º <sup>50</sup>

Enquanto não forem suprimidas as restrições à livre prestação de serviços, cada Estado-Membro aplicá-las-á, sem qualquer distinção em razão da nacionalidade ou da residência, a todos os prestadores de serviços referidos no [primeiro parágrafo do artigo 49.º].

#### Artigo 55.º

~~As disposições dos Os~~ [artigos 45.º a 48.º], ~~inclusive~~, são aplicáveis à matéria regulada pelo [presente capítulo].

---

<sup>50</sup> Por uma questão de coerência, poder-se-ia estudar se não seria mais adequado prever esta disposição a nível horizontal para as quatro liberdades.

## CAPÍTULO 4

### CAPITAIS E PAGAMENTOS

#### Artigo 56.º <sup>51</sup>

1. No âmbito ~~das disposições~~ do presente capítulo, são proibidas ~~todas~~ as restrições **tanto** aos movimentos de capitais **como aos pagamentos** entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.

~~2. — No âmbito das disposições do presente Capítulo, são proibidas todas as restrições aos pagamentos entre Estados-Membros e entre Estados-Membros e países terceiros.~~

#### Artigo 57.º

1. [O disposto no artigo 56.º] não prejudica a aplicação a países terceiros de quaisquer restrições em vigor em 31 de Dezembro de 1993 ao abrigo de legislação nacional ou ~~comunitária~~ **da União** adoptada em relação aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que envolvam investimento directo, incluindo investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.

2. **A lei ou lei-quadro europeia** <sup>52</sup> **estabelecerá** as medidas relativas aos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes que envolvam investimento directo, incluindo investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.

~~Ao mesmo tempo que se esforça~~ **O Conselho e o Parlamento Europeu esforçar-se-ão** por alcançar, em toda a medida do possível, o objectivo da livre circulação de capitais entre Estados-Membros e países terceiros, sem prejuízo dos restantes [capítulos] ~~do presente Tratado da~~ **Constituição**. ~~o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode adoptar medidas relativas à circulação de capitais provenientes ou com destino a países terceiros que envolva investimento directo, incluindo o investimento imobiliário, estabelecimento, prestação de serviços financeiros ou admissão de valores mobiliários em mercados de capitais.~~ <sup>53</sup>

3. **Em derrogação do n.º 2, só uma lei ou lei-quadro europeia do Conselho pode estabelecer** ~~É exigida unanimidade relativamente às medidas a adoptar ao abrigo do presente número que constituam um retrocesso da legislação~~ **comunitária da União** em relação à liberalização dos movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes. **O Conselho delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu.** <sup>54</sup>

<sup>51</sup> É sugerida a fusão dos n.ºs 1 e 2.

<sup>52</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>53</sup> Por razões de redacção, é preferível inverter estes dois parágrafos.

<sup>54</sup> Do mandato complementar de 29 de Abril de 2003 parece resultar, que se deveria prever neste número a consulta ao Parlamento Europeu.

## Artigo 58.º

1. [O ~~disposto no~~ artigo 56.º] não prejudica o direito de os Estados-Membros:
  - a) Aplicarem as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o seu capital é investido.
  - b) Tomarem todas as ~~medidas~~ **disposições** indispensáveis para impedir infracções às suas ~~leis e regulamentos~~ **disposições legislativas e regulamentares**, nomeadamente em matéria fiscal e de supervisão prudencial das instituições financeiras, preverem processos de declaração dos movimentos de capitais para efeitos de informação administrativa ou estatística, ou tomarem medidas justificadas por razões de ordem pública ou de segurança pública.
2. O ~~disposto no~~ presente [capítulo] não prejudica a possibilidade de aplicação de restrições ao direito de estabelecimento que sejam compatíveis com o ~~presente Tratado~~ **a Constituição**.
3. As medidas e procedimentos a que se referem os n.ºs 1 e 2 não devem constituir um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição dissimulada à livre circulação de capitais e pagamentos, tal como definida no [artigo 56.º].

## Artigo 59.º

Sempre que, em circunstâncias excepcionais, os movimentos de capitais com destino a países terceiros ou deles provenientes causem ou ameacem causar graves dificuldades ao funcionamento do União Económica e Monetária, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta de BCE, tomar~~ pode **adoptar [regulamentos europeus ou decisões europeias que instituem]**<sup>55</sup> medidas de salvaguarda em relação a países terceiros, por um período não superior a seis meses, se essas medidas forem estritamente necessárias. **O Conselho delibera após consulta ao Banco Central Europeu.**

## Artigo 60.º<sup>56</sup>

*1. Se, no caso previsto no [artigo 301.º], for considerada necessária uma acção da Comunidade, o Conselho, de acordo com o procedimento previsto no [artigo 301.º], pode tomar, relativamente aos países<sup>57</sup> terceiros em causa, as medidas urgentes necessárias em matéria de movimentos de capitais e de pagamentos.*

<sup>55</sup> Este artigo não é mencionado no mandato complementar de 29 de Abril de 2003. As medidas de salvaguarda de duração limitada pertencem, à primeira vista, à categoria dos actos não legislativos. Sugere-se, pois, que seja aqui inserida uma referência aos dois tipos de actos não legislativos que o Conselho pode adoptar.

<sup>56</sup> Este artigo deverá ainda ser analisado pela Convenção no quadro das "relações externas", pelo que não é aqui abordado. Sugere-se que se analise a pertinência de se fundir este artigo com o artigo 301.º.

<sup>57</sup> Esta restrição aos "países" impede actualmente a utilização deste artigo para fins de sanções contra indivíduos ou entidades não estatais (por exemplo, sanções contra os Talibãs e terroristas designados nominalmente). Esta lacuna obriga actualmente a recorrer, a título suplementar, ao artigo 308.º do TCE. Assim, sugere-se que se analise a eventual utilidade de prever uma extensão do âmbito de aplicação deste artigo (ver também a sugestão relativa ao artigo 301.º).

2. *Sem prejuízo do disposto no [artigo 297.º], e enquanto o Conselho não tiver tomado medidas ao abrigo do n.º 1, um Estado-Membro pode, por razões políticas graves e por motivos de urgência, tomar medidas unilaterais contra um país terceiro relativamente aos movimentos de capitais e aos pagamentos. A Comissão e os outros Estados-Membros serão informados dessas medidas, o mais tardar na data da sua entrada em vigor.*

*O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode decidir que o Estado-Membro em causa deve alterar ou revogar essas medidas. O Presidente do Conselho informará o Parlamento Europeu das decisões tomadas pelo Conselho.*

## TÍTULO IV

### VISTOS, ASILO, IMIGRAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS RELATIVAS À LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

**Título não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

## TÍTULO V

### TRANSPORTES

#### Artigo 70.º

No que diz respeito à matéria regulada pelo presente título, ~~os Estados-Membros prosseguirão~~<sup>58</sup> os objectivos ~~do Tratado da Constituição~~ **serão prosseguidos** no âmbito de uma política comum dos transportes.

#### Artigo 71.º

~~1. Para efeitos de aplicação do~~ **A lei ou lei-quadro europeia<sup>59</sup> dará execução ao [artigo 70.º], e** tendo em conta os aspectos específicos dos transportes ~~o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, estabelece. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

<sup>58</sup> Uma vez que se trata de uma competência partilhada, é sugerida a supressão desta menção, que não aparece antes da referência às outras políticas. Ver também a sugestão de fusão com o artigo 80.º (*infra*).

<sup>59</sup> Substituição da consulta pela co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Pode-se assim fundir todo o conjunto num único parágrafo, o que implica um ligeiro alargamento da consulta obrigatória ao Comité das Regiões, que está actualmente prevista apenas para os casos contemplados no actual n.º 1.

### A lei ou lei-quadro europeia incluirá:

- a) Regras comuns aplicáveis aos transportes internacionais efectuados a partir de ou com destino ao território de um Estado-Membro, ou que atravessem o território de um ou mais Estados-Membros;
- b) As condições em que os transportadores não residentes podem efectuar serviços de transporte num Estado-Membro;
- c) Medidas que permitam aumentar a segurança dos transportes;
- d) Quaisquer outras ~~disposições~~ **medidas** adequadas.

~~2. — Em derrogação do procedimento previsto no [n.º 1], as disposições que incidam sobre os princípios do regime dos transportes e cuja aplicação seja susceptível de afectar gravemente o nível de vida e o emprego em certas regiões, bem como a exploração dos equipamentos de transporte, tendo em conta a necessidade de adaptação ao desenvolvimento económico que vier a resultar do estabelecimento do mercado comum, serão adoptadas pelo Conselho, por unanimidade, sob proposta da Comissão, após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.~~

### Artigo 72.º

Enquanto não forem ~~adoptadas as disposições~~ **adoptada a lei ou lei-quadro europeia** referida no [n.º 1 do artigo 71.º], e a não ser que o Conselho **adopte, por unanimidade, uma lei europeia**<sup>60</sup> **que preveja uma derrogação**, nenhum dos Estados-Membros pode alterar as diversas disposições que regulavam a matéria em 1 de Janeiro de 1958 ou, quanto aos Estados que aderem à Comunidade, à data da respectiva adesão, de tal modo que, nos seus efeitos directos ou indirectos, essas disposições se tornem menos favoráveis para os transportadores dos restantes Estados-Membros do que para os transportadores nacionais desse Estado.

### Artigo 73.º

São compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** os auxílios que vão ao encontro das necessidades de coordenação dos transportes ou correspondam ao reembolso de certas prestações inerentes à noção de serviço público.

### Artigo 74.º

Qualquer medida relativa aos preços e condições de transporte ~~tomada~~ **adoptada** no âmbito do ~~presente Tratado~~ **da Constituição** deve ter em consideração a situação económica dos transportadores.

---

<sup>60</sup> Sugere-se que se faça referência apenas à lei europeia, uma vez que, por razões de coerência jurídica, uma derrogação desta natureza só poderia ser concedida por uma lei.

## Artigo 75.º

1. ~~Devem ser suprimidas,~~ No tráfego interno da ~~Comunidade~~ **União**, **são proibidas** as discriminações que consistam na aplicação, por parte de um transportador, a idênticas mercadorias e nas mesmas relações de tráfego, de preços e condições de transporte diferentes, em razão do ~~país~~ **Estado-Membro** de origem ou de destino dos produtos transportados.
2. O ~~disposto no n.º 1~~ não exclui que ~~o Conselho~~ possam ~~tomar outras medidas~~ **ser adoptadas leis ou leis-quadro europeias** em execução do [n.º 1 do artigo 71.º].
3. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada,~~ sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Comité Económico e Social,~~ **adoptará regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>61</sup> em execução do ~~disposto no n.º 1~~. **O Conselho delibera após consulta ao Comité Económico e Social.**

O Conselho pode, designadamente, ~~tomar~~ **adoptar as medidas os regulamentos europeus e as decisões europeias que sejam** necessários ~~que permitam~~ **para permitir** às Instituições da ~~Comunidade~~ velar pelo cumprimento do ~~disposto no n.º 1~~ e ~~assegurem~~ **assegurar** que os utentes dele tirem pleno benefício.

4. A Comissão examinará, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, os casos de discriminação previstos no n.º 1 e, após consulta a todos os Estados-Membros interessados, ~~tomar~~ **adoptará** as decisões **europeias** necessárias, no âmbito ~~da regulamentação adoptada dos regulamentos europeus e decisões europeias a que se refere o~~ **nos termos do n.º 3**.

## Artigo 76.º

1. Fica proibido a qualquer Estado-Membro, salvo autorização **por decisão europeia** da Comissão, impor aos transportes efectuados na ~~Comunidade~~ **União** preços e condições que impliquem qualquer elemento de apoio ou protecção em benefício de uma ou mais empresas ou indústrias determinadas.
  2. A Comissão, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Estado-Membro, analisará os preços e condições referidos no n.º 1, tomando designadamente em consideração, por um lado, as exigências de uma política económica regional adequada, as necessidades das regiões subdesenvolvidas e os problemas das regiões gravemente afectadas por circunstâncias políticas e, por outro, os efeitos destes preços e condições na concorrência entre os diferentes modos de transporte.
- Após consulta a todos os Estados-Membros interessados, a Comissão ~~tomar~~ **adoptará** as decisões **europeias** necessárias.
3. A proibição prevista no n.º 1 não é aplicável às tarifas de concorrência.

---

<sup>61</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## Artigo 77.º

Os encargos ou taxas que, para além dos preços de transporte, forem cobrados por <sup>62</sup> um transportador [na passagem das fronteiras] não devem ultrapassar um nível razoável, tendo em conta os custos reais efectivamente ocasionados por essa passagem.

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por reduzir ~~progressivamente~~ esses custos.

A Comissão pode dirigir recomendações aos Estados-Membros, tendo em vista a aplicação do presente artigo.

## [Artigo 78.º <sup>63</sup>

As disposições do presente título não prejudicam as medidas tomadas na República Federal da Alemanha, desde que sejam necessárias para compensar as desvantagens económicas que a divisão da Alemanha causa na economia de certas regiões da República Federal afectadas por essa divisão.]

## Artigo 79.º

Será instituído junto da Comissão um comité consultivo, composto por peritos designados pelos Governos dos Estados-Membros. A Comissão consultá-lo-á em matéria de transportes, sempre que o considere oportuno[, sem prejuízo das atribuições do Comité Económico e Social] <sup>64</sup>.

## Artigo 80.º

1. ~~As disposições do O presente Título são aplicáveis~~ **é aplicável** aos transportes por caminho-de-ferro, por estrada e por via navegável.
2. ~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir-se, em que medida, e por que processo, podem ser adoptadas;~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer** medidas adequadas para os transportes marítimos e aéreos, ~~disposições adequadas. A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

~~São aplicáveis as disposições processuais do artigo 71.º.~~

---

<sup>62</sup> Poder-se-á reflectir sobre o tipo de taxas que são assim cobradas pelo transportador. Além disso, num mercado interno sem fronteiras internas, a expressão "na passagem das fronteiras" parece obsoleta. Haverá que analisar se este artigo não será obsoleto.

<sup>63</sup> A Convenção considerará talvez útil examinar se este artigo ainda tem actualidade (ver também alínea c) do n.º 2 do artigo 87.º).

<sup>64</sup> Sugere-se que seja suprimida esta expressão supérflua, uma vez que é evidente que a consulta a este comité não poderá prejudicar as atribuições do Comité Económico e Social.



## TÍTULO VI

### REGRAS COMUNS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA, À FISCALIDADE E À APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES

#### CAPÍTULO 1

#### REGRAS DE CONCORRÊNCIA

#### SECÇÃO 1

#### REGRAS APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS

##### Artigo 81.º

1. São incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno** e proibidos todos os acordos entre empresas, todas as decisões de associações de empresas e todas as práticas concertadas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-Membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, designadamente as que consistam em:

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção,
- b) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico ou os investimentos,
- c) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento,
- d) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência,
- e) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

2. São nulos os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo.

3. ~~As disposições no O n.º 1 podem, todavia, ser declaradas inaplicáveis~~ **declarado inaplicável:**

- a) a qualquer acordo, ou categoria de acordos, entre empresas;
- b) a qualquer decisão, ou categoria de decisões, de associações de empresas; e
- c) a qualquer prática concertada, ou categoria de práticas concertadas,

que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição dos produtos ou para promover o progresso técnico ou económico, contanto que aos utilizadores se reserve uma parte equitativa do lucro daí resultante, e que:

- d) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis à consecução desses objectivos.
- e) Nem dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência relativamente a uma parte substancial dos produtos em causa.

#### Artigo 82.º

É incompatível com o mercado ~~e comum~~ **interno** e proibido, na medida em que tal seja susceptível de afectar o comércio entre os Estados-Membros, o facto de uma ou mais empresas explorarem de forma abusiva uma posição dominante no mercado ~~e comum~~ **interno** ou numa parte substancial deste.

Estas práticas abusivas podem, nomeadamente, consistir em:

- a) Impor, de forma directa ou indirecta, preços de compra ou de venda ou outras condições de transacção não equitativas,
- b) Limitar a produção, a distribuição ou o desenvolvimento técnico em prejuízo dos consumidores,
- c) Aplicar, relativamente a parceiros comerciais, condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência,
- d) Subordinar a celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos.

#### Artigo 83.º

1. **O Conselho adoptará, sob proposta da Comissão,** os regulamentos ~~ou directivas europeus~~ <sup>65</sup> **necessários para a** aplicação dos princípios constantes dos [artigos 81.º e 82.º]. ~~serão estabelecidos pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão,~~ **O Conselho delibera** após consulta ao Parlamento Europeu.

2. Os regulamentos **europeus** ~~e as directivas~~ referidos no n.º 1 têm por finalidade, designadamente:

- a) Garantir o respeito das proibições referidas no [n.º 1 do artigo 81.º] e no [artigo 82.º], pela cominação de multas e adstricções,
- b) Determinar as modalidades de aplicação do [n.º 3 do artigo 81.º], tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir uma fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo,

<sup>65</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

- c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos [artigos 81.º e 82.º], relativamente aos diversos sectores económicos,
- d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça quanto à aplicação do disposto no presente número,
- e) Definir as relações entre as legislações nacionais, por um lado, e ~~as disposições constantes da~~ a presente secção e **os regulamentos europeus** adoptados em execução do presente artigo, por outro.

#### Artigo 84.º

Até à data da entrada em vigor ~~das disposições adoptadas~~ **dos regulamentos europeus adoptados** em execução do [artigo 83.º], as autoridades dos Estados-Membros decidirão sobre a admissibilidade de acordos, decisões e práticas concertadas e sobre a exploração abusiva de uma posição dominante no mercado ~~comum~~ **interno**, em conformidade com ~~o direito dos seus próprios países~~ **o respectivo direito interno** e com o ~~disposto no~~ [artigo 81.º, designadamente ~~no~~ o n.º 3, e ~~no~~ o artigo 82.º].

#### Artigo 85.º

1. Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 84.º], a Comissão velará pela aplicação dos princípios enunciados nos [artigos 81.º e 82.º]. A pedido de um Estado-Membro, ou oficiosamente, e em cooperação com as autoridades competentes dos Estados-Membros, que lhe prestarão assistência, a Comissão instruirá os casos de presumível infracção a estes princípios. Se a Comissão verificar que houve infracção, proporá os meios adequados para se lhe pôr termo.
2. Se a infracção não tiver cessado, a Comissão ~~declarará verificada essa infracção aos princípios, em decisão devidamente fundamentada~~ **adoptará uma decisão europeia fundamentada que declare verificada essa infracção aos princípios**. A Comissão pode publicar a sua decisão e autorizar os Estados-Membros a tomarem as ~~medidas~~ **disposições**, de que fixará as condições e modalidades, necessárias para sanar a situação.

#### Artigo 86.º

1. No que respeita às empresas públicas e às empresas a que concedam direitos especiais ou exclusivos, os Estados-Membros não tomarão nem manterão qualquer medida contrária ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente ao disposto nos [artigos 12.º e 81.º a 89.º]; ~~inclusive~~.
2. As empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral ou que tenham a natureza de monopólio fiscal ficam submetidas ao disposto ~~no presente Tratado~~ **na Constituição**, designadamente às regras de concorrência, na medida em que a aplicação destas regras não constitua obstáculo ao cumprimento, de direito ou de facto, da missão particular que lhes foi confiada. O desenvolvimento das trocas comerciais não deve ser afectado de maneira que contrarie os interesses da ~~Comunidade~~ **União**.
3. A Comissão velará pela aplicação do ~~disposto no presente artigo e dirigirá aos Estados-Membros~~ **adoptará**, quando necessário, ~~as directivas ou~~ **os regulamentos europeus ou as decisões europeias que sejam** adequados.

## SECÇÃO 2

### AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELOS ESTADOS-MEMBROS

#### Artigo 87.º

1. Salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**, são incompatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados-Membros ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções.
2. São compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
  - a) Os auxílios de natureza social atribuídos a consumidores individuais, com a condição de serem concedidos sem qualquer discriminação relacionada com a origem dos produtos,
  - b) Os auxílios destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários,
  - [c) Os auxílios atribuídos à economia de certas regiões da República Federal da Alemanha afectadas pela divisão da Alemanha, desde que sejam necessários para compensar as desvantagens económicas causadas por esta divisão.] <sup>66</sup>
3. Podem ser considerados compatíveis com o mercado ~~comum~~ **interno**:
  - a) Os auxílios destinados a promover o desenvolvimento económico de regiões em que o nível de vida seja anormalmente baixo ou em que exista grave situação de subemprego,
  - b) Os auxílios destinados a fomentar a realização de um projecto importante de interesse europeu comum, ou a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro,
  - c) Os auxílios destinados a facilitar o desenvolvimento de certas actividades ou regiões económicas, quando não alterem as condições das trocas comerciais de maneira que contrariem o interesse comum,
  - d) Os auxílios destinados a promover a cultura e a conservação do património, quando não alterem as condições das trocas comerciais e da concorrência na ~~Comunidade~~ **União** num sentido contrário ao interesse comum,
  - e) As outras categorias de auxílios determinadas por **regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>67</sup> **que sejam adoptados pelo Conselho** ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão.

<sup>66</sup> A Convenção considerará talvez útil ponderar se esta alínea ainda tem actualidade (ver também artigo 78.º).

<sup>67</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## Artigo 88.º

1. A Comissão procederá, em cooperação com os Estados-Membros, ao exame permanente dos regimes de auxílios existentes nesses Estados. A Comissão proporá também aos Estados-Membros as medidas adequadas que sejam exigidas pelo desenvolvimento progressivo ou pelo funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**.

2. Se a Comissão, depois de ter notificado os interessados para apresentarem as suas observações, verificar que um auxílio concedido por um Estado-Membro ou proveniente de recursos estatais não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, nos termos do [artigo 87.º], ou que esse auxílio está a ser aplicado de forma abusiva, ~~decidirá~~ **adoptará uma decisão europeia para** que o Estado em causa ~~deve suprimir~~ **suprima** ou ~~modificar~~ **modifique** esse auxílio no prazo que ela fixar.

Se o Estado em causa não der cumprimento a esta decisão no prazo fixado, a Comissão ou qualquer outro Estado-Membro interessado podem recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, em derrogação dos ~~disposto nos~~ [artigos 226.º e 227.º].

A pedido de qualquer Estado-Membro, o Conselho, ~~deliberando por unanimidade~~, pode ~~decidir~~ **adoptar por unanimidade uma decisão europeia segundo a qual** que um auxílio, instituído ou a instituir por esse Estado, deve considerar-se compatível com o mercado ~~comum~~ **interno**, em derrogação do ~~disposto no~~ [artigo 87.º] ~~ou nos regulamentos previstos~~ dos regulamentos **europeus previstos** no [artigo 89.º], se circunstâncias excepcionais justificarem tal decisão. Se, em relação a este auxílio, a Comissão tiver dado início ao procedimento previsto no primeiro parágrafo deste número, o pedido do Estado interessado dirigido ao Conselho terá por efeito suspender o referido procedimento até que o Conselho se pronuncie sobre a questão.

Todavia, se o Conselho não se pronunciar no prazo de três meses a contar da data do pedido, a Comissão decidirá.

3. Para que possa apresentar as suas observações, deve a Comissão ser atempadamente informada, **pelos Estados-Membros**, dos projectos relativos à instituição ou alteração de quaisquer auxílios. Se a Comissão considerar que determinado projecto de auxílio não é compatível com o mercado ~~comum~~ **interno** nos termos do [artigo 87.º], deve sem demora dar início ao procedimento previsto no ~~número anterior~~ **n.º 2**. Os Estado-Membro em causa não pode pôr em execução as medidas projectadas antes de tal procedimento haver sido objecto de uma decisão final.

## Artigo 89.º

O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão, ~~e após consulta do Parlamento Europeu~~, pode ~~adoptar todos os regulamentos europeus~~<sup>68</sup> adequados **à para a** execução dos [artigos 87.º e 88.º] e **para** fixar, designadamente, as condições de aplicação do [n.º 3 do artigo 88.º] e as categorias de auxílios que ficam dispensadas desse procedimento. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

<sup>68</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## CAPÍTULO 2

### DISPOSIÇÕES FISCAIS

#### Artigo 90.º

Nenhum Estado-Membro fará incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares.

Além disso, nenhum Estado-Membro fará incidir sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas de modo a proteger indirectamente outras produções.

#### Artigo 91.º

Os produtos exportados <sup>69</sup> **de um Estado-Membro** para o território de ~~um dos~~ **outro** Estados-Membros não podem beneficiar de qualquer reembolso de imposições internas, superior às imposições que sobre eles tenham incidido, directa ou indirectamente.

#### Artigo 92.º

Relativamente às imposições que não sejam os impostos sobre o volume de negócios, sobre consumos específicos e outros impostos indirectos, só podem ser concedidas exonerações e reembolsos à exportação para outros Estados-Membros, ou lançados direitos de compensação às importações provenientes de Estados-Membros, desde que as ~~medidas~~ **disposições** projectadas tenham sido previamente aprovadas para vigorarem por um período ~~de tempo~~ limitado, **mediante decisão europeia** <sup>70</sup> **adoptada** pelo Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão.

#### Artigo 93.º

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, adopta as disposições~~ **adopta por unanimidade, sob proposta da Comissão, as medidas** <sup>71</sup> relacionadas com a harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno ~~no prazo previsto no artigo 14.º~~. <sup>72</sup> **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

<sup>69</sup> A utilização do termo "exportados" no contexto do comércio entre Estados-Membros deveria ser novamente analisada.

<sup>70</sup> Acto não legislativo, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>71</sup> O mandato complementar de 29 de Abril de 2003 não determina os actos jurídicos a utilizar neste número.

<sup>72</sup> Foi sugerida a supressão deste prazo (31.12.1992) (ver nota relativa ao artigo 14.º).

## CAPÍTULO 3

### APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES <sup>73</sup>

#### Artigo 94.º <sup>74</sup>

~~O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social, adopta directivas para~~ **Proceder-se-á** à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham incidência directa no estabelecimento ou no funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno mediante leis-quadro europeias do Conselho. Este delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

#### Artigo 95.º <sup>75</sup>

1. Em derrogação do [artigo 94.º] e salvo disposição em contrário ~~do presente Tratado da Constituição, aplicam-se as disposições seguintes~~ **o presente artigo aplica-se** à realização dos objectivos enunciados no [artigo 14.º]. ~~O Conselho, deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social, adopta as medidas relativas~~ **Proceder-se-á** à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros que tenham por objecto o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno **mediante leis ou leis-quadro europeias, adoptadas após consulta ao Comité Económico e Social.**
2. O n.º 1 não se aplica às disposições fiscais, às relativas à livre circulação das pessoas e às relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.
3. A Comissão, nas suas propostas ~~previstas no~~ **apresentadas ao abrigo do n.º 1** em matéria de saúde, de segurança, de protecção do ambiente e de defesa dos consumidores, basear-se-á num nível de protecção elevado, tendo nomeadamente em conta qualquer nova evolução baseada em dados científicos. No âmbito das respectivas competências, o Parlamento Europeu e o Conselho procurarão igualmente alcançar esse objectivo.
4. Se, após adopção de uma medida de harmonização ~~pelo Conselho ou pela Comissão~~ **mediante uma lei ou lei-quadro europeia ou um regulamento da Comissão**, os Estados-Membros considerarem necessário manter disposições nacionais justificadas por exigências importantes a que se refere o [artigo 30.º] ou relativas à protecção do meio de trabalho ou do ambiente, notificarão a Comissão dessas medidas, bem como das razões que motivam a sua manutenção.

---

<sup>73</sup> Este capítulo, que contém as bases jurídicas gerais para o estabelecimento do mercado interno, deverá figurar no início de um novo título ou capítulo "mercado interno".

<sup>74</sup> Neste momento, os artigos 94.º e 95.º só permitem adoptar medidas que constituam uma aproximação das legislações nacionais, o que leva a que o artigo 308.º seja utilizado em diversas situações que dizem respeito ao mercado interno, mas não implicam uma harmonização das legislações nacionais. Isto acontece, nomeadamente, quando se pretende criar um título comunitário de propriedade intelectual que se sobreponha aos títulos nacionais. Se a Convenção desejar limitar os casos de recurso ao artigo 308.º, poderá analisar se será adequado criar bases jurídicas específicas ou alterar a referência à "aproximação das legislações", nos artigos 94.º e 95.º, por forma a permitir as acções em causa. Além disso, a Convenção poderá analisar a questão da relação entre os artigos 94.º e 95.º (ver explicação no Anexo II do relatório de 13 de Março de 2003).

<sup>75</sup> Ver sugestão da nota anterior.

5. Além disso, sem prejuízo do disposto no n.º 4, se, após a adopção de uma medida de harmonização ~~pelo Conselho ou pela Comissão~~ **mediante uma lei ou lei-quadro europeia ou um regulamento da Comissão**, os Estados-Membros considerarem necessário criar disposições nacionais baseadas em novas provas científicas relacionadas com a protecção do meio de trabalho ou do ambiente, ou motivadas por qualquer problema específico desses Estados-Membros, que tenha surgido após a adopção da referida medida de harmonização, notificarão a Comissão das disposições previstas, bem como ~~dos motivos da sua adopção~~ **da sua fundamentação**.

6. No prazo de seis meses a contar da data das notificações a que se referem os n.ºs 4 e 5, a Comissão **adoptará uma decisão europeia** que aprovará ou rejeitará as disposições nacionais em causa, depois de ter verificado que não constituem um meio de discriminação arbitrária ou uma restrição dissimulada ao comércio entre os Estados-Membros, nem um obstáculo ao funcionamento do mercado interno.

Na ausência de decisão da Comissão dentro do citado prazo, considera-se que as disposições nacionais a que se referem os n.ºs 4 e 5 foram aprovadas.

Se a complexidade da questão o justificar, e não existindo perigo para a saúde humana, a Comissão pode notificar os respectivos Estados-Membros de que o prazo previsto no presente número pode ser prorrogado por um novo período de seis meses, no máximo.

7. Se, em aplicação do [n.º 6], os Estados-Membros forem autorizados a manter ou introduzir disposições nacionais derogatórias de uma medida de harmonização, a Comissão ponderará imediatamente se deve propor uma adaptação dessa medida.

8. Sempre que os Estados-Membros levantem problemas específicos em matéria de saúde pública em domínios que tenham sido previamente objecto de medidas de harmonização, informarão do facto a Comissão, que ponderará imediatamente se deve propor ~~ao Conselho~~ medidas adequadas.

9. Em derrogação do disposto nos [artigos 226.º e 227.º], a Comissão ou qualquer Estado-Membro pode recorrer directamente ao Tribunal de Justiça, se considerar que outro Estado-Membro utiliza de forma abusiva os poderes previstos no presente artigo.

10. As medidas de harmonização ~~acima~~ referidas **no presente artigo** compreenderão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda que autorize os Estados-Membros a tomarem, por uma ou mais razões não económicas previstas no [artigo 30.º], ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **pela União**.

#### Artigo 96.º

Se a Comissão verificar que a existência de uma disparidade entre as disposições legislativas, regulamentares ou administrativas dos Estados-Membros falseia as condições de concorrência no mercado ~~comum~~ **interno**, provocando ~~assim~~ uma distorção que deve ser eliminada, consultará os Estados-Membros em causa.



Se desta consulta ~~não resultar~~ **for infrutífera, um acordo que elimine a lei-quadro** <sup>76</sup> **européia eliminará** a distorção em causa, ~~o Conselho, sob proposta da Comissão, deliberando por maioria qualificada, adoptará as directivas necessárias para o efeito. A Comissão e o Conselho podem tomar~~ **Podem ser adoptadas** quaisquer outras medidas adequadas previstas ~~no presente Tratado na~~ **Constituição.**

#### Artigo 97.º

1. Quando houver motivo para recear que a adopção ou alteração de uma disposição legislativa, regulamentar ou administrativa **nacional** possa provocar uma distorção, na acepção do [artigo ~~anterior~~ **96.º**], o Estado-Membro que pretenda tomar essa medida consultará a Comissão. Após ter consultado os Estados-Membros, a Comissão ~~recomendará~~ **dirigirá** aos Estados interessados **uma recomendação sobre** as medidas adequadas, tendentes a evitar a distorção em causa.

2. Se o Estado-Membro que pretende fixar ou alterar disposições nacionais não proceder em conformidade com a recomendação que a Comissão lhe dirigiu, não se pode pedir aos outros Estados-Membros que, por força do [artigo 96.º], alterem as suas disposições nacionais a fim de eliminarem tal distorção. Se o Estado-Membro que ignorou a recomendação da Comissão provocar uma distorção em seu exclusivo detrimento, não é aplicável o ~~disposto no~~ [artigo 96.º].

### Título VII

#### POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA

<p><b>Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003</b></p>
---

### TÍTULO VIII

#### EMPREGO <sup>77</sup>

#### Artigo 125.º

Os Estados-Membros e ~~a Comunidade~~ **a União** empenhar-se-ão, nos termos do presente [Título,], em desenvolver uma estratégia coordenada em matéria de emprego e, em especial, em promover mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação, bem como mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas, tendo em vista alcançar os objectivos enunciados no [~~artigo 2.º do Tratado da União Europeia e no artigo 2.º ...~~] <sup>78</sup> **do presente Tratado da Constituição.**

<sup>76</sup> Passagem à co-decisão, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>77</sup> Haverá eventualmente que rever o conteúdo deste Título, em função das conclusões da Convenção no que respeita ao relatório do Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) (CONV 516/03).

<sup>78</sup> Inserir uma referência ao projecto de artigo "Objectivos da União" da Parte I (artigo 3.º– CONV 528/03).

## Artigo 126.º

1. Através das suas políticas de emprego, os Estados-Membros contribuirão para a realização dos objectivos previstos no [artigo 125.º], de forma coerente com as orientações gerais das políticas económicas dos Estados-Membros e da ~~Comunidade~~ **União**, adoptadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].
2. Tendo em conta as práticas nacionais relativas às responsabilidades dos parceiros sociais, os Estados-Membros considerarão a promoção do emprego uma questão de interesse comum e coordenarão a sua acção neste domínio no âmbito do Conselho, nos termos do ~~disposto no~~ [artigo 128.º].

## Artigo 127.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização de um elevado nível de emprego, incentivando a cooperação entre os Estados-Membros, apoiando e, se necessário, completando a sua acção. Ao fazê-lo, respeitará as competências dos Estados-Membros.
2. O objectivo de alcançar um elevado nível de emprego será tomado em consideração na definição e execução das políticas e acções ~~comunitárias~~ **da União**.<sup>79</sup>

## Artigo 128.º

1. O Conselho Europeu procederá anualmente à avaliação da situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e adoptará conclusões nessa matéria, com base num relatório anual conjunto do Conselho e da Comissão.
2. Com base nas conclusões do Conselho Europeu, o Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego a que se refere o artigo 130.º, definirá~~ **adoptará** anualmente as directrizes<sup>80</sup> que os Estados-Membros devem ter em conta nas respectivas políticas de emprego. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Comité do Emprego.**

Essas directrizes deverão ser coerentes com as orientações gerais adoptadas em aplicação do [n.º 2 do artigo 99.º].

3. Cada Estado-Membro transmitirá ao Conselho e à Comissão um relatório anual sobre as principais ~~medidas~~ **disposições** tomadas para executar a sua política de emprego, à luz das directrizes em matéria de emprego previstas no n.º 2.

---

<sup>79</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

<sup>80</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

4. Com base nos relatórios previstos no n.º 3 e uma vez obtido o parecer do Comité do Emprego, o Conselho analisará anualmente a execução das políticas de emprego dos Estados-Membros, à luz das directrizes em matéria de emprego. O Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada, sob~~ por recomendação da Comissão, pode **adoptar** <sup>81</sup>, ~~se o considerar adequado na sequência dessa análise,~~ ~~dirigir~~ recomendações <sup>82</sup> **dirigidas** aos Estados-Membros.

5. Com base nos resultados daquela análise, o Conselho e a Comissão apresentarão anualmente ao Conselho Europeu um relatório conjunto sobre a situação do emprego na ~~Comunidade~~ **União** e a aplicação das directrizes em matéria de emprego.

#### Artigo 129.º

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, pode~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode definir** ~~adoptar~~ acções de incentivo destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros e apoiar a sua acção no domínio do emprego, por meio de iniciativas que tenham por objectivo desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, facultar análises comparativas e consultadoria, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, em especial mediante o recurso a projectos-piloto. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~Essas acções~~ **A lei ou lei-quadro europeia não incluirá implicará** a harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

#### Artigo 130.º

O Conselho, ~~após consulta ao Parlamento Europeu,~~ **por iniciativa própria,** criará <sup>83</sup> **por maioria simples** um comité do emprego, com carácter consultivo, para promover a coordenação das políticas em matéria de emprego e de mercado de trabalho entre os Estados-Membros. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções:

- a) Acompanhar a evolução da situação do emprego e das políticas de emprego nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], formular pareceres, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria, e contribuir para a preparação das deliberações do Conselho a que se refere o [artigo 128.º].

No cumprimento do seu mandato, o Comité consultará os parceiros sociais.

Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.

<sup>81</sup> De notar que a actual exigência de uma votação favorável no Conselho de, pelo menos, dez Estados-Membros, imposta pelo artigo 205.º, n.º 2, segundo parágrafo, segundo travessão, do TCE, é suprimida no projecto de artigo "Conselho de Ministros" (artigo 17.º-B – CONV 691/03).

<sup>82</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>83</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

TÍTULO IX  
POLÍTICA COMERCIAL COMUM

<b>Este título não é transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003</b>
--

TÍTULO X  
COOPERAÇÃO ADUANEIRA

Artigo 135.º

No âmbito de aplicação do presente Tratado **da Constituição**, o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, tomará medidas destinadas a **a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá medidas para** reforçar a cooperação aduaneira entre os Estados-Membros e entre estes e a Comissão. Essas medidas não dirão respeito à aplicação do direito penal nacional, nem à administração da justiça nos Estados-Membros.

TÍTULO XI  
POLÍTICA SOCIAL, EDUCAÇÃO,  
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

CAPÍTULO 1  
DISPOSIÇÕES SOCIAIS

Artigo 136.º

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros, tendo presentes os direitos sociais fundamentais, tal como os enunciam a Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961 e a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989, terão por objectivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a permitir a sua harmonização, assegurando simultaneamente essa melhoria, uma protecção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões.

Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros ~~desenvolverão acções que tenham~~ **actuarão tendo** em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais, e a necessidade de manter a capacidade concorrencial da economia ~~comunitária da~~ **União**.

A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros consideram que esse desenvolvimento decorrerá não apenas do funcionamento do mercado ~~comum~~ **interno**, que favorecerá a harmonização dos sistemas sociais, mas igualmente dos processos previstos ~~no presente Tratado~~ **na Constituição** e da aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas.<sup>84</sup>

#### Artigo 137.º

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 136.º], a ~~Comunidade~~ **União** apoiará e completará a acção dos Estados-Membros nos seguintes domínios:

- a) Melhoria, principalmente, do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- b) Condições de trabalho;
- c) Segurança social e protecção social dos trabalhadores;
- d) Protecção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- e) Informação e consulta aos trabalhadores;
- f) Representação e defesa colectiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a co-gestão, sem prejuízo do ~~disposto no~~ n.º 5;
- g) Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da ~~Comunidade~~ **União**;
- h) Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho, sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 150.º];
- i) Igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho;
- j) Luta contra a exclusão social;
- k) Modernização dos sistemas de protecção social, sem prejuízo ~~do disposto na~~ da alínea c).

2. Para o efeito, ~~o Conselho pode:~~

- a) ~~Tomar medidas~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer medidas** destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros;

---

<sup>84</sup> Este parágrafo parece ter um valor meramente declarativo.

- b) ~~Adoptar~~, Nos domínios referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1, ~~por meio de directivas~~, **a lei-quadro europeia pode estabelecer** prescrições mínimas progressivamente aplicáveis, tendo em conta as condições e as regulamentações técnicas existentes em cada um dos Estados-Membros. Essas ~~directivas~~ **leis-quadro europeias** devem evitar impor disciplinas administrativas, financeiras e jurídicas contrárias à criação e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada em todos os casos após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões**<sup>85</sup>.

- 3. Em derrogação do n.º 2, nos domínios a que se refere a alínea c) do n.º 1, a lei ou lei-quadro europeia é adoptada pelo Conselho, que delibera por unanimidade após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~O Conselho delibera nos termos do artigo 251.º, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, excepto nos domínios referidos nas alíneas e), d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo, em que o Conselho delibera por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu e aos referidos Comités. O Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, pode decidir tornar aplicável às alíneas d), f) e g) do n.º 1 do presente artigo o processo previsto no artigo 251.º.~~<sup>86</sup>

3. Qualquer Estado-Membro pode confiar aos parceiros sociais, a pedido conjunto destes, a execução das ~~directivas~~ **leis-quadro europeias** adoptadas em aplicação do n.º 2.

Nesse caso, assegurar-se-á que, o mais tardar na data em que determinada ~~directiva~~ **lei-quadro europeia** deva ser transposta ~~nos termos do artigo 249.º~~, os parceiros sociais tenham introduzido, por acordo, as disposições necessárias, devendo o Estado-Membro em questão tomar as disposições indispensáveis para poder garantir, a todo o tempo, os resultados impostos por essa ~~directiva~~ **lei-quadro**.

4. As ~~disposições leis e~~ **leis-quadro europeias** adoptadas ao abrigo do presente artigo:

- a) Não prejudicam a faculdade de os Estados-Membros definirem os princípios fundamentais dos seus sistemas de segurança social nem devem afectar substancialmente o equilíbrio financeiro desses sistemas;
- b) Não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou estabeleçam medidas de protecção mais estritas compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição**.

5. O ~~disposto no~~ presente artigo não é aplicável às remunerações, ao direito ~~sindical~~ **de associação**, ao direito ~~de~~ à greve e ao direito ~~de~~ ao lock-out.

<sup>85</sup> Substituição da consulta por co-decisão nos domínios a que se referem as alíneas d), f) e g) do n.º 1 do artigo 137.º, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>86</sup> O conteúdo deste parágrafo é retomado nos novos parágrafos anteriores.

## Artigo 138.º

1. À Comissão caberá promover a consulta aos parceiros sociais ao nível ~~comunitário da União~~ e ~~toma~~ **adoptar** todas as medidas necessárias para facilitar o seu diálogo, assegurando um apoio equilibrado às partes.
2. Para o efeito, antes de apresentar propostas no domínio da política social, a Comissão consultará os parceiros sociais sobre a possível orientação da acção ~~comunitária da União~~.
3. Se, após essa consulta, a Comissão considerar desejável uma acção ~~comunitária da União~~, consultará os parceiros sociais sobre o conteúdo da proposta prevista. Estes enviarão à Comissão um parecer ou, quando adequado, uma recomendação.
4. Ao efectuarem essa consulta, os parceiros sociais podem informar a Comissão do seu desejo de dar início ao processo previsto no [artigo 139.º]. A duração deste não pode exceder nove meses, salvo prorrogação decidida em comum por esses parceiros sociais e pela Comissão.

## Artigo 139.º

1. O diálogo entre os parceiros sociais ao nível ~~comunitário da União~~ pode conduzir, se estes o entenderem desejável, a relações contratuais, incluindo acordos.
2. Os acordos celebrados ao nível ~~comunitário da União~~ serão aplicados, quer de acordo com os processos e práticas próprios dos parceiros sociais e dos Estados-Membros quer, nas matérias abrangidas pelo [artigo 137.º], a pedido conjunto das partes signatárias, com base em ~~decisão adoptada~~ **regulamento europeu ou decisão europeia** <sup>87</sup> **adoptados** pelo Conselho, sob proposta da Comissão.

~~O Conselho delibera por maioria qualificada, salvo~~ Se o acordo em causa contiver uma ou mais disposições relativas a um dos domínios ~~em relação aos quais por força do~~ **a que se refere a alínea c) do n.º 1** do artigo 137.º ~~seja exigida a unanimidade, Neste caso, o Conselho delibera por unanimidade.~~

## Artigo 140.º

Tendo em vista a realização dos objectivos do [artigo 136.º] e sem prejuízo das demais disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, a Comissão incentivará a cooperação entre os Estados-Membros e facilitará a coordenação das suas acções nos domínios da política social abrangidos pelo [presente capítulo], designadamente em questões relativas:

- a) ao emprego;
- b) ao direito do trabalho e às condições de trabalho;
- c) à formação e ao aperfeiçoamento profissionais;

---

<sup>87</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

- d) à segurança social;
- e) à protecção contra acidentes e doenças profissionais;
- f) à higiene no trabalho;
- g) ao direito sindical e às negociações colectivas entre entidades patronais e trabalhadores.

Para o efeito, a Comissão actuará em estreito contacto com os Estados-Membros, realizando estudos e pareceres e organizando consultas, tanto sobre os problemas que se colocam ao nível nacional, como sobre os que interessam às organizações internacionais.

Antes de formular os pareceres previstos no presente artigo, a Comissão consultará o Comité Económico e Social.

#### Artigo 141.º

1. Os Estados-Membros assegurarão a aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos, por trabalho igual ou de valor igual.
2. Para efeitos do presente artigo, entende-se por "remuneração" o salário ou vencimento ordinário, de base ou mínimo, e quaisquer outras regalias pagas, directa ou indirectamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador em razão do emprego deste último.

A igualdade de remuneração sem discriminação em razão do sexo implica que:

- a) A remuneração do mesmo trabalho pago à tarefa seja estabelecida na base de uma mesma unidade de medida;
- b) A remuneração do trabalho pago por unidade de tempo seja a mesma para um mesmo posto de trabalho.

3. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as** medidas destinadas a garantir a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho, incluindo o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

4. A fim de assegurar, na prática, a plena igualdade entre homens e mulheres na vida profissional, o princípio da igualdade de tratamento não obsta a que os Estados-Membros mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas destinadas a facilitar o exercício de uma actividade profissional pelas pessoas do sexo sub-representado, ou a prevenir ou compensar desvantagens na sua carreira profissional.



## Artigo 142.º

Os Estados-Membros esforçar-se-ão por manter a equivalência existente dos regimes de férias pagas.<sup>88</sup>

## Artigo 143.º

A Comissão elaborará anualmente um relatório sobre a evolução na realização dos objectivos a que se refere o [artigo 136.º], incluindo a situação demográfica na ~~Comunidade~~ **União**. Esse relatório será enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social.

~~O Parlamento Europeu pode convidar a Comissão a elaborar relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.~~<sup>89</sup>

## Artigo 144.º

O Conselho, ~~após consulta ao Parlamento Europeu,~~ **por iniciativa própria**, criará <sup>90</sup> **por maioria simples** um comité da protecção social, com carácter consultivo, para promover a cooperação em matéria de protecção social entre os Estados-Membros e com a Comissão. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.**

O Comité terá por funções:

- a) Acompanhar a situação social e a evolução das políticas de protecção social nos Estados-Membros e na ~~Comunidade~~ **União**;
- b) Promover o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Estados-Membros e com a Comissão;
- c) Sem prejuízo do ~~disposto no~~ [artigo 207.º], preparar relatórios, formular pareceres ou desenvolver outras actividades nos domínios da sua competência, quer a pedido do Conselho ou da Comissão, quer por iniciativa própria.

No cumprimento do seu mandato, o Comité estabelecerá os devidos contactos com os parceiros sociais.

Os Estados-Membros e a Comissão nomearão, cada um, dois membros do Comité.

## Artigo 145.º

No seu relatório anual a apresentar ao Parlamento Europeu, a Comissão consagrará um capítulo especial à evolução da situação social na ~~Comunidade~~ **União**.

O Parlamento Europeu pode pedir à Comissão que elabore relatórios sobre problemas específicos respeitantes à situação social.

---

<sup>88</sup> Alguns interrogam-se quanto à operacionalidade desta disposição.

<sup>89</sup> Este parágrafo é idêntico ao segundo parágrafo do artigo 145.º, pelo que poderia ser suprimido.

<sup>90</sup> Acto não legislativo, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

## CAPÍTULO 2

### FUNDO SOCIAL EUROPEU

#### Artigo 146.º

A fim de melhorar as oportunidades de emprego dos trabalhadores no mercado interno e contribuir assim para a melhoria do nível de vida, é instituído um Fundo Social Europeu, nos termos ~~das disposições seguintes do presente [capítulo]~~, que tem por objectivo promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na ~~Comunidade~~ **União**, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais.

#### Artigo 147.º

O Fundo é administrado pela Comissão.

Nestas funções a Comissão é assistida por um comité presidido por um membro da Comissão e composto por representantes dos ~~Governos~~ **Estados-Membros** e das organizações sindicais de trabalhadores e das associações patronais.

#### Artigo 148.º

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará as decisões~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá as medidas de aplicação relativas ao Fundo Social Europeu. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

## CAPÍTULO 3

### EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E JUVENTUDE

#### Artigo 149.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção, respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como a sua diversidade cultural e linguística.

2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Desenvolver a dimensão europeia na educação, nomeadamente através da aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros;
  - b) Incentivar a mobilidade dos estudantes e dos professores, nomeadamente através do incentivo ao reconhecimento académico de diplomas e períodos de estudo;
  - c) Promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino;
  - d) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
  - e) Incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores sócio-educativos;
  - f) Estimular o desenvolvimento da educação à distância.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de educação, especialmente com o Conselho da Europa.
4. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adota:~~
  - a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º, e após consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões,~~ **a lei ou lei-quadro europeia definirá** acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros; **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;**
  - b) **o Conselho, deliberando por maioria qualificada,** sob proposta da Comissão, **adoptará** recomendações.

#### Artigo 150.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** desenvolve uma política de formação profissional que apoie e complete as acções dos Estados-Membros, respeitando plenamente a responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivos:
  - a) Facilitar a adaptação às mutações industriais, nomeadamente através da formação e da reconversão profissionais;
  - b) Melhorar a formação profissional inicial e a formação contínua, de modo a facilitar a inserção e a reinserção profissional no mercado de trabalho;
  - c) Facilitar o acesso à formação profissional e incentivar a mobilidade de formadores e formandos, nomeadamente dos jovens;

- d) Estimular a cooperação em matéria de formação entre estabelecimentos de ensino ou de formação profissional e empresas;
- e) Desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas de formação dos Estados-Membros.

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com países terceiros e com as organizações internacionais competentes em matéria de formação profissional.

4. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará medidas~~ **A lei ou lei-quadro europeia contribuirá que contribuam** para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

## TÍTULO XII

### CULTURA

#### Artigo 151.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional a regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.
2. A acção da ~~Comunidade~~ **União** tem por objectivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua acção nos seguintes domínios:
- a) Melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus;
  - b) Conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia;
  - c) Intercâmbios culturais não comerciais;
  - d) Criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual.
3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros incentivarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da cultura, em especial com o Conselho da Europa.
4. Na sua acção ao abrigo de outras disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta os aspectos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

5. Para contribuir para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~o Conselho adota:~~

- a) ~~deliberando de acordo com o procedimento previsto no artigo 251.º; e após consulta do Comité das Regiões; A lei ou lei-quadro europeia~~ <sup>92</sup> **definirá** acções de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros. ~~O Conselho delibera por unanimidade ao aplicar o procedimento previsto no artigo 251.º; A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité das Regiões;~~
- b) **O Conselho, deliberando por unanimidade** sob proposta da Comissão, **adota** recomendações <sup>93</sup>.

### TÍTULO XIII

### SAÚDE PÚBLICA

#### Artigo 152.º <sup>94</sup>

1. Na definição e execução de todas as políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União** será assegurado um elevado nível de protecção da saúde. <sup>95</sup>

A acção da ~~Comunidade~~ **União**, que será complementar das políticas nacionais, incidirá na melhoria da saúde pública e na prevenção das doenças e afecções humanas e das causas de perigo para a saúde humana. Esta acção abrangerá a luta contra os grandes flagelos, fomentando a investigação sobre as respectivas causas, formas de transmissão e prevenção, bem como a informação e a educação sanitária.

A acção da ~~Comunidade~~ **União** será complementar da acção empreendida pelos Estados-Membros na redução dos efeitos nocivos da droga sobre a saúde, nomeadamente através da informação e da prevenção.

2. A ~~Comunidade~~ **União** incentivará a cooperação entre os Estados-Membros nos domínios a que se refere o presente artigo, apoiando, se necessário, a sua acção.

Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as suas políticas e programas nos domínios a que se refere o n.º 1. A Comissão, em estreito contacto com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover essa coordenação.

---

<sup>92</sup> Passagem da votação por unanimidade para a votação por maioria qualificada, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>93</sup> Passagem da votação por unanimidade para a votação por maioria qualificada, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>94</sup> O Grupo de Trabalho sobre a Europa Social (Grupo XI) propôs que o âmbito deste artigo fosse alargado de modo a "abranger questões como graves ameaças transfronteiras, doenças transmissíveis, bioterrorismo e acordos no âmbito da OMS" (CONV 516/03, ponto 35).

<sup>95</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

3. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros fomentarão a cooperação com os países terceiros e as organizações internacionais competentes no domínio da saúde pública.

4. ~~O Conselho deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, A lei ou lei-quadro europeia~~ contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o presente artigo, ~~adoptando~~ **estabelecendo**:

- a) Medidas que fixem normas elevadas de qualidade e segurança dos órgãos e substâncias de origem humana, do sangue e dos derivados do sangue; essas medidas não podem obstar a que os Estados-Membros mantenham ou estabeleçam medidas de protecção mais estritas;
- b) Em derrogação do [artigo 37.º], medidas nos domínios veterinário e fitossanitário que tenham directamente por objectivo a protecção da saúde pública;
- c) ~~Ações~~ **Medidas** de incentivo destinadas a proteger e melhorar a saúde humana, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

**A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

**Para os fins enunciados no presente artigo, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, pode igualmente adoptar recomendações** ~~para os fins enunciados no presente artigo.~~

5. A acção da ~~Comunidade~~ **União** no domínio da saúde pública respeitará plenamente as competências dos Estados-Membros em matéria de organização e prestação de serviços de saúde e de cuidados médicos. Em especial, as medidas a que se refere a alínea a) do n.º 4 em nada afectam as disposições nacionais sobre doação de órgãos e de sangue ou a sua utilização para fins médicos.

## TÍTULO XIV

### DEFESA DOS CONSUMIDORES

#### Artigo 153.º

1. A fim de promover os interesses dos consumidores e assegurar um elevado nível de defesa destes, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a protecção da saúde, da segurança e dos interesses económicos dos consumidores, bem como para a promoção do seu direito à informação, à educação e à organização para a defesa dos seus interesses.

2. As exigências em matéria de defesa dos consumidores serão tomadas em conta na definição e execução das demais políticas e acções da ~~Comunidade~~ **União**.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos a que se refere o n.º 1 através de:

- a) Medidas adoptadas em aplicação do [artigo 95.º] no âmbito da realização do mercado interno;
- b) Medidas de apoio, complemento e acompanhamento da política seguida pelos Estados-Membros.

4. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, A lei ou lei-quadro europeia adoptará estabelecerá~~ as medidas previstas na alínea b) do n.º 3. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

5. As medidas adoptadas nos termos do n.º 4 não obstam a que os Estados-Membros mantenham ou estabeleçam ~~medidas~~ **disposições** de protecção mais estritas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

## TÍTULO XV

### REDES TRANSEUROPEIAS

#### Artigo 154.º

1. A fim de contribuir para a realização dos objectivos enunciados nos [artigos 14.º e 158.º] e de permitir que os cidadãos da União, os operadores económicos e as autarquias regionais e locais beneficiem plenamente das vantagens decorrentes da criação de um espaço sem fronteiras internas, a ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a criação e o desenvolvimento de redes transeuropeias nos sectores das infra-estruturas dos transportes, das telecomunicações e da energia.

2. No âmbito de um sistema de mercados abertos e concorrenciais, a acção da ~~Comunidade~~ **União** terá por objectivo fomentar a interconexão e a interoperabilidade das redes nacionais, bem como o acesso a essas redes. Terá em conta, em especial, a necessidade de ligar as regiões insulares, sem litoral e periféricas às regiões centrais da ~~Comunidade~~ **União**.

#### Artigo 155.º

1. A fim de realizar os objectivos enunciados no [artigo 154.º], a ~~Comunidade~~ **União**:

- a) Estabelecerá um conjunto de orientações que englobem os objectivos, as prioridades e as grandes linhas das acções previstas no domínio das redes transeuropeias; essas orientações identificarão os projectos de interesse comum;
- b) Realizará todas as acções que possam revelar-se necessárias para assegurar a interoperabilidade das redes, em especial no domínio da harmonização das normas técnicas;

- c) Pode apoiar projectos de interesse comum que beneficiem do apoio dos Estados-Membros, identificados no âmbito das orientações referidas ~~no primeiro travessão na alínea a)~~, em especial sob a forma de estudos de viabilidade, de garantias de empréstimo ou de bonificações de juros; a **Comunidade União** pode ainda contribuir para o financiamento de projectos específicos na área das infra-estruturas de transportes, nos Estados-Membros, através do Fundo de Coesão, ~~criado nos termos do disposto no artigo 161.º.~~

A acção da **Comunidade União** terá em conta a potencial viabilidade económica dos projectos.

**2. A lei ou lei-quadro europeia estabelecerá** As as orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 ~~do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º; e. A lei ou lei-quadro europeia é adoptada~~ após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.<sup>97</sup>

~~2-3.~~ Os Estados-Membros coordenarão entre si, em articulação com a Comissão, as políticas desenvolvidas a nível nacional que sejam susceptíveis de ter um impacto significativo na realização dos objectivos enunciados no [artigo 154.º]. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

~~3-4.~~ A **Comunidade União** pode ~~decidir~~ cooperar com países terceiros para promover projectos de interesse comum e assegurar a interoperabilidade das redes.

#### ~~Artigo 156.º~~

~~As orientações e outras medidas a que se refere o n.º 1 do artigo 155.º serão adoptadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º; e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.~~

~~As orientações e projectos de interesse comum que digam respeito ao território de um Estado-Membro exigem a aprovação desse Estado-Membro.~~<sup>98</sup>

### TÍTULO XVI

#### INDÚSTRIA

#### Artigo 157.º

1. A **Comunidade União** e os Estados-Membros velarão por que sejam asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento da competitividade da indústria da **Comunidade União**.

<sup>97</sup> Por uma questão de simplificação, o novo n.º 2, que fornece a base jurídica para a acção da União em matéria de redes transeuropeias, retoma integralmente o texto do artigo 156.º; as alterações indicadas são as que se propõem para o texto actual desse artigo.

<sup>98</sup> Este artigo poderá ser suprimido; ver nota anterior.



Para o efeito, e no âmbito de um sistema de mercados abertos e competitivos, a sua acção tem por objectivo:

- a) Acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais;
- b) Incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, e nomeadamente das pequenas e médias empresas;
- c) Incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas;
- d) Fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de investigação e de desenvolvimento tecnológico.

2. Os Estados-Membros consultar-se-ão mutuamente em articulação com a Comissão e, na medida do necessário, coordenarão as suas acções. A Comissão pode tomar quaisquer iniciativas necessárias para promover essa coordenação.

3. A ~~Comunidade~~ **União** contribuirá para a realização dos objectivos enunciados no n.º 1 através das políticas e acções por si desenvolvidas em aplicação de outras disposições ~~do presente Tratado da Constituição~~<sup>99</sup>. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social, A lei ou lei-quadro europeia pode decidir adoptar~~ **estabelecer** medidas específicas destinadas a apoiar as acções empreendidas nos Estados-Membros para alcançar os objectivos enunciados no n.º 1. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

A ~~Comunidade~~ **União** não pode invocar o presente título para introduzir quaisquer medidas que possam conduzir a distorções de concorrência ou que comportem disposições fiscais ou relativas aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados.

## TÍTULO XVII

### COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

#### Artigo 158.º

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da ~~Comunidade~~ **União**, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social.

Em especial, a ~~Comunidade~~ **União** procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais.

---

<sup>99</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

## Artigo 159.º

Os Estados-Membros conduzirão e coordenarão as suas políticas económicas tendo igualmente em vista atingir os objectivos enunciados no [artigo 158.º]. A formulação e a concretização das políticas e acções da **Comunidade União**, bem como a realização do mercado interno, terão em conta os objectivos enunciados no [artigo 158.º] e contribuirão para a sua realização.<sup>100</sup> A **Comunidade União** apoiará igualmente a realização desses objectivos pela acção por si desenvolvida através dos fundos com finalidade estrutural (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação; Fundo Social Europeu; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), do Banco Europeu de Investimento e dos demais instrumentos financeiros existentes.

De três em três anos, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um relatório sobre os progressos registados na realização da coesão económica e social e sobre a forma como os vários meios previstos no presente artigo contribuíram para esses progressos; este relatório será acompanhado, se for caso disso, de propostas adequadas.

~~Se se verificar a necessidade de acções~~ **A lei ou lei-quadro europeia pode estabelecer quaisquer medidas** específicas não inseridas no âmbito dos fundos, e sem prejuízo das medidas ~~decididas adoptadas~~ no âmbito das outras políticas da **Comunidade União**, ~~essas acções podem ser aprovadas pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e.~~ **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

## Artigo 160.º

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional tem por objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na **Comunidade União** através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio.

## Artigo 161.º

Sem prejuízo do disposto no [artigo 162.º], ~~o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões,~~ **a lei ou lei-quadro europeia**<sup>101</sup> **definirá** as missões, os objectivos prioritários e a organização dos fundos com finalidade estrutural; – o que poderá implicar o agrupamento desses fundos; –, ~~o Conselho, deliberando de acordo com o mesmo procedimento,~~ **definirá igualmente** as regras gerais que lhes serão aplicáveis, bem como as disposições necessárias para garantir a sua eficácia e a coordenação dos fundos entre si e com os demais instrumentos financeiros existentes.

Um Fundo de Coesão, criado ~~pela pelo Conselho segundo o mesmo procedimento,~~ **lei europeia**<sup>102</sup>, contribuirá financeiramente para a realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.

<sup>100</sup> Esta disposição, de aplicação horizontal para todas as políticas, poderia ser reagrupada num único artigo com outras do mesmo tipo (ver nota relativa ao n.º 2 do artigo 3.º).

<sup>101</sup> Substituição do parecer favorável pela co-decisão, de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação – Grupo IX (CONV 424/02, p. 17) e com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>102</sup> Sugere-se que se faça apenas referência à lei europeia, pois, tratando-se da criação de um instrumento financeiro a nível da União, o acto jurídico não pode ser uma lei-quadro.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada em todos os casos após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

~~A partir de 1 de Janeiro de 2007, o Conselho delibera por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu e consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, caso tenham sido adoptadas até essa data as perspectivas financeiras plurianuais aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2007, assim como o respectivo acordo interinstitucional. Caso contrário, o processo previsto no presente parágrafo será aplicável a contar da data da sua adopção.~~

#### Artigo 162.º

~~As decisões~~ **A lei ou lei-quadro europeia estabelece as medidas** de aplicação relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ~~serão tomadas pelo Conselho, nos termos do artigo 251.º, e,~~ **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

No que diz respeito ao Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação, e ao Fundo Social Europeu, ~~continuam a ser~~ **são-lhes** aplicáveis, respectivamente, os [artigos 37.º e 148.º].

### TÍTULO XVIII

#### INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

#### Artigo 163.º

1. ~~A Comunidade~~ **União** tem por objectivo reforçar as bases científicas e tecnológicas da indústria ~~comunitária da União~~ e fomentar o desenvolvimento da sua competitividade internacional, bem como promover as acções de investigação consideradas necessárias ao abrigo de outros capítulos ~~do presente Tratado da Constituição~~.
2. Para o efeito, a ~~Comunidade~~ **União** incentivará, em todo o seu território, as empresas, incluindo as pequenas e médias empresas, os centros de investigação e as universidades nos seus esforços de investigação e de desenvolvimento tecnológico de elevada qualidade; apoiará os seus esforços de cooperação, tendo especialmente por objectivo dar às empresas a possibilidade de explorarem plenamente as potencialidades do mercado interno, nomeadamente através da abertura dos concursos públicos nacionais, da definição de normas comuns e da eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a essa cooperação.
3. Todas as acções da ~~Comunidade~~ **União** empreendidas ao abrigo ~~do presente Tratado da Constituição~~, incluindo os projectos de demonstração, no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico serão decididas e realizadas de acordo com ~~as disposições de o~~ [presente Título].

## Artigo 164.º

Na prossecução destes objectivos, a ~~Comunidade~~ **União** desenvolverá as seguintes acções, que serão complementares das empreendidas nos Estados-Membros:

- a) Execução de programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração, promovendo a cooperação com e entre as empresas, os centros de investigação e as universidades;
- b) Promoção da cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União** com países terceiros e com organizações internacionais;
- c) Difusão e valorização dos resultados das actividades em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários~~ **da União**;
- d) Incentivo à formação e à mobilidade dos investigadores da ~~Comunidade~~ **União**.

## Artigo 165.º

1. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros coordenarão a sua acção em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de forma a assegurar a coerência recíproca das políticas nacionais e da política ~~comunitária~~ **da União**.
2. A Comissão, em estreita colaboração com os Estados-Membros, pode tomar todas as iniciativas adequadas para promover a coordenação a que se refere o número anterior.

## Artigo 166.º

1. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e~~ **A lei europeia** <sup>103</sup> **estabelecerá o** programa-quadro plurianual, do qual constarão todas as acções ~~comunitárias~~ **da União**. **A lei europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social ~~adoptará um~~.

O programa-quadro:

- a) estabelecerá os objectivos científicos e tecnológicos a realizar pelas acções previstas no [artigo 164.º] e as respectivas prioridades;
  - b) definirá as grandes linhas dessas acções;
  - c) fixará o montante global máximo e as modalidades da participação financeira da ~~Comunidade~~ **União** no programa-quadro, bem como as quotas-partes respectivas de cada uma das acções previstas.
2. O programa-quadro será adaptado ou completado em função da evolução das situações.

---

<sup>103</sup> Sugere-se que seja apenas referida a lei europeia, visto que, por se tratar de um quadro operacional a nível da União, o acto jurídico não pode ser uma lei-quadro.

3. O programa-quadro será posto em prática mediante programas específicos desenvolvidos no âmbito de cada acção. Cada programa específico definirá as regras da respectiva realização, fixará a sua duração e preverá os meios considerados necessários. A soma dos montantes considerados necessários, previstos nos programas específicos, não pode exceder o montante global máximo fixado para o programa-quadro e para cada acção.

4. Os **regulamentos europeus ou as decisões europeias** <sup>104</sup> **que estabelecem os** programas específicos serão adoptados pelo Conselho, ~~deliberando por maioria qualificada~~, sob proposta da Comissão. ~~e após consulta do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social.~~ **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

#### Artigo 167.º <sup>105</sup>

Para a execução do programa-quadro plurianual, ~~o Conselho~~ **a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá:**

- a) ~~fixará~~ as regras de participação das empresas, dos centros de investigação e das universidades;
- b) ~~fixará~~ as regras aplicáveis à difusão dos resultados da investigação.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

#### Artigo 168.º

Na execução do programa-quadro plurianual, ~~pode ser decidido adoptar~~ **podem ser adoptados** programas complementares em que apenas participarão alguns Estados-Membros que assegurem o seu financiamento, sem prejuízo da eventual participação da ~~Comunidade~~ **União**.

~~O Conselho aprova,~~ **A lei ou lei-quadro europeia fixará** as regras aplicáveis aos programas complementares, nomeadamente em matéria de difusão dos conhecimentos e de acesso de outros Estados-Membros. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

**A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.** <sup>106</sup>

#### Artigo 169.º

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **pode a lei ou lei-quadro europeia** **pode** prever, com o acordo dos Estados-Membros interessados, a participação em programas de investigação e de desenvolvimento empreendidos por vários Estados-Membros, incluindo a participação nas estruturas criadas para a execução desses programas.

<sup>104</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>105</sup> Por uma questão de legibilidade, as referências aos processos decisórios actualmente previstos no artigo 172.º do TCE foram associados às bases jurídicas respectivas (artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º).

<sup>106</sup> Parágrafo retomado do último período do actual artigo 172.º do TCE.

**A lei ou lei-quadro europeia é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social.**

Artigo 170.º

Na execução do programa-quadro plurianual, a ~~Comunidade~~ **União** pode prever a cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~ com países terceiros ou organizações internacionais.

As formas dessa cooperação podem ser objecto de acordos entre a ~~Comunidade~~ **União** e as partes terceiras interessadas, que serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

Artigo 171.º

~~A Comunidade~~ **O Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar regulamentos europeus ou decisões europeias** <sup>107</sup>, **tendo em vista** criar empresas comuns ou quaisquer outras estruturas necessárias à boa execução dos programas de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração ~~comunitários da União~~. **O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social.**

Artigo 172.º <sup>108</sup>

~~O Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão, e após consulta ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se refere o artigo 171.º.~~

~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, e após consulta ao Comité Económico e Social, adoptará as disposições a que se referem os artigos 167.º, 168.º e 169.º. A adopção dos programas complementares requer o acordo dos Estados-Membros interessados.~~

Artigo 173.º

No início de cada ano, a Comissão apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Esse relatório incidirá, nomeadamente, sobre as actividades desenvolvidas em matéria de investigação e de desenvolvimento tecnológico e de difusão dos resultados durante o ano anterior e sobre o programa de trabalhos para o ano em curso.

---

<sup>107</sup> Actos não legislativos, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.

<sup>108</sup> Por uma questão de legibilidade, todas as disposições deste artigo foram retomadas nos artigos 167.º, 168.º, 169.º e 171.º *supra*.

## TÍTULO XIX

### AMBIENTE

#### Artigo 174.º

1. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente contribuirá para a prossecução dos seguintes objectivos:

- a) A preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente;
- b) A protecção da saúde das pessoas;
- c) A utilização prudente e racional dos recursos naturais;
- d) A promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente.

2. A política da ~~Comunidade~~ **União** no domínio do ambiente terá por objectivo atingir um nível de protecção elevado, tendo em conta a diversidade das situações existentes nas diferentes regiões da ~~Comunidade~~ **União**. Basear-se-á nos princípios da precaução e da acção preventiva, da correcção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente, e no princípio do poluidor-pagador.

Neste contexto, as medidas de harmonização destinadas a satisfazer exigências em matéria de protecção do ambiente incluirão, nos casos adequados, uma cláusula de salvaguarda autorizando os Estados-Membros a tomar, por razões ambientais não económicas, ~~medidas~~ **disposições** provisórias sujeitas a um processo ~~comunitário~~ de controlo **por parte da União**.

3. Na elaboração da sua política no domínio do ambiente, a ~~Comunidade~~ **União** terá em conta:

- a) Os dados científicos e técnicos disponíveis;
- b) As condições do ambiente nas diversas regiões da ~~Comunidade~~ **União**;
- c) As vantagens e os encargos que podem resultar da actuação ou da ausência de actuação;
- d) O desenvolvimento económico e social da ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões.

4. A ~~Comunidade~~ **União** e os Estados-Membros cooperarão, no âmbito das respectivas competências, com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As formas de cooperação da ~~Comunidade~~ **União** podem ser objecto de acordos entre esta e as partes terceiras interessadas, os quais serão negociados e celebrados nos termos do [artigo 300.º].

O ~~disposto no~~ parágrafo anterior não prejudica a capacidade dos Estados-Membros para negociar nas instâncias internacionais e celebrar acordos internacionais.

## Artigo 175.º

1. ~~O Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º e após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará~~ **A lei ou lei-quadro europeia definirá** as acções a empreender ~~pela Comunidade para~~ realizar os objectivos previstos no [artigo 174.º]. **A lei ou lei-quadro é adoptada após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

2. Em derrogação do ~~processo de decisão previsto no n.º 1 e sem prejuízo do disposto no~~ [artigo 95.º], o Conselho, ~~deliberando por unanimidade, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, adoptará por~~ **unanimidade leis ou leis-quadro europeias que estabeleçam:**

- a) ~~Disposições~~ **Medidas** de natureza essencialmente fiscal;
- b) As medidas que afectem:
  - i) o ordenamento do território;
  - ii) a gestão quantitativa dos recursos hídricos ou que digam respeito, directa ou indirectamente, à disponibilidade desses recursos;
  - iii) a afectação dos solos, com excepção da gestão dos lixos;
- c) As medidas que afectem consideravelmente a escolha de um Estado-Membro entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético.

**Uma lei europeia** <sup>109</sup> ~~do~~ O Conselho, ~~deliberando nas condições previstas no primeiro parágrafo,~~ pode definir, **por unanimidade**, quais os domínios referidos no presente número ~~que devem ser objecto de decisões em que o Conselho delibera~~ por maioria qualificada.

**O Conselho delibera em todos os casos após consulta ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.**

3. Noutros domínios <sup>110</sup>, ~~o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, adoptará~~ **a lei ou lei-quadro europeia estabelecerá** programas gerais de acção **que fixarão** os objectivos prioritários a atingir. **A lei ou lei-quadro europeia é adoptada** após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

~~O Conselho, deliberando nas condições previstas no n.º 1 ou no n.º 2, consoante o caso, adoptará as~~ **As medidas necessárias à execução destes programas serão adoptadas de acordo com as condições previstas no n.º 1 ou no n.º 2, consoante o caso.** <sup>111</sup>

<sup>109</sup> Este parágrafo não é mencionado no mandato complementar de 29 de Abril de 2003. Tendo em conta o alcance deste acto, sugere-se que neste ponto se preveja adoptar uma lei europeia.

<sup>110</sup> Estes termos poderão ser suprimidos, dado que, na realidade, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptam programas-quadro de âmbito geral.

<sup>111</sup> Este parágrafo é, em princípio, supérfluo visto que se limita a remeter para as condições previstas nos n.ºs 1 e 2.



4. Sem prejuízo de certas medidas ~~de carácter comunitário~~ **adoptadas pela União**, os Estados-Membros assegurarão o financiamento e a execução da política em matéria de ambiente.
5. Sem prejuízo do princípio do poluidor-pagador, nos casos em que uma medida adoptada nos termos do n.º 1 implique custos considerados desproporcionados para as autoridades públicas de um Estado-Membro, ~~o Conselho, ao adoptar essa medida~~ **deverá prever, tomará as disposições apropriadas sob forma adequada:**
- a) Derrogações de carácter temporário e/ou
  - b) Um apoio financeiro proveniente do Fundo de Coesão ~~criado nos termos do artigo 161.º~~ <sup>112</sup>.

#### Artigo 176.º

As ~~medidas~~ **disposições** de protecção ~~adoptadas~~ **aprovadas** por força do [artigo 175.º] não obstem a que cada Estado-Membro mantenha ou estabeleça ~~medidas~~ **disposições** de protecção reforçadas. Essas ~~medidas~~ **disposições** devem ser compatíveis com ~~o presente Tratado~~ **a Constituição** e serão notificadas à Comissão.

### TÍTULO XX

#### COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

<b>Título não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.</b>
--

### TÍTULO XXI

#### *COOPERAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E TÉCNICA COM OS PAÍSES TERCEIROS*

<b>Título não transcrito, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.</b>
--

---

<sup>112</sup> Esta especificação é supérflua, uma vez que existe apenas um Fundo de Coesão.

## PARTE IV

### ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS <sup>113</sup>

#### Artigo 182.º

Os ~~Estados-Membros acordam em associar à Comunidade~~ os países e territórios não europeus que mantêm relações especiais com a Dinamarca, a França, os Países Baixos e o Reino Unido **são associados à União**. Estes países e territórios, a seguir denominados "países e territórios", vêm enumerados ~~na lista constante do [no Anexo II] do presente Tratado~~.

A finalidade da associação é promover o desenvolvimento económico e social dos países e territórios e estabelecer relações económicas estreitas entre eles e a ~~Comunidade~~ **União** no seu conjunto.

Em conformidade com os princípios enunciados ~~no preâmbulo do presente Tratado...~~ <sup>114</sup>, a associação deve servir, fundamentalmente, para favorecer os interesses dos habitantes desses países e territórios e para fomentar a sua prosperidade de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram.

#### Artigo 183.º

A associação prosseguirá os seguintes objectivos:

- 1) Os Estados-Membros aplicarão às suas trocas comerciais com os países e territórios o mesmo regime que aplicam entre si por força ~~do presente Tratado~~ **da Constituição**.
- 2) Cada país ou território aplicará às suas trocas comerciais com os Estados-Membros e os outros países e territórios o regime que aplica ao Estado europeu com que mantenha relações especiais.
- 3) Os Estados-Membros contribuirão para os investimentos exigidos pelo desenvolvimento progressivo destes países ou territórios.
- 4) No que respeita aos investimentos financiados pela ~~Comunidade~~ **União**, a participação nas adjudicações e fornecimentos estará aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e colectivas, nacionais dos Estados-Membros e dos países e territórios.
- 5) Nas relações entre os Estados-Membros e os países e territórios, o direito de estabelecimento dos nacionais e sociedades será regulado em conformidade com as disposições e pela aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo ao direito de estabelecimento e numa base não discriminatória, sem prejuízo das ~~disposições~~ **medidas** especiais **adoptadas** por força do [artigo 187.º].

<sup>113</sup> Conviria incluir uma referência ao regime de associação na Parte I da Constituição.

<sup>114</sup> Conviria referir os princípios em questão, que constam actualmente do preâmbulo do Tratado CE. Deveriam ser referidos na Constituição e, eventualmente, nesta disposição.

## Artigo 184.º

1. Ao entrarem nos Estados-Membros, as importações originárias dos países e territórios beneficiarão da proibição dos direitos aduaneiros ~~que, nos termos do presente Tratado, se deve proibir entre os Estados-Membros~~ **prevista na Constituição**.
  2. Em cada país e território, os direitos aduaneiros que incidam sobre as importações provenientes dos Estados-Membros e dos outros países e territórios serão proibidos nos termos do [artigo 25.º].
  3. Os países e territórios podem, todavia, cobrar os direitos aduaneiros correspondentes às necessidades do seu desenvolvimento e às exigências da sua industrialização, ou os de natureza fiscal que tenham por fim produzir receita para os seus orçamentos.
- Estes direitos não podem exceder aqueles que incidam sobre as importações dos produtos provenientes do Estado-Membro com o qual cada país ou território mantém relações especiais.
4. O disposto no n.º 2 não é aplicável aos países e territórios que, por força das obrigações internacionais especiais a que se encontram vinculados, já apliquem uma pauta aduaneira não discriminatória.
  5. A introdução ou modificação de direitos aduaneiros que incidem sobre as mercadorias importadas pelos países e territórios não deve originar, de direito ou de facto, qualquer discriminação directa ou indirecta entre as importações provenientes dos diversos Estados-Membros.

## Artigo 185.º

Se, em consequência da aplicação do [n.º 1 do artigo 184.º], o nível dos direitos aplicáveis às mercadorias provenientes de um país terceiro, ao entrarem num país ou território, for susceptível de provocar desvios de tráfego em prejuízo de qualquer Estado-Membro, este pode pedir à Comissão que proponha aos outros Estados-Membros **que tomem as disposições** ~~as medidas~~ necessárias para sanar tal situação.

## Artigo 186.º <sup>115</sup>

### Opção A – Passagem para o regime do artigo 187.º do TCE

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ **rege-se por medidas adoptadas em conformidade com o artigo 187.º**.

---

<sup>115</sup> Textos alternativos sugeridos para dar seguimento ao mandato complementar de 2 de Abril de 2003 (supressão do instrumento da convenção entre Estados-Membros)

Opção B – Alinhamento do tratamento dos trabalhadores pelo previsto para os independentes no n.º 5 do artigo 183.º do TCE

Sem prejuízo das disposições respeitantes à saúde pública, segurança pública e ordem pública, a liberdade de circulação dos trabalhadores dos países e territórios nos Estados-Membros e a dos trabalhadores dos Estados-Membros nos países e territórios ~~será regulada mediante convenções a concluir posteriormente, para as quais se exige a unanimidade dos Estados-Membros~~ **rege-se em conformidade com as disposições e em aplicação dos procedimentos previstos no [capítulo] relativo à livre circulação dos trabalhadores e numa base não discriminatória, sob reserva das medidas especiais adoptadas por força do [artigo 187.º.]**

Artigo 187.º

O Conselho, ~~deliberando por unanimidade, elabora~~ **por iniciativa própria/sem proposta da Comissão** <sup>116</sup>, **adoptará por unanimidade**, a partir dos resultados conseguidos no âmbito da associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União** e com base nos princípios enunciados ~~no presente Tratado ...~~ <sup>117</sup>, as disposições **medidas** <sup>118</sup> relativas às modalidades e ao processo de associação entre os países e territórios e a ~~Comunidade~~ **União**.

Artigo 188.º

~~As disposições dos~~ Os artigos 182.º a 187.º são aplicáveis à Gronelândia, sem prejuízo das disposições específicas para a Gronelândia, constantes do Protocolo relativo ao regime especial aplicável à Gronelândia, ~~anexo ao presente Tratado~~.

2. *O presente tratado entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1993, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar.*

---

<sup>116</sup> Os peritos do Serviço Jurídico do Conselho consideram que se deverá optar pela expressão "sem proposta da Comissão" (ver a explicação no ponto 9 das considerações gerais, no início do Relatório). De qualquer modo, assinala-se que, na prática, o Conselho actua geralmente sob proposta da Comissão. Seria talvez útil que a Convenção ponderasse se as medidas não deverão ser adoptadas sob proposta da Comissão, visto tratar-se de domínios comunitários e tendo em conta a prática habitual.

<sup>117</sup> Ver nota de rodapé relativa ao n.º 3 do artigo 182.º do TCE *supra*.

<sup>118</sup> O mandato complementar de 29 de Abril de 2003 não define os actos jurídicos a utilizar neste número.

PARTE V

INSTITUIÇÕES DA ~~COMUNIDADE~~ UNIÃO

**Parte não transcrita, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

PARTE VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Parte não transcrita, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.**

## **Parte B**

### **Disposições do Tratado da União Europeia (Tratado UE)**

**Disposições não transcritas, de acordo com o mandato complementar de 29 de Abril de 2003.<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Nas disposições que retomarão o Título V do Tratado UE (Disposições relativas à Política Externa e de Segurança Comum), seria conveniente prever uma formulação específica a fim de ter em conta a instituição da regra geral da votação por maioria qualificada, prevista no projecto de artigo "Conselho de Ministros" (n.º 3 do artigo 17.º, CONV 691/03) e a da adopção de actos sob proposta da Comissão, caso a Convenção não pretenda que estas regras se apliquem automaticamente aos actos adoptados no âmbito desta política.